



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE  
ASSOCIAÇÃO PLENA EM REDE**



**MARCELA PRADO MENDONÇA**

**AS INVISIBILIDADES DAS MULHERES PESCADORAS E MARISQUEIRAS EM  
ARACAJU**

**SÃO CRISTÓVÃO  
2023**

**MARCELA PRADO MENDONÇA**

**AS INVISIBILIDADES DAS MULHERES PESCADORAS E MARISQUEIRAS  
EM ARACAJU**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe como requisito como para obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

**Orientador:** Prof. Dr. Adauto de Souza Ribeiro

**SÃO CRISTÓVÃO  
2023**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

M539i Mendonça, Marcela Prado  
As invisibilidades das mulheres pescadoras e marisqueiras em Aracaju / Marcela Prado Mendonça ; orientador Adauto de Souza Ribeiro. – São Cristóvão, SE, 2023.  
98 f. :il.

Tese (doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Sergipe, 2023.

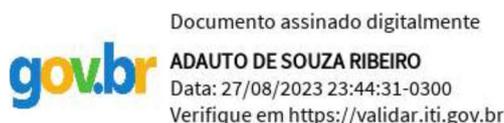
1. Sustentabilidade e meio ambiente. 2. Mulheres, Negras – Aspectos sociais. 3. Pescadoras – Aracaju (SE). 4. Territorialidade humana. 5. Pesca artesanal – Aracaju (SE). 6. Divisão do trabalho por sexo. 7. Racismo ambiental. I. Ribeiro, Adauto de Souza, orient. II. Título.

CDU 502/504:639.2.057(813.7)

**FOLHA DE APROVAÇÃO****MARCELA PRADO MENDONÇA****AS INVISIBILIDADES DAS MULHERES PESCADORAS E MARISQUEIRAS  
EM ARACAJU**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, como requisito final para obtenção do título em Doutor (a) em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Sergipe.

Aprovado em 28 de Fevereiro de 2023.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Dr. Adauto de Souza Ribeiro  
Universidade Federal de Sergipe.  
Orientador

Dra. Maria José N. Soares Universidade Federal de Sergipe.  
Examinador Interno

Dr. Roberto dos Santos Lacerda  
Universidade Federal de Sergipe  
Examinador Externo

Dra. Nubia Dias dos Santos  
Examinador Externo

Dra. Lorena Xavier C. Santos  
Examinadora Externa

São Cristóvão (SE)  
2023

## DECLARAÇÃO DE VERSÃO FINAL

Este exemplar corresponde à versão da Tese de Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente concluído no Programa em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

 Documento assinado digitalmente  
ADAUTO DE SOUZA RIBEIRO  
Data: 27/08/2023 23:44:31-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

---

Professor Doutor Adauto de Souza Ribeiro  
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA  
Universidade Federal de Sergipe

## MODELO DE CESSÃO DE DIREITOS

É concedido ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) da Universidade Federal de Sergipe (UFS) responsável pelo Curso de Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente permissão para disponibilizar, reproduzir cópia desta Tese e emprestar ou vender tais cópias.

Documento assinado digitalmente  
 **MARCELA PRADO MENDONÇA**  
Data: 31/08/2023 09:29:09-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Marcela Prado Mendonça  
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA  
Universidade Federal de Sergipe.

Documento assinado digitalmente  
 **ADAUTO DE SOUZA RIBEIRO**  
Data: 27/08/2023 23:44:31-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Professor Doutor Adauto de Souza Ribeiro  
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA  
Universidade Federal de Sergipe.

*Dedico este trabalho às mulheres negras, trabalhadoras, estudantes, mães ou não, mas que se sentiram deslocadas, incompreendidas e que foram silenciadas a cada vez que buscaram melhorar suas vidas. Que os nossos sentires jamais sejam silenciados e que tenhamos cada vez mais espaços nas academias, no mercado de trabalho, em nossas escolhas de vida. Que a nossa sabedoria seja passada para as nossas filhas e que as mulheres se fortaleçam cada vez mais. Que este estudo seja, uma singela, mas valiosa contribuição motivadora para todas nós.*

## AGRADECIMENTOS

Jamais teria chegado sozinha até aqui, jamais poderia imaginar que esse doutoramento fosse só uma parte de tantos processos pelos quais passei nesses últimos cinco anos, sempre quis chegar aqui, este último título me trouxe amadurecimento em muitos sentidos e profundamente. Chego aqui me curando de tantas cicatrizes no sentido figurado e no literal e agradeço primeiramente à Deusa Mãe, agradeço a Nossa Senhora das Maravilhas em Transbordamento e à Espiritualidade Amiga representada aqui pelo meu Guia Espiritual Benjamin Teixeira de Aguiar e pelo Espírito Eugênia Aspásia, agradeço como Vocês dois acreditaram em mim desde o início de tudo quando me disseram: “você vai ser doutora!”, foram anos desafiadores e tenho plena convicção de que sem Deusa Mãe e sem os meus Guias Espirituais eu não teria saído do lugar.

Não vou conseguir agradecer nominalmente à todas e a todos que me ajudaram a tecer essa tese, mas farei o esforço de ao menos referenciar cada pessoa e instituição que me fizeram chegar aqui.

Esse agradecimento é muito satisfatório, mas doloroso também, assim como toda ferida em seu período de cura. Mas é com muito amor e força que eu agradeço aos meus filhos João Heitor, que é mestre com mamãe e à Marina que acaba de se doutorar junto com a mamãe, não foram poucas as vezes que me sustentei nos olhares de vocês dois, acordei muitas noites em crises de ansiedade me confortando olhando para vocês e escutando Deusa Mãe falando em meu coração que eu ia conseguir por vocês dois, meus filhos, eu os amo infinito e muito além.

Agradeço aqui ao meu companheiro de vida, meu amor, meu preto bonito que se fez apoio, que me disse coisas que eu jamais escutei de um homem, mas além de me dizer fez e continua fazendo. Helder me fez honrar um lugar de masculinidade que se faz reconstrução, cura e por isso apoio e força. Honro e agradeço a sua presença em minha vida, meu marido, te dedico esse agradecimento e te coloco nesse lugar de transformação e potência amorosa, eu te amo.

Agradeço a Marinalva Prado Carvalho, minha avó paterna que queria me ver doutora, professora dedicada que me ensinou que, a rigor, só o estudo nos liberta das opressões e nos dá asas para além do que a sociedade nos reserva, subjugadas e apagadas pelo patriarcalismo. Obrigada dona Nalva, a senhora foi exemplo e força.

Gratidão à minha mãe, dona Suany Nascimento que acordava às 4h da manhã para me levar para a escola depois de caminhar 2 km e passar 1h30 em dois ônibus para que eu chegasse na escola às 7h todos os dias e me pegava meio dia fazendo o mesmo percurso de volta, te agradeço a te dedico meus estudos.

Agradeço ao meu pai Marcelo Prado Carvalho por me criar para desafiar esse mundo.

Agradeço às minhas irmãs Alexandra, Natália e aos meus irmãos Sylmar e Zildo por serem minha torcida organizada, amo vocês.

Agradeço a minha sogra, Maria Vandete, seu nome é força e apoio, gratidão por tanto amor e rede.

Agradeço aos meus colegas de doutorado, destacando aqui Simone Sardeiro que acreditou e segurou em minha mão até o fim e testemunhou eu desistindo várias vezes, mas sempre ao meu lado, sendo apoio e energia e Thiago Roberto, meus parceiros de doutorado e minhas “pedras” de visão de mundo. “Vamos conquistar esse espaço para subverter em nossas práticas a desumanidade” foi o nosso lema.

Agradeço ao querido Adauto Ribeiro pelas valiosas orientações, por ter se feito presente e por não ter desistido de mim, obrigada pelo acolhimento, pela companhia no campo, gratidão, querido professor, foi no senhor que eu encontrei espelho para continuar a lutar pelo meu sonho da docência.

Agradeço aos professores do ProdeMa Maria José, que mais que mestra é mãe e orientadora de tantos e tantas alunos, foi lindo ver a senhora lutando pela educação de qualidade e sendo apoio para tantas e tantos prodemianos, agradeço aos professores Nubia Dias, Priscila Campos, Lorena Xavier, Jailton Costa, Gicélia Mendes pelas valiosas contribuições ao meu trabalho nas qualificações.

Aqui faço um agradecimento especial a Cícero e Luzia por terem sido presentes, sempre me ajudando, com muita atenção e carinho, a resolver as questões burocráticas desse período, gratidão a Luzia pela família que me emprestou para cuidar da minha filha neste finalzinho, sem elas eu não teria terminado a minha tese, pois não tinha quem cuidasse da minha peloquinha para eu terminar de escrever, gratidão por tanto amor e carinho Luzia, Thayane, Thaynara e dona Ana Cristina.

Agradeço à minha terapeuta psicóloga, Tatiana Alves por ter segurado todas as broncas desse período comigo, cuidando da minha saúde mental e emocional e à médica e amiga Fátima Albuquerque por ter cuidado da minha saúde física liderando a equipe médica que realizou as minhas cirurgias.

Às minhas amigas Milena, Maíra, Sara, Anderson, Andrezinho e Fabi Xavier, gratidão por serem a família que escolhi para dividir meus dias, minha rede, meu ubuntu.

Gratidão à minha amiga tão querida, professora dra. Rosilene Moretti (*in memoriam*) por todo apoio para que eu chegasse até aqui, minha gratidão, minha amiga que é exemplo para mim.

Por fim não poderia deixar de falar que esse doutorado me refez enquanto ser humano, enquanto mulher. Foi de um sofrimento imensurável escrever uma tese do zero no último ano. Não tive tempo de fazer tudo que gostaria neste trabalho, mas me reiventei, nesse tempo pari uma filha mulher e uma tese. Uma tese sobre mulheres sobre os silêncios violentos que nos paralisam. Escrevi essa tese para ser exemplo para a minha filha e para todas as mulheres violentadas das mais diversas formas dentro e fora da academia, agradeço a cada entrevistada, agradeço cada história e não vou parar por aqui, vou transformar esse material em um livro com a nossa história. E vou lutar para que o ambiente acadêmico seja mais saudável e mais acolhedor às mulheres negras e a todas, às mães, às trabalhadoras e estudantes. Que A Feminilidade Sagrada da Deusa Mãe ilumine o nosso caminhar.

*Mil nações moldaram minha cara  
Minha voz uso prá dizer o que se cala  
O meu país é meu lugar de fala*

*Mil nações moldaram minha cara  
Minha voz uso prá dizer o que se cala  
Ser feliz no vão, no triz, é força que me embala  
O meu país é meu lugar de fala  
Mil nações moldaram minha cara  
Minha voz uso pra dizer o que se cala  
Ser feliz no vão, no triz, é força que me embala  
O meu país é meu lugar de fala*

*Prá que separar?  
Práa que desunir?  
Pra que só gritar?  
Por que nunca ouvir?  
Pra que enganar?  
Pra que reprimir?  
Por que humilhar e tanto mentir?  
Pra que negar que ódio é o que te abala?  
O meu país é meu lugar de fala  
O meu país*

*Mil nações moldaram minha cara  
Minha voz uso pra dizer o que se cala  
Ser feliz no vão, no triz, é força que me embala  
O meu país é meu lugar de fala*

*Pra que explorar?  
Pra que destruir?  
Por que obrigar?  
Por que coagir?  
Pra que abusar?  
Pra que iludir?  
E violentar, pra nos oprimir?  
Pra que sujar o chão da própria sala?  
Nosso país, nosso lugar de fala  
O meu país é meu lugar de fala  
Nosso país, nosso lugar de fala  
Nosso país, nosso lugar de fala*

Canção de Elza Soares

## RESUMO

Esta tese demonstra que as problemáticas socioambientais nas quais as mulheres pescadoras e marisqueiras estão inseridas, resultam em invisibilidades dessas mulheres. Estabelecemos as relações entre as temáticas da mulher, da mulher negra, do meio ambiente, do racismo ambiental, da pesca, da mariscagem, da pobreza e das invisibilidades. Apresentamos os resultados da análise das múltiplas conexões que há entre elas. A pesquisa de campo foi realizada nos bairros Industrial e Mosqueiro, territórios da pesca e da mariscagem na cidade de Aracaju. A hipótese norteadora desta pesquisa é a de que, a invisibilização da mulher pescadora e marisqueira, acontece por questões socioambientais que serão explanadas e interconectadas através das perspectivas da interseccionalidade, decolonialidade, do feminismo e do racismo ambiental. A segunda hipótese é a de que as mulheres pescadoras e marisqueiras possuem um amplo conhecimento sobre as águas, os manguezais e sobre os pescados e que a relação de apropriação desenvolvida pelas pescadoras locais com a natureza é caracterizada por extremos laços de identidade, pertencimento e, principalmente respeito, onde são desenvolvidos valores simbólicos e materiais que asseguram o seu modo de vida, mas esses modos não aparecem necessariamente como visíveis ou legitimados pela sociedade. A terceira e última hipótese é de que o Estado, nas esferas jurídicas e de saúde não dão conta das especificidades que envolvem o trabalho da mulher pescadora e marisqueira para que a ocupação, privatização e degradação dos territórios da pesca em Aracaju continuem a ser explorados de forma predatória e insustentável e principalmente, para que essas mulheres continuem invisíveis socioambientalmente, mas que existe um empoderamento que é fruto da união entre essas mulheres e essa tese apresenta essas conexões.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mulheres negras; Pesca artesanal; Decolonialidade; Racismo Ambiental

## SOMMAIRE

Cette thèse démontre que les problèmes socio-environnementaux dans lesquels sont insérées les pêcheuses et les cueilleuses de coquillages ont pour conséquence l'invisibilité de ces femmes. Nous avons établi des relations entre les thèmes de la femme, de la femme noire, de l'environnement, du racisme environnemental, de la pêche, de la conchyliculture, de la pauvreté et des invisibilités. Nous présentons les résultats de l'analyse des multiples connexions entre eux. Des recherches sur le terrain ont été réalisées dans les quartiers industriels et mosquéeiro, dans les territoires de pêche et de conchyliculture de la ville d'Aracaju. L'hypothèse directrice de cette recherche est que l'invisibilisation des femmes pêcheurs et ramasseurs de coquillages est due à des problèmes socio-environnementaux qui seront expliqués et interconnectés à travers les perspectives de l'intersectionnalité, de la décolonialité, du féminisme et du racisme environnemental. La deuxième hypothèse est que les pêcheurs et les ramasseurs de coquillages ont une large connaissance des eaux, des mangroves et des poissons et que le rapport d'appropriation développé par les pêcheuses locales avec la nature se caractérise par des liens extrêmes d'identité, d'appartenance et, surtout, de respect, où les aspects symboliques et matériels des valeurs sont développées qui assurent leur mode de vie, mais ces modes de vie n'apparaissent pas nécessairement comme visibles ou légitimés par la société. La troisième et dernière hypothèse est que l'État, dans les domaines juridique et sanitaire, ne s'occupe pas des spécificités du travail des femmes pêcheurs et des récupératrices de coquillages, de sorte que l'occupation, la privatisation et la dégradation des territoires de pêche d'Aracaju continuent d'être exploitées, de manière prédatrice et non durable et principalement, pour que ces femmes restent invisibles sur le plan socio-environnemental, mais qu'il y ait une autonomisation qui est le résultat de l'union entre ces femmes et cette thèse présente ces liens.

MOTS CLÉS : Femmes noires ; Pêche artisanale ; Décolonialité ; Racisme environnemental

## SUMMARY

This thesis demonstrates that the socio-environmental problems in which fisherwomen and shellfish gatherers are inserted result in the invisibilities of these women. We established relationships between the themes of women, black women, the environment, environmental racism, fishing, shellfishing, poverty and invisibilities. We present the results of the analysis of the multiple connections between them. Field research was carried out in the Industrial and Mosqueiro neighborhoods, fishing and shellfishing territories in the city of Aracaju. The guiding hypothesis of this research is that the invisibilization of women fishermen and shellfish gatherers happens due to socio-environmental issues that will be explained and interconnected through the perspectives of intersectionality, decoloniality, feminism and environmental racism. The second hypothesis is that fisherwomen and shellfish gatherers have a broad knowledge of the waters, mangroves and fish and that the relationship of appropriation developed by local fisherwomen with nature is characterized by extreme ties of identity, belonging and, mainly respect, where symbolic and material values are developed that ensure their way of life, but these ways do not necessarily appear as visible or legitimized by society. The third and final hypothesis is that the State, in the legal and health spheres, does not deal with the specificities that involve the work of women fishermen and shellfish collectors so that the occupation, privatization and degradation of fishing territories in Aracaju continue to be exploited in a predatory and unsustainable way and mainly, so that these women remain socio-environmentally invisible, but that there is an empowerment that is the result of the union between these women and this thesis presents these connections.

**KEYWORDS:** Black women; Artisanal fishing; Decoloniality; Environmental Racism

**LISTA DE FIGURAS**

<b>Figura 1:</b> GOOGLE EARTH. Antiga Zona de Pesca do Bairro Industrial.....	40
<b>Figura 2:</b> GOOGLE EARTH. À Esquerda margens do rio Vaza Barris e afluentes e à direita praia do Mosqueiro.....	40
<b>Figura 3:</b> Gráfico de demonstração da raça das entrevistadas.....	47
<b>Figura 4:</b> Gráfico idade das entrevistadas.....	47
<b>Figura 5:</b> Gráfico de demonstração da religião das entrevistadas.....	48
<b>Figura 6:</b> Fotografia da Fotografia de uma bandeirinha do Movimento das Marisqueiras.....	52
<b>Figura 7:</b> Fotografia da primeira reunião organizada das Marisqueiras em outubro de 2015.....	53
<b>Figura 8:</b> Reunião do Movimento das Marisqueiras de Sergipe.....	56
<b>Figura 9:</b> Gráfico de demonstração da fonte de renda.....	57
<b>Figura 10:</b> Gráfico de escolaridade.....	58
<b>Figura 11:</b> Gráfico de informações sobre a presença de filhas e filhos.....	59
<b>Figura 12:</b> Gráfico sobre a violência.....	60

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANP- Articulação Nacional das Pescadoras  
CAAEE- Certificado de Apresentação de Apreciação Ética  
CEMAR- Centro de Especialidades Médicas  
CID- Classificação Internacional de Doenças relacionadas à Saúde  
CNS- Conselho Nacional de Saúde  
CPP- Conselho Pastoral dos Pescadores  
CRAS- Centro de Referência em Assistência Social  
CREAS- Centro Especializado em Referência a Assistência Social  
DAGEP/UFBA- Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social da Universidade Federal da Bahia.  
DOU- Diário Oficial da União  
EMARIS- Encontro das Marisqueiras de Sergipe  
EMBRAPA- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
FAPESE- Fundação de Apoio à Pesquisa de Sergipe  
LER- Lesão por Esforço Repetitivo  
INSS- Instituto Nacional de Seguridade Social  
OIT- Organização Internacional do Trabalho  
OTAN- Organização do Tratado do Atlântico Norte  
PEAC- Projeto de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras  
SUS- Sistema Único de Saúde  
TCLE- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido  
UBS- Unidade Básica de Saúde  
UFBA- Universidade Federal da Bahia  
UFS- Universidade Federal de Sergipe

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
Organização da Tese.....	23
<b>CAPÍTULO I- MULHER E A NATUREZA: AS DISCUSSÕES INTERSECCIONAIS PARA A DELIMITAÇÃO DA REALIDADE DA MULHER PESCADORA E MARISQUEIRA EM ARACAJU</b> .....	25
1.1 A relação mulher (homem) x natureza.....	26
1.2. Racismo Ambiental.....	29
1.3. A mulher e a natureza.....	32
1.4. Gênero e colonialidade.....	36
<b>CAPÍTULO II- MARISQUEIRA, PESCADORA, MÃE, MULHER- AS MUITAS JORNADAS DAS MULHEERES DAS ÁGUAS</b> .....	38
2.1. Composição metodológica, fundamentos e procedimentos.....	41
2.2. Universo da Pesquisa.....	42
2.3. Coleta de dados.....	42
2.4. Análise dos dados.....	43
2.5. Aspectos Éticos.....	44
2.6. Diário de Campo.....	45
<b>CAPÍTULO III- NINGUÉM VAI AO MANGUE SOZINHA</b> .....	49
3.1. Organização Social das Marisqueiras.....	52
3.1. Um ideal de reconhecimento e identidade.....	56
3.2. A pesca e a mariscagem como fonte de sobrevivência.....	56
3.2. A Saúde das Marisqueiras.....	62
3.3. A Identidade das Marisqueiras.....	72
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	80
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	83
<b>APÊNDICE</b> .....	91
<b>ANEXO</b> .....	92

## INTRODUÇÃO

Localizada no nordeste do Brasil, a cidade de Aracaju, capital de Sergipe, possui área de 182 km<sup>2</sup>, tem seu território limitado pelos rios Vaza Barris (Zona Sul) e Sergipe (Zona Norte e Central), os dois principais rios da capital, além de 35 km em praias, e de mais três rios o Pomonga, o Poxim e o rio Pitanga, estes dois últimos servem de abastecimento de água para a capital. A história oral de Aracaju passa pela atividade da pesca, mas essas atividades não fazem parte da história econômica oficial do município.

A cidade de Aracaju é fundada em 1855, pois São Cristóvão, antiga capital do estado, não oferecia mais estrutura para receber a produção açucareira do Vale do Continguiaba e a coroa portuguesa precisava de uma cidade com localização mais estratégica para o escoamento da produção. Em 1882 surgiu a primeira fábrica de tecidos. O ramo têxtil encontrou terreno fértil para se desenvolver em Aracaju devido às boas condições de cultivo no interior do estado, com destaque para a cidade de Maruim, e de oferta de mão de obra barata, mercado de produtos de algodão, mão de obra escrava e a geografia de Aracaju facilitavam o escoamento da produção. Essas duas atividades são consideradas oficialmente as forças motrizes econômicas fundamentais no desenvolvimento do estado de Sergipe<sup>1</sup>. Em 1886, Aracaju ganha a sua prensa oficial e algumas linhas de barcos para interligar a nova capital ao interior do estado.

Em 1900, Aracaju recebe pavimentação em suas estradas e iniciam-se as primeiras obras de saneamento básico na cidade. De acordo com Feitosa (2013), a partir do ano de 1900 a cidade começa a ser pavimentada e iniciam-se as primeiras obras de saneamento básico da capital. Em 1908 a cidade recebe o primeiro serviço de água encanada e em 1914 a primeira linha ferroviária, ligando Aracaju às capitais Maceió e Salvador, e a primeira rede esgoto é inaugurada na capital o que foi considerado um grande feito, pois pouquíssimas capitais tinham esgoto encanado. A geografia da cidade não favorecia a ocupação ordenada, já que suas características físicas são de várzeas, com lagoas, rio e manguezais que demandavam a utilização de aterros e obras de drenagem para tornar possível a ocupação espacial do município. Essa dificuldade era encontrada nos bairros que fazem margem com os rios e com as praias. Todos esses fatores influenciam diretamente na vida das pescadoras e marisqueiras, são fatores socioambientais que moldam as vidas destas trabalhadoras na capital de Sergipe,

---

<sup>1</sup> SUZIGAN, W. (2000). Indústria Brasileira: origem e desenvolvimento. São Paulo: Hucitec, Ed. UNICAMP (Economia & Planejamento; 40. Série Teses e Pesquisas; 24). PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. (2000). Reordenamento do Trabalho: trabalho escravo e trabalho livre no Nordeste Açucareiro. Aracaju: FUNCAJU.

pois se trata de uma atividade econômica que tem uma importância social, cultural e histórica, porém apresenta heterogeneidades e pluralidades que necessitam de identificação e precisam ser categorizadas por meio da análise das suas rotinas, dos materiais de trabalho, das embarcações e apetrechos utilizados na pesca artesanal, bem como da análise dos ecossistemas, das dinâmicas espaciais que resultam das disputas em seus territórios, em se tratando desta pesquisa, dos sujeitos que direta ou indiretamente estão envolvidos na cadeia produtiva da pesca.

A disparidade em saúde e bem-estar socioambientais estão diretamente ligados ao distanciamento das marisqueiras e pescadoras artesanais dos seus ofícios e dos territórios de pesca, como as praias, os mangues e os rios; nesse sentido se fez necessário o esforço de reflexão e busca de estratégias que valorizassem suas narrativas, suas percepções, seus valores e suas práticas em um contexto socioambiental no qual essas mulheres estão em situação de desigualdade e exclusão.

Para compreender o papel na mulher marisqueira e pescadora artesanal em suas comunidades, entender suas conexões com o meio ambiente na perspectiva da feminilidade/mulheridade é um desafio. Foi preciso que se escolhesse um caminho que rompesse com a tradição acadêmica hegemônica ocidental e machista de visualização das problemáticas socioambientais que envolvem as mulheres para entendê-las como agentes que são protagonistas das suas histórias, mesmo que essas histórias estejam invisibilizadas e até mesmo apagadas. Foi feito um exercício de trazer essas mulheres para uma posição central em suas próprias experiências.

Esse movimento não representa apenas uma escolha epistemológica, mas um posicionamento político e feminista de apresentação de novas versões da história das mulheres marisqueiras e pescadoras a partir das suas próprias narrativas e dos seus próprios interesses. A contribuição acadêmica para os processos emancipatórios das mulheres perpassa pela inovação teórica a partir do questionamento da centralidade do pensamento hegemônico eurocêntrico e nesse sentido a busca por outras narrativas feita por mulheres apresenta-se como um caminho capaz de instrumentalizar pesquisadoras e pesquisadores na produção acadêmica verdadeiramente útil e efetiva para a mudança nas vidas das populações de mulheres, principalmente no que diz respeito às mulheres negras, indígenas e sul-americanas.

E com essa escolha, deixa-se claro aqui que não se pretende uma “revanche epistêmica” ou tentativa de inverter a hierarquia epistemológica da perspectiva hegemônica na análise de fenômenos e na produção do conhecimento, tampouco se trata de uma proposta de cisão ou separação. A proposta é nomear as opressões de raça e gênero, para não hierarquizar opressões.

Como afirma Ângela Davis (2011) é preciso que não hierarquizemos opressões, é preciso que não compactuemos com a “primazia de uma opressão em relação a outras”. Pensar em feminismo e fazer o devido recorte de raça é justamente romper com a cisão criada numa sociedade desigual. A filósofa Djalmila Ribeiro enfatiza a importância de pensarmos a pluralidade e as complexidades da mulher negra a partir do pensamento de novos marcos civilizatórios.

(...) é pensar projetos, novos marcos civilizatórios para que pensemos em um novo modelo de sociedade. Fora isso, é também divulgar a produção intelectual de mulheres negras, colocando-as na condição de sujeitos e seres ativos que, historicamente, vêm pensando em resistências e reexistências. Entendendo a linguagem como mecanismo de manutenção de poder, um dos objetivos da coleção é o compromisso com uma linguagem didática, atentas a um léxico que dê conta de pensar nossas produções e articulações políticas de um modo que seja acessível, como nos ensina muitas feministas negras. Isso de modo algum é ser palatável, pois as produções de feministas negras unem uma preocupação que vincula a sofisticação intelectual com a prática política. (RIBEIRO; 2017. p. 20).

Ou, como afirma Marcus Garvey<sup>2</sup> “olhar o mundo com os nossos próprios olhos”. E quando se pensa em outras perspectivas é necessário que os pesquisadores envolvidos estejam abertos a compreenderem o mundo a partir de suas complexidades, aberturas e flexões dentro de olhares integradores.

E se tratando de pesquisas sobre as marisqueiras e trabalhadoras, a complexidade do objeto de pesquisa se faz necessária a interdisciplinaridade entre as áreas de meio ambiente, feminismo, feminismo negro, geografia e comunicação. No entanto é necessário igualmente que se supere a abordagem linear e fragmentada da disciplinaridade, em busca de uma relação ampliada, complexa em suas interações, ou seja, uma abordagem interdisciplinar.

A categoria de análise, motivo desta pesquisa está enquadrada no que chamamos de Pesca Artesanal. De acordo com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)<sup>3</sup>, a pesca artesanal brasileira possui numerosas e complexas características que levam em consideração fatores sociais, econômicos e ambientais intrínsecos a cada região. A maioria dos recursos pesqueiros de interesse econômico e os ambientes em que se encontram estão ameaçados devido à interferência humana, pois:

A atividade se encontra historicamente atrasada no que diz respeito às tecnologias e políticas mais adequadas aos anseios dos usuários que ainda sofrem por serem pouco considerados nos processos de tomada de decisão. Nós trazemos uma reflexão sobre a pesca artesanal brasileira, desde o histórico de produção equivocadamente trágico e

<sup>2</sup> Líder político jamaicano que no século XX foi ativista e um dos principais nomes do nacionalismo panafricanista.

<sup>3</sup> Empresa Brasileira responsável por desenvolver a base tecnológica de um modelo de agricultura e pecuária, bem com garantir ao Brasil segurança alimentar e posição de destaque no mercado internacional de alimentos, fibras e energia, a pesca artesanal.

mal planejado, a falta de informação estatística de qualidade, a tradição herdada por gerações dos povos da pesca e a prospecção de modelos de manejo baseado no compartilhamento de poderes entre o Estado e pescadores. (SILVA; 2014. p.10).

Como o engenheiro da EMBRAPA afirma acima e faz-se necessário enfatizar: ‘os usuários da pesca ainda sofrem, pois não são considerados nos processos públicos de tomadas de decisões’. Isso reflete-se na invisibilização dos trabalhadores desta categoria, inclusive juridicamente, pois a profissão de pescador, pescadora e marisqueiro, marisqueira não é reconhecida pelo ministério do trabalho, para terem direito a fins previdenciários, esses trabalhadores e trabalhadoras são registrados como trabalhadores rurais e precisam conseguir antes um registro de pesca nas colônias de pescadores. Essa dificuldade jurídica no reconhecimento da profissão se reflete de forma excludente ainda mais quando se trata de mulheres pescadoras e marisqueiras.

Moreno (2019) não trata especificamente das invisibilidades dos pescadores artesanais, ela analisa a atividade pesqueira e a aquicultura, mas traz a problemática da invisibilidade ao descrever a atividade dos pescadores artesanais, uma vez que:

Ao mesmo tempo que representa fundamental relação socioeconômica aos sujeitos, que direta ou indiretamente estão envolvidos, possui um histórico marcante de entraves e injustiças ambientais, territoriais, laborais, e mesmo de invisibilização por parte do Estado Brasileiro. (MORENO; 2019. p.2).

A pesca artesanal é reconhecida pelo Código da Pesca de 1967, no entanto, nessa ocasião não houve o reconhecimento do trabalho das mulheres na pesca, considerado mera extensão do trabalho doméstico, esse problema resulta na invisibilização dessas trabalhadoras desde sempre. A dificuldade em comprovar o seu trabalho e a sua renda não tornava possível o acesso ao seguro especial para fins trabalhistas e previdenciários. Há claramente um problema sério de reconhecimento de gênero na pesca artesanal, o que é o entrave jurídico, social e cultural ao reconhecimento profissional de gerações de mulheres que dedicaram suas vidas ao sustento das suas famílias por meio das atividades de pesca e mariscagem. Só no ano de 1980 foi liberado o registro profissional de pesca, porém esse registro não dá conta das atividades de mariscagem.

Com a admissão das mulheres na Marinha, a partir da Lei nº 6.807, de 1980, foi conferido registro de pesca a poucas mulheres que trabalhavam de forma autônoma na pesca artesanal, geralmente para aquelas que trabalhavam embarcadas. Tal reconhecimento profissional foi realizado por algumas Presidências das Colônias de Pescadores. Não houve uma política pública articulada para o reconhecimento das pescadoras artesanais como profissionais. Por isso, muitas mulheres que efetivamente trabalhavam nas atividades de pesca artesanal não conseguiram ser registradas como pescadoras. Em 2003, com a legislação sobre economia familiar, muitas pescadoras conseguiram o registro de pesca. Entretanto, ainda necessitam comprovar a relação familiar com a pesca, dependendo da situação profissional do núcleo familiar para comprovar que realmente é pescadora artesanal. (SILVA, LEITÃO, 2012. Pág. 2).

Em 2019, estavam registrados 1.097.384 pescadores profissionais de acordo com dados do Ministério da Agricultura (BRASIL, 2019), desde então esse dado não foi atualizado no site do ministério, apenas foram publicizados os dados dos pescadores que foram acrescentados em determinadas regiões como Pernambuco, por exemplo, mas não está disponível essas informações sobre o restante do país e nem temos matérias em veículos de comunicação oficial sobre o assunto. Em 2020 o jornal O Estadão publicou matéria expondo exatamente a ocultação dos dados sobre a pesca no Brasil, na matéria intitulada “Estatísticas sobre pesca, Brasil segue sem fazê-las”, o periódico afirma que “As estatísticas sobre pesca pararam desde o governo Dilma. E até hoje continuamos às cegas”<sup>4</sup>.

O que esse número traz de relevante é que destes mais de um milhão de pescadores registrados, apenas 1% são pescadores industriais o restante se enquadra na categoria de pesca artesanal. E isso implica no acesso a direitos aos quais essa categoria profissional têm acesso, pois o registro de pescador profissional exige o reconhecimento prévio da colônia de pescadores da área da atividade de pesca do indivíduo, bem como que este não possua embarcação. Em 2020 o Ministério da Agricultura, órgão responsável, passou a exigir que o registro desses trabalhadores e trabalhadoras sejam realizados através do portal do Governo Federal<sup>5</sup> o que implica que esse trabalhador agora precisa estar com os endereços devidamente atualizados no portal, com os documentos válidos e atualizados, com o registro previdenciário também atualizado e tudo isso, se der alguma inconsistência precisa ser resolvido de forma presencial em uma agência do INSS<sup>6</sup>. Em Aracaju, o órgão funciona de forma presencial em apenas um prédio e o atendimento dura em média três meses para acontecer, se não houver greve.

Esses trabalhadores e trabalhadoras são, predominantemente, moradores e moradoras dos bairros Porto Dantas, Industrial, Coroa do Meio, Atalaia, Farolândia, Zona de Expansão e Mosqueiro, geralmente em áreas mais pobres desses bairros. Nestas áreas existem duas organizações, uma na área conhecida como Prainha no Bairro Industrial e outra no bairro

---

<sup>4</sup> Disponível em: <https://marsemfim.com.br/estatisticas-sobre-pesca-brasil-segue-sem-faze-las/> acessado em março de 2022.

<sup>5</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/recadastramento-de-pescadores-comeca-hoje-em-todo-o-pais> acessado em março de 2022.

<sup>6</sup> Conforme texto publicado pelo site do Ministério da Agricultura com as orientações para atualização do cadastro: Orientações - Os procedimentos de cadastramento e recadastramento são realizados de forma totalmente on-line, por meio do [SisRGP 4.0](#). O novo sistema é mais seguro, rápido e permite o cruzamento de dados, o que beneficiará os profissionais da pesca, auxiliará no combate a fraudes e permitirá a desburocratização do processo e a garantia a direitos, como o recebimento da licença de pescador profissional para atuar de forma regular na atividade de pesca, bem como acesso aos benefícios previdenciários e trabalhistas, como o seguro-defeso, aposentaria e auxílios doença ou maternidade. Como primeiro passo para o recadastro, o pescador deverá acessar o SisRGP 4.0 por meio de uma conta no GOV.BR e realizar sua prova de vida, optando obrigatoriamente por uma das opções de login: validação facial no aplicativo Meu GOV.BR; Internet Banking; ou Certificado digital.

Farolândia, na área conhecida como Barroso e Barrosinho, que são consideradas comunidades tradicionais. O estado brasileiro, por meio da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, define, por meio do Decreto (Nº 6.040/07-DOU 8.2.2007) os povos e comunidades tradicionais como “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”, nos quais estão inseridos os pescadores. Porém, esta classe recebeu mais atenção com a lei que regula a atividade pesqueira (Lei 11959/09 DOU 30.6.2009)<sup>7</sup>, que objetiva no artigo primeiro, item IV: “o desenvolvimento socioeconômico, cultural e profissional dos que exercem a atividade pesqueira, bem como de suas comunidades”.

Nesse contexto de complexidades e caminhos a percorrer, esta tese expõe essas questões sob a ótica das mulheres pescadoras e marisqueiras, por meio das narrativas das mulheres inseridas no contexto das questões que envolvem a identificação do trabalho da pesca artesanal e além disto, traz a ótica do feminismo negro para contribuir com a equidade na produção acadêmica. Para a pensadora Akotirene (2019), é preciso que as mulheres negras tenham acesso às narrativas de outras mulheres negras para que com isso a sociedade alcance novos projetos, novos marcos civilizatórios a partir da visão feminina, e em se tratando dos países do sul<sup>8</sup>, sob a visão das epistemologias do sul, esse estudo se faz necessário para que se divulgue, consolide e se difunda a produção intelectual de mulheres negras, colocando-as na condição de sujeitos e seres ativos que vêm fazendo, historicamente, resistências que ressignificam as suas existências.

Ainda sobre a importância desta perspectiva, Grada Kilomba<sup>9</sup>, em entrevista<sup>10</sup> à filósofa Djalmila Ribeiro, explica a necessidade da escrita de mulheres negras sobre mulheres negras para que essas mulheres construam oportunidades de se tornarem sujeitos. Visão que a autora partilha em sua obra *Episodes of Everyday Racism* (2012. p.12) quando afirma que ela precisa

---

<sup>7</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm) acessado em março de 2022.

<sup>8</sup> Aqui sob a ótica de Boaventura Sousa Santos quando discute cultura, subjetividade e relações de fronteiras esmagadas pela colonização, de modo a nos sugerir a subversão epistêmica que é “aprender que existe o Sul; aprender a ir para o Sul; aprender a partir do Sul e com o Sul”, isso no artigo “As Epistemologias do Sul num mundo fora do mapa” disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/Y3Fh6D3ywMCFym4wMFVdzsq/?lang=pt> acessado em março de 2021.

<sup>9</sup> Grada Kilomba é uma escritora, psicóloga, teórica e artista interdisciplinar portuguesa reconhecida pelo seu trabalho que tem como foco o exame da memória, trauma, gênero, racismo e pós-colonialismo e está traduzido em várias línguas, publicado e encenado internacionalmente.

<sup>10</sup> Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/201co-racismo-e-uma-problematICA-branca201d-uma-conversa-com-grada-kilomba/undefined> acessado em março de 2022.

escrever, pois em seus escritos ela traz à tona a realidade do racismo diário contado por mulheres negras baseados em suas subjetividades e em suas próprias percepções.

A proposta de analisar a realidade das mulheres marisqueiras e pescadoras em Aracaju bem como as suas contribuições com a conservação ambiental e com a transmissão dos seus saberes e práticas apresenta questões problemáticas imersas em sistemas complexos, influenciados por diferentes processos de racionalidades e escalas espaço-temporais.

A complexidade das questões existentes na vida das mulheres marisqueiras a começar pelas suas próprias identidades, sua saúde, suas visões sobre si mesmas, sobre seus grupos e sobre a natureza, só podem ser compreendidas a partir de um pensamento também complexo, capaz de estimular uma visão de estudos aberta e flexível dentro de uma perspectiva epistemológica integradora e abrangente capaz de romper com propostas lineares e superficiais de produção do conhecimento, que concebem o universo como a “máquina determinística perfeita” (MORIN, 2005).

A análise das relações do homem com o meio, natural e social, requer a superação da concepção reducionista e simplificadora tradicional na ciência que naturalmente dilui a complexidade dos fenômenos e das práticas humanas a fim de revelar a ordem simples a que eles obedecem. Para Morin (2005), o modo de traduzir a realidade baseado no paradigma cartesiano, tem como princípios a redução, disjunção, abstração e se considera reflexo do que seria o real, mas que na verdade apresenta consequências redutoras, unidimensionais, ofuscantes e mutiladoras.

Milton Santos (2002) explica que o que ele chama de “Paradigma Dominante” é construído pela racionalidade da ciência moderna e estabelece o que o autor chama de “modelo totalitário” de observar e de compreender o mundo ao negar a racionalidade de todas as formas de conhecimento que não estão baseadas em suas regras metodológicas e nos seus princípios epistemológicos. Neste sentido faz-se necessário trazer os estudos de Quijano (2005) que trata sobre a colonialidade e os princípios que norteiam e embasam essa teoria, em seus estudos, Quijano discorre sobre a globalização, a qual é entendida como sendo a culminância de um processo que inicia com a constituição da América e do capitalismo eurocentrado, e um dos pilares desse capitalismo eurocentrado é classificação social de acordo com a ideia de raça. De acordo com a raça no capitalismo eurocentrado:

A ideia de raça é uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo sua racionalidade específica, o eurocentrismo. Esse eixo tem, portanto, origem e caráter colonial, mas provou ser mais duradouro e estável que o colonialismo em cuja matriz foi estabelecido. Implica, conseqüentemente, num

elemento de colonialidade no padrão de poder hoje hegemônico. (QUIJANO, 2005. p.117)

O padrão de poder mundial eurocentrado constituiu a América como uma espécie de laboratório para uma nova vocação mundial e por isso identificando o território americano com a primeira identidade da modernidade. Dois processos históricos convergiram e se associaram na produção do referido espaço/tempo e estabeleceram-se como os dois eixos fundamentais do novo padrão de poder. Por um lado, a codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados na ideia de raça uma supostamente distinta estrutura biológica que situava a uns em situação natural de inferioridade em relação aos outros.

Essa ideia foi assumida pelos colonizadores como o principal elemento constitutivo, fundacional, das relações de dominação que a conquista exigia. Nessas bases, conseqüentemente, foi classificada a população da América, e mais tarde do mundo, nesse novo padrão de poder. Por outro lado, a articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, em torno do capital e do mercado mundial. Esse é o contexto no qual Quijano (2005) destaca a categoria raça como o que ele chama de “categoria mental da modernidade”, de acordo com o autor a ideia de raça, em seu sentido moderno, não tem história conhecida antes da América (2015. p. 117).

A categoria e a distinção de raça tiveram origem como uma necessidade de distinção entre colonizadores e colonizados, havia uma clara diferença fenotípica entre esses povos e se fazia importante a construção de referências a supostas estruturas biológicas diferentes entre esses grupos. Quijano destaca que a formação de relações sociais fundadas nessa ideia, produziu na América identidades sociais historicamente novas como os índios, negros e mestiços, e redefiniu outras. Assim, termos com espanhol e português, e mais tarde europeu, que até então indicavam apenas procedência geográfica ou país de origem, desde então adquiriram também, em relação às novas identidades, uma conotação racial. E na medida em que as relações sociais que se estavam configurando eram relações de dominação, tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, com constitutivas delas, e, conseqüentemente, ao padrão de dominação que se impunha. Em outras palavras, raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população.

Com o tempo, os colonizadores codificaram como cor os traços fenotípicos dos colonizados e a assumiram como a característica emblemática da categoria racial. Essa codificação foi inicialmente estabelecida, provavelmente, na área britânico-americana. Os negros eram ali não apenas os explorados mais importantes, já que a parte principal da economia dependia de seu trabalho. Eram, sobretudo, a raça colonizada mais importante, já que os índios não formavam parte dessa sociedade

colonial. Em consequência os colonizadores chamaram a si mesmos de brancos. (QUIJANO; 2005. p.118)

Os estudos sobre o avanço do capitalismo nas américas apontam para o mito fundacional da versão eurocêntrica da modernidade que é a ideia do estado de natureza como ponto de partida do curso civilizatório cujo resultado é a civilização europeia ou ocidental. Desse mito se origina a especificamente eurocêntrica perspectiva evolucionista, de movimento e de mudança unilinear e unidirecional da história humana. Tal mito foi associado com a classificação racial da população do mundo e sobre o mito fundacional da modernidade, Quijano explica que:

Por um lado, quando os ibéricos conquistaram, nomearam e colonizaram a América (cujas regiões norte ou América do Norte, colonizaram os britânicos um século mais tarde), encontraram um grande número de diferentes povos, cada um com sua própria história, linguagem, descobrimentos e produtos culturais, memória e identidade. São conhecidos os nomes dos mais desenvolvidos e sofisticados deles: astecas, maias, chimus, aimarás, incas, chibchas, etc. Trezentos anos mais tarde todos eles reduziam-se a uma única identidade: índios. Esta nova identidade era racial, colonial e negativa. Assim também sucedeu com os povos trazidos forçadamente da futura África como escravos: achantes, iorubás, zulus, congos, bacongos, etc. No lapso de trezentos anos, todos eles não eram outra coisa além de negros. Esse resultado da história do poder colonial teve duas implicações decisivas. A primeira é óbvia: todos aqueles povos foram despojados de suas próprias e singulares identidades históricas. A segunda é, talvez, menos óbvia, mas não é menos decisiva: sua nova identidade racial, colonial e negativa, implicava o despojo de seu lugar na história da produção cultural da humanidade. Daí em diante não seriam nada mais que raças inferiores, capazes somente de produzir culturas inferiores. (QUIJANO; 2005 p. 127)

Implicava também sua realocação no novo tempo histórico constituído com a América primeiro e com a Europa depois: desse momento em diante passaram a ser o passado. Em outras palavras, o padrão de poder baseado na colonialidade como também um padrão cognitivo de conhecimento dentro da qual o não-europeu era o passado e desse modo inferior, sempre primitivo.

Tal paradigma reforça a separação entre ser humano e natureza, ou seja, é a perspectiva de que os homens visam conhecer a natureza com a única finalidade de dominá-la e controlá-la, o que reduz a complexidade dessa relação e constitui a ordem e a estabilidade do mundo (MORIN, 2002<sup>a</sup>; 2003; 2005). Essa realidade se opõe ao paradigma da ciência afrocentrada que se delinea verticalmente contrária ao paradigma cartesiano, pois se trata de uma visão incluyente, imanente, dinâmica e alternativa (OLIVEIRA, 2006). Há um conjunto de crenças, de ideias e de valores que constroem um modo específico de observar, de agir, de compreender e de observar as relações entre as pessoas e a natureza em suas dimensões visíveis e invisíveis e que estabelece uma ética e uma estética para o viver coletivo, os seus limites não coincidem com os limites geográficos do continente africano (ALVES, 2015).

A interdisciplinaridade, abordada pelo mexicano Enrique Leff (2000), defende a abertura do cerco das ciências para um diálogo de saberes como caminhos possíveis para se vislumbrar soluções para as problemáticas ambientais que estão inexoravelmente marcadas por visões e interesses diferenciados, esses interesses estão marcados por não poderem anular-se, segurar-se e reintegrar-se dentro do campo próprio das ciências.

Minayo (1991, p. 72), traz a visão do filósofo francês George Gusdorf, ao afirmar que a ciência moderna, pela fragmentação do saber, ignora “o ser humano como ponto de partida e de chegada”, “desnaturaliza a natureza” e “desumaniza a humanidade”. Para o autor a tendência ao totalitarismo da ciência moderna produziu ideias e concepções discriminatórias acerca das outras formas de se relacionar e compreender os fenômenos do mundo. Carvalho (2013) discorre sobre a visão totalitária e aponta algumas consequências desse processo que impactaram os povos afro-brasileiros. O autor afirma que:

O arrogante pensamento domesticado, moderno, científico, que se consolidou a partir do século XV, cercado de certezas, leis, determinismos, causalidade, teleologias, deixou de lado a preocupação com a totalidade, com a intuição, com o imaginário, passando a se concentrar no entendimento do fragmento, da parte, supondo que através deles seria possível atingir uma objetividade sem parênteses. Com isso, virou as costas para o sujeito, para a incerteza e para a complementaridade, privatizou terras e mares, considerou magias e mitos como algo irracional, produto descartável criado pela mente obscura de selvagens, ou por alucinações dos civilizados (CARVALHO, 2013, p.40).

Ao refletir os limites da racionalidade capitalista e sua inerente produção de escassez, para muitos, e desigualdades Milton Santos traz à tona formas de resistência que os grupos excluídos desenvolvem, chamando atenção para o fato que na esfera da racionalidade hegemônica, pequena margem é deixada para a variedade, a criatividade, a espontaneidade. Para Morin o pensamento complexo “permite avançar no mundo concreto e real dos fenômenos. A perspectiva epistemológica do pensamento complexo concebe a inter-relação entre as partes e o todo” (2009, p. 191), pregando que não se pode isolar os objetos uns dos outros. A complexidade pressupõe a integração e o caráter multidimensional de qualquer realidade. Morin afirma ainda que “[...] não podemos nunca escapar à incerteza” (2009, p.100) e “estamos condenados ao pensamento inseguro, a um pensamento crivado de buracos, um pensamento que não tem nenhum fundamento absoluto de certeza”.

## **ORGANIZAÇÃO DA TESE**

No primeiro capítulo está o referencial teórico com a fundamentação na qual está baseada a presente pesquisa, no que diz respeito ao referencial ambiental, complexo, feminista,

feminista negro, interseccional e decolonizador. O processo para o entendimento das invisibilidades das Mulheres Marisqueiras e Pescadoras artesanais se estruturou a partir de referências das literaturas feministas, de meio ambiente, da filosofia, antropologia e comunicação.

No segundo capítulo está a pesquisa de campo, no início é apresentado o percurso metodológico, demonstrando os passos que foram seguidos de planejamento e execução do projeto de pesquisa. Com uma abordagem qualitativa e utilizando técnicas da Etnografia como a observação participante, entrevistas e registros iconográficos, se apresenta o processo de construção da experiência de campo nos bairros Mosqueiro e Industrial, localizados nas zonas de expansão e no norte de Aracaju.

No terceiro capítulo estão os resultados e as discussões. Inicialmente são apresentados os contextos do ofício, da saúde e das identidades das marisqueiras e pescadoras. Em um segundo momento se demonstra suas práticas e seus saberes como em suas falas e em suas práticas cotidianas. O eixo central desse trabalho são as invisibilidades às quais essas mulheres são submetidas.

No tópico considerações finais são apresentados elementos plurais, narrados e vivenciados pelas marisqueiras e pescadoras. A análise dos significados, causas e consequências como forma de responder os objetivos iniciais desse estudo, principalmente no que diz respeito às narrativas dos territórios dessas mulheres por suas próprias falas. Os achados nesta pesquisa apontam para a necessidade de fortalecimento da ciência plural feminista e de diferentes racionalidades, principalmente no que diz respeito às questões socioambientais, para que se alcance uma sociedade mais plural e que atenda às necessidades reais de populações de mulheres invisibilizadas como as pescadoras e marisqueiras.

## **CAPÍTULO I**

**A MULHER E A NATUREZA: AS  
DISCUSSÕES INTERSECCIONAIS PARA  
A DELIMITAÇÃO DA REALIDADE DA  
MULHER PESCADORA E MARISQUEIRA  
EM ARACAJU**



Essa tese tem o caráter interdisciplinar, por isso foram apresentadas diferentes visões sobre a temática. É a interdisciplinaridade nas pesquisas que permitem tentativas de respostas às demandas sociais, pois conduzem a uma relativização do conhecimento científico e à valorização do saber empírico tradicional de grupos sociais, como, por exemplo, pescadores, agricultores e comunidades tribais (PHILLIPI JR, 2000, p. 88). Os resultados dessas pesquisas são raramente ingênuos ou neutros.

Evidenciam frequentemente as intenções de determinadas políticas ambientais e tornam claras as necessidades de revisá-las. Com a interdisciplinaridade, compreende-se a problemática para além das análises que as disciplinas duras trazem, como explica Santos (2018), quando afirma que se faz necessário o abandono do conforto das disciplinas duras:

Abandonar o conforto das disciplinas e aventurar-se à interdisciplinaridade não constitui tarefa fácil e não se faz sem sequelas: as Humanidades sabem muito bem o que isso significa a tal ponto que elas só foram reconhecidas “científicas” muito tardiamente em relação às ciências duras. O conhecimento em rede significa dizer: conhecimento produzido com os outros, de forma integrada, por meio do diálogo e da discussão, não de forma entrincheirada ou no interior de um círculo já restrito. (SANTOS, p. 19. 2018)

A complexidade das questões que envolvem as mulheres pescadoras e marisqueiras são numerosas, com esses recortes e a partir de um aprofundamento à luz das ciências sociais aqui inseridas, foi possível a realização desta tese.

## **A RELAÇÃO MULHER (HOMEM) X NATUREZA**

Apesar das ciências não disporem luzes sobre a relação da mulher com a natureza e sim do homem com a natureza, tal paradigma se apresenta generalista e excludente, principalmente no que diz respeito às mulheres e esse estudo contribuirá para a mudança deste paradigma. Para o entendimento da realidade socioeconômica da mulher pescadora e marisqueira se faz necessária a análise da relação entre sociedade e meio ambiente, pois devem ser considerados como interligados. Para esse escopo partiremos das reflexões sobre as éticas ambientais de Larrère (2010), que explica que a atenção à natureza é inseparável das transformações ambientais e caracterizam as éticas ambientais nas sociedades contemporâneas. Em seu artigo sobre o contrato natural (2012), a pesquisadora francesa faz uma densa discussão entre o Contrato

Natural, obra do filósofo Michel Serres<sup>11</sup> e a atualidade. Para Larrère a distinção entre a natureza e a sociedade, entre a natureza e a cultura, entre a natureza e os artificios, implica em uma divisão cuja solução seria a mudança da visão do homem sobre a natureza. É preciso que se veja a natureza como um sujeito de direito, contudo, esse sujeito de direito que é a natureza é limitado pela visão que a ciência traz ao homem sobre ela. Uma das soluções seria que o homem restabelecesse uma relação de simetria com natureza, de dar também ao invés de só extrair, (2012, p. 25) e para isso a ciência tem o papel fundamental de estabelecer uma nova visão do homem sobre a natureza.

A partir de uma visão sistêmica da relação do homem com a natureza, é possível que se constate que as relações entre todos os seres vivos e entre os seus meios são interdependentes. A apresentação sistêmica permite que o homem se dê conta da fragilidade do ecossistema que nós, seres humanos, formamos com a Terra. Pois,

Este sistema é frágil porque está saturado, nós atingimos seu limite, somos “equipotentes” em relação à Terra. A resposta (está ética da qual temos necessidade para fazer face à fragilidade do mundo) não pode estar ao lado de uma unificação ainda mais globalizante. O contrato natural não pode simplesmente consistir em um fortalecimento dos laços, nem em lhes totalizar, mas antes em reequilibrar as tensões desta ligação, que são, para Michel Serres, essencialmente as tensões entre o global e o local: “se a totalidade plena e flexível pode quebrar”, “os conjuntos delicados com lugares e refúgios diversificados” resistem (SERRES, 1991, p.54). Qual pode ser a “frágil síntese” capaz de articular o global e o local? (LARRÈRE, p. 30. 2012).

É a partir desta provocação que a autora conclui o artigo defendendo que, nem o conjunto da Terra e nem a biosfera arriscam desaparecer, e sim os “homens e todos os não humanos” (2012, p. 31) com os quais os primeiros estabelecem relações de interdependência recíprocas. Só uma política capaz de levar em consideração a natureza, todos os membros humanos e não humanos, em um mundo comum, plural e não globalizável seria capaz de fazer com que o mundo passasse do global ao local, de um sistema fechado que é o planeta Terra a um sistema aberto no qual se poderiam buscar possibilidades de solução.

Sobre a visão do homem sobre a natureza, no artigo “Em torno da ética Ambiental”, Santos (2012) traz a perspectiva de que a imagem da natureza está ligada à “(...)inocência, à pureza e aos encantamentos do jardim do Éden evocado desde os tempos bíblicos” (2012, p. 35). Entretanto, com a necessidade do homem trabalhar e de lutar pela própria sobrevivência, mas onde o homem explora fica o rastro da destruição da natureza. Para trabalhar, o homem utiliza-se do artefato da ciência, esta, por sua vez, concebida para alavancar o desenvolvimento e melhorar a vida do homem na Terra, trouxe, como consequências inúmeros males, tornando-se

---

<sup>11</sup> A autora utiliza a tradução brasileira da obra: SERRES, Michel. O Contrato Natural. Tradução de Beatriz Sidoux. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

assim “(...)a grande vilã da destruição da natureza” (2012, p. 36). A partir desta problemática o autor procura responder em que medida a ética ambiental pode contribuir para os debates atuais sobre a crise ambiental, principalmente a partir do aparecimento da ciência. Desde o início a ciência é tida como algo que se constrói, que se faz pelo homem que é sujeito, observando a natureza que é o objeto. Com as pilastras da teoria (composta por princípios, hipóteses, presunções, conjecturas e generalizações) e da experiência (o que permite o cientista medir, observar e descrever com detalhes o objeto da sua pesquisa) a ciência produz objetos ideais e antevê resultados futuros. A ciência é validada e reconhecida, mas é parcial e incompleta e por isso ela está em constante aperfeiçoamento e progresso. O autor cita o sociólogo Marcel Gauchet (*Le Débat*, n. 60, 1990 in SANTOS; BECKER, 2012) para fazer uma analogia com a fábula de La Fontaine, “O lobo e cordeiro”.

“O amor pela natureza dissimula bem o ódio pelos homens” (*Le Débat*, n. 60, 1990).

Não é por mero acaso que muitos homens preferem ficar com os bichos e plantas, do que com os humanos. Para muitos críticos, a forma mais bem acabada de artefato humano é a própria Ciência. Concebida para alavancar o desenvolvimento e melhorar a vida do homem na terra, ela teria trazido, como consequência, enormes males, tornando-se a grande vilã da destruição da natureza. (SANTOS; BECKER, 2012, p. 36).

O objetivo da comparação é provocar a análise do porquê do maniqueísmo ciência de um lado e natureza do outro. O texto analisa em que medida a ética ambiental pode contribuir para o debate sobre a crise ambiental. A solução para uma ciência ética é a formação do indivíduo pela cultura que:

Afasta da animalidade e nos aponta para a civilidade. É somente neste percurso que nos tornamos éticos. A ética diz respeito, justamente, à razão de agir e ao modo de agir. Ela está ligada aos valores que cada um estabelece para si mesmo e para o outro, numa relação entre meios e fins. Nesse sentido, há certas perguntas que o cientista não pode deixar de fazer-se em caso de dúvidas: o resultado daquilo que faço trará benefícios para todos ou para uma pequena minoria? Será que o resultado só a mim beneficiará? Estou pondo meu conhecimento a serviço do desenvolvimento da humanidade ou de uma ideologia, um partido ou, simplesmente de uma instituição que só visa certos fins, como o lucro, por exemplo? (SANTOS; BECKER, 2012, p. 38).

A busca pela ética implica em um constante questionamento sobre o que deve ser feito pelo indivíduo e, no âmbito da sociedade, o que se deve ser feito para se viver junto. Há uma relação entre a ética e a moral. E sobre essa relação o autor explica que é fundamental que se entenda, pois:

A ética apresenta a questão “o que é preciso fazer”, ligando-a ao indivíduo. Todavia, a moral, que está ligada à sociedade ou aos homens que vivem coletivamente, também

apresenta a sua: “Como podemos conviver juntos?” Por conseguinte, há uma relação entre a ética e a moral. Podemos perguntar-nos sobre o sentido, o objetivo ou valor último de nossas vidas, mas também podemos perguntar-nos se o sentido da vida que desejamos viver é moralmente admissível ou justa. Na primeira questão estão presentes os fins e, na segunda, os meios. Embora diferentes, elas se relacionam e se complementam: alguém pode viver uma vida moralmente boa, mas insignificante, insatisfatória ou indigna para uma pessoa. (SANTOS; BECKER, 2012, p. 38).

O homem, sendo o único animal na Terra que tem razão, ou seja, a capacidade de analisar a si próprio e pode agir de forma planejada o que é uma condição fundamental para que se tenha ética e moral e é por esse motivo que a ética ambiental vai sempre questionar a relação entre os homens e o meio ambiente.

Ainda sobre essa relação homem e meio ambiente, de acordo com Aquin (2019), o sujeito moderno tem gênero definido, é “masculino” e que a sua relação com a natureza, tida historicamente no ocidente como mulher, é pautada por esse a priori técnico, que entende a realidade natural como algo a ser dominada, explorada e violentada, em síntese, submetida ao desejo e vontade desse sujeito viril.

## **RACISMO AMBIENTAL**

Foi nos Estados Unidos que o termo racismo ambiental foi amplamente difundido e utilizado. Em 1981, o líder de direitos civis afro-americanos, Benjamin Franklin Chavis Jr utilizava o termo para denunciar as injustiças ambientais direcionadas às populações negras estadunidenses, por meio da institucionalização ou estruturalização do racismo pela racionalidade exploratória do capitalismo e da colonialidade. Pois o racismo ambiental exerce influência tanto sobre a probabilidade de exposição a riscos socioambientais quanto a acessibilidade de bens e serviços.

O professor da Universidade do Texas, Robert Bullard, considerado pai da justiça ambiental explica que o racismo ambiental reforça a estratificação de pessoas (por raça, etnia, status e poder), local (em cidades centrais, subúrbios, áreas rurais, áreas não incorporadas ou reservas de índios americanos) e trabalho (em que os trabalhadores de escritório, por exemplo, têm mais proteções do que os trabalhadores agrícolas). Ele chama atenção para o modo como esse racismo se estabelece:

Institucionaliza a fiscalização desigual, comercializa a saúde humana pelo lucro, coloca o ônus da prova nas "vítimas" e não nos poluidores, legitima a exposição humana a produtos químicos nocivos, pesticidas e substâncias perigosas, promove tecnologias "arriscadas", explora a vulnerabilidade economicamente e comunidades politicamente desprivilegiadas, subsidia a destruição ecológica, cria uma indústria em torno da avaliação de risco, atrasa as ações de limpeza e não desenvolve processos de

prevenção e precaução da poluição como estratégia abrangente e dominante (BULLARD, 2004, p. 03).

Sendo dessa maneira, o racismo ambiental tem em sua essência, fortalecer a exploração da terra, das pessoas e do meio ambiente, de forma estruturalizada/institucionalizada, reafirmando o poder de domínio e exclusão sobre grupos étnicos, sociais, não inserindo-os no contexto decisório de políticas socioambientais e causando sobre os mesmos impactos socioambientais devastadores. Neste sentido, o filósofo da etnia indígena crenaque Ailton Krenak (2018), sob a decolonialidade, contra-hegemônica, discute a ecologia política como um projeto que reconstrói a relação entre sujeitos coletivos e a existência orgânica em comum, expõe as estruturas assimétricas de poder que atingem essa relação comum sujeito/ambiente e promovem a individualização/espoliação, por ter a concepção de que o individualismo separado das relações ecológicas com o lugar é a promoção do encercamento, da privatização e apropriação dos projetos coletivos de existência em um planeta comum.

Krenak (2018) provoca a reflexão sobre uma Ecologia possível sendo contra hegemônica, situando-a a partir das relações harmoniosas, holísticas, vívidas, inspiradoras e políticas, em que o pensar coletivo se sobrepõe as individualidades e dominações coloniais. Desta forma, horizontalizando, reafirmando a necessidade de compormos o ser humano na Natureza, como parte dela, e de uma Ecologia decolonial, dissocia-se destes conceitos, destas epistemologias hegemônicas promotoras de cisões, invisibilizações e violências que resultam na efetivação de um desequilíbrio do meio. Em razão de que:

A ideia da natureza separada dos sujeitos coletivos é resultado dessa violência colonial abissal como um desequilíbrio ecológico. Para uma epistemologia do Sul, ecologia é uma ideia que nasce no Norte, e que é colada nos povos do Sul como uma carapaça. A ideia de ecologia é dos Brancos. Assim como a Natureza resulta da separação dos sujeitos coletivos do seu lugar de existência por uma interferência externa, violenta, a partir de uma relação desigual de poder (KRENAK, 2018, p. 1).

Parte das bandeiras ecológicas dos povos e comunidades tradicionais são edificadas mediante cosmovisões próprias dos povos originários, bem alinhadas com cosmovisões africanas, e com as bandeiras feministas, mas são ameaçadas pelos processos de desterritorialização o que resulta inexoravelmente em processos de falta de identidade e de enfraquecimento.

Joan Martínez Alier (2012) levanta as discussões sobre a origem do termo racismo ambiental, iluminando problemáticas socioambientais que, a partir de 1978, nos Estados Unidos, de acordo com o autor, começam a serem vistas e pensadas sob a luz do racismo ambiental. Alier (2012) explica que o racismo ambiental não era comum no mundo, antes da exposição do termo em 2 de agosto de 1978 nas redes de televisão americanas CBS e ABC

difundiram pela primeira vez a notícia sobre os resíduos que intoxicaram e provocaram asma em centenas de crianças em um local conhecido como Love Canal em New Haven.

Em seu ponto de vista Alier (2012) afirma que o movimento pela justiça ambiental criou uma “potente combinação” (*ibidem*, 2012, p. 235) das palavras justiça ambiental, desviando no cenário americano o debate ecológico da preservação e conservação da natureza para a justiça social, dismantelando a imagem dos protestos ambientais unilaterais do tipo “não no meu quintal” para a visão do “não no nosso quintal” e visão sobre a coletividade não só fez toda a diferença, como também mudou radicalmente as lutas dos movimentos sociais sobre as questões socioambientais.

Desta forma se fazem ainda mais importantes as produções acadêmicas e científicas, pois é por meio destas bandeiras que a sociedade desperta para o protagonismo frente às lutas socioambientais no enfrentamento, principalmente ao estado para que se cumpra o que preconiza a Constituição Brasileira no artigo 225: a garantia de um meio ambiente ecologicamente equilibrado para todos.

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988).

Neste recorte sobre a questão ambiental no Brasil e aos diversos problemas que compõem a crise ambiental no país, Lacerda (p. 42, 2014), além de conceber que somente por meio da ecopolítica internacional que os seres humanos irão ter a capacidade de continuar a viver coletivamente, pois é principalmente a política que determinará as escolhas em um universo de opções possíveis, traçando uma relação entre o estresse ambiental, compreendido como uma perturbação ambiental causada pela escassez e degradação da qualidade dos “recursos naturais”, com fatores políticos, econômicos e sociais.

Akotirene (2019) discorre sobre a relevância de descolonizar visões hegemônicas sobre a teoria da interseccionalidade<sup>12</sup>, sobretudo no que diz respeito às análises raciais feministas nos países do sul, é importante que se observe as águas do oceano Atlântico.

Adotar o Atlântico como *locus* de opressões cruzada, pois esse território de águas traduz, fundamentalmente, a história e migração forçada de africanas e africanos. As águas, além disto, cicatrizam feridas coloniais causadas pela Europa, manifesta nas etnias traficadas como mercadorias, nas culturas afogadas, nos binarismos identitários, contrapostos humanos e não humanos. No mar do Atlântico temos o saber

---

<sup>12</sup> De acordo com Collins e Bilge (2021, p.17) a interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas.

de uma memória salgada de escravismos, energias ancestrais protestam lágrimas sob o oceano. Segundo profecias Iorubá, a diáspora negra deve buscar caminhos discursivos com atenção aos acordos estabelecidos com antepassados. Aqui, ao consultar quem me é devido, Exu, divindade africana da comunicação, senhor da encruzilhada e, portanto, da interseccionalidade, que responde com a voz sabedora de quanto tempo a língua escravizada esteve amordaçada politicamente impedida de tocar seu idioma, beber da própria fonte epistêmica cruzada da mente e espírito. (AKOTIRENE, 2019. p, 15)

Góis (2021) discorre sobre a temática provando que o racismo tem projeto e ele se estabelece na pedagogia formal, nos modos e instrumentos didáticos hegemônicos, nos entretenimentos midiáticos e culturais, no jornalismo. De acordo com o autor o racismo é um projeto da classe dominante brasileira desde o Brasil colônia e que um dos elementos mais efetivos para o sucesso dessa ideologia, inclusive para ser assimilada pelas vítimas como algo natural é a permanente visibilização e constante atualização do imaginário racista. Pois,

A máxima violência contra o outro, em razão da raça, enraizou-se tão profundamente nas estruturas sociais tornou o racismo tão banal, corriqueiro e cotidiano que muitos dos algozes e das vítimas podem não se reconhecerem envolvidos nessas tramas identitárias racistas. Talvez o mais dramático efeito dessa ideologia racista no Brasil é que, desde o período da Colônia, essa educação permanente por meio da visibilização criminosa do outro, tomando-se por base a raça, fomentou o desejo de ter sobre o seu poder um escravizado, um serviçal, uma coisa em que se possa mandar e descarregar ódios. Esse desejo de exercício de poder, datado do Brasil Colônia, ultrapassou aquele período e transformou a gana de ser dono de escravizado uma obsessão nacional até hoje. (GÓES, 2021. P. 125).

A presente pesquisa buscou compreender as visões das mulheres pescadoras, suas crenças e traduções das suas próprias realidades e nesse sentido, se faz necessária a devida delimitação para pesquisa, discussão e contribuição sobre o que chamaremos, inicialmente, de “A Mulher e a Natureza”, pois os conflitos e as invisibilidades que concernem às questões tratadas nesta pesquisa estão embasadas na visão feminina das problemáticas socioambientais que dizem respeito às mulheres marisqueiras e pescadoras em Aracaju.

## **A MULHER E A NATUREZA**

A origem das discussões sobre as diferenças de visões de mundo entre as mulheres e os homens, está na antiguidade, há milênios Aristóteles definiu a racionalidade como masculina, há registros de que o filósofo pensava que as mulheres eram menos aptas ao raciocínio e por isso menos humanas. Ao longo dos dois milênios que se seguiram, a cultura europeia havia considerado as mulheres como intelectualmente deficientes, e havia tentado dominar a Terra, no que ela seguiu os preceitos da Gênese.

Na ciência, as discussões de gênero podem ser percebida desde o século XVIII, quando a filósofa francesa, Olympe de Gouges, em 1791 publica a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, uma contra argumentação à famigerada Declaração dos Direitos do Homem, da qual participou o filósofo iluminista Jean Jacques Rousseau, inspirada nos pensamentos iluministas, aprovada em 1789.

Em sua declaração, a filósofa francesa, no artigo III, explica uma das principais mudanças em relação à Declaração dos Homens, quando afirma a necessidade de uma dupla assembleia: “O princípio de toda soberania reside essencialmente na Nação, que nada mais é que a reunião da mulher e do homem: nenhum corpo, nenhum indivíduo podem exercer autoridade que não emane expressamente deles” (*Ibidem*, p. 7, grifo nosso). Tais exemplos ilustram a prioridade dada às mulheres no conteúdo do texto, não mais podendo serem deixadas de fora do espaço público, como afirmara Rousseau que, paradoxalmente, é a fonte filosófica inspiradora de Olympe.

De Gouges referencia-se também no segundo discurso de Jean Jaques Rousseau (1755) no qual ele reflete sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens. É essa obra que dará todo o fundamento antropológico do discurso defensor dos direitos das mulheres de Olympe e servirá justamente para subvertê-lo, à luz do primeiro artigo: “A Mulher nasce livre e permanece igual ao homem em direitos. As distinções sociais só podem ser fundamentadas no interesse comum” (DD, 1791, p. 7).

É sabido que no Segundo Discurso, Rousseau estabelece a oposição entre o homem natural e o social, mostrando que este último se corrompeu sucessivamente à medida que se aperfeiçoou cada vez mais. A natureza, que não mente de forma alguma, mostra de forma evidente que os homens são iguais por natureza, logo, atribuindo-lhes direitos incontestáveis (SIESS, 2016, p. 151). Nesse sentido, como Rousseau, Olympe relaciona antropologia e política, destacando que, entre os direitos do homem, a igualdade se sobressai. Contudo, há profundas diferenças entre os argumentos de um escrito e outro seja na conclusão, seja no que tange à orientação argumentativa. Em última instância, a natureza permite negar a superioridade do homem.

Janet Biehl<sup>13</sup> traz informações diversas sobre essa relação da mulher e a natureza, a partir do questionamento sobre a relação particular entre as mulheres e a natureza, a autora se pergunta se existe uma relação privilegiada entre as mulheres e os problemas que envolvem a natureza e a ecologia. A partir desses questionamentos Biehl (1991) traz contribuições do feminismo para responder afirmativamente a essas problemáticas.

---

<sup>13</sup> Pesquisadora Americana Militante no campo da ecologia social, autora de *Rethinking Ecofeminism Politics*.

O biólogo Ehrlich (1968) afirmara que o planeta terra sucumbiria devido a superpopulação, que a saída para esse problema era que as mulheres negassem a reprodução. As críticas não tardaram a advirem, quando Françoise d'Euabonne<sup>14</sup>, criticou a obra como mais um produto do que chamou de “sistema macho” patriarcal, que queria as mulheres descalças, grávidas e reprodutoras e que na verdade as mulheres não tinham o poder de negarem a reprodução e que, justamente por isso, deveriam ter acesso fácil ao aborto e principalmente à contracepção. Só então as mulheres teriam o poder de salvar o planeta da superpopulação. Na sua obra de 1974, d'Euabonne, afirma que a primeira consequência da ecologia e da liberação das mulheres é a de que as mulheres devem se conscientizar e se empoderarem do crescimento demográfico e isso faria com que as mesmas se empoderassem dos seus corpos e exatamente essa relação a autora chamou de ecofeminismo<sup>15</sup>.

Nos Estados Unidos, especificamente em 1963, a publicação do livro *Silent Spring*, Rachel Carson, marca o início da luta pela ecologia. Na época a autora reivindicava a não construção de usinas nucleares e apresentava os perigos destas para o meio ambiente. A autora mostrou que as mulheres tomaram a frente das manifestações contra as centrais nucleares e contra o lixo tóxico que elas produziam<sup>16</sup>.

A filósofa Marcia Tiburi, em seu artigo “As mulheres e a filosofia como ciência do esquecimento”<sup>17</sup> elenca os fatores que demonstram claramente a misoginia na produção de ciência e do pensamento acadêmico e filosófico:

Em primeiro lugar, as mulheres são um tema ou mesmo um tópos de uma história da filosofia escrita por homens. É raro encontrar um filósofo que não tenha se ocupado da questão sempre tratada na intenção da delimitação do lugar do humano em sua relação com as mulheres. Enquanto tema, e em segundo lugar, elas são um assunto que entrelaça motivos políticos, estéticos e metafísicos. É nesse território que aparece o conceito do feminino. Os filósofos homens tentaram construir uma geografia onde situar o feminino que, como símbolo, é o locus específico eleito para as mulheres, para definir sua natureza e ditar-lhes uma lei, uma inscrição no universo previamente tecido da tradição. Gênero é o termo usado há algumas décadas para falar dessa produção de identidade segundo a cultura, a sociedade e os mecanismos de poder nela envolvidos. Gênero, portanto, para o feminismo, é um conceito crítico. Do mesmo modo, os outros dois conceitos devem ser vistos de modo crítico, considerando o aspecto retórico, a função e o uso que tentam fazer valer a verdade histórica contida na palavra. (TIBURI, 2003, acesso online).

---

<sup>14</sup> Feminista radical francesa.

<sup>15</sup> Na obra *Le féminisme ou la mort* (1974).

<sup>16</sup> Era uma mulher, Donella Meadows, uma das principais autoras *The Limits to Growth* (1972). Na Alemanha, Petra Kelly era uma figura emblemática dos movimentos ecologistas. No Reino Unido, um grupo denominado Women for Life on Earth organizou um “acampamento da paz” na base aérea de Greenham Common para protestar contra a disseminação de mísseis de cruzeiro pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan).

<sup>17</sup> Disponível em: <https://www.comciencia.br/dossies-1-72/reportagens/mulheres/15.shtml> acessado em abril de 2022.

O feminismo interroga os discursos filosóficos, pois questiona os seus fundamentos clássicos e os arcaicos. Na atualidade, a filosofia é considerada a filosofia da ação, por isso não há como analisar as questões políticas, por exemplo, sem a visão da feminilidade em tantos setores da atividade humana. Para Tiburi (2003) a filosofia sem levar em conta aspectos quanto ao espaço, a metafísica, a ética e a estética contribuem para um pensamento obsoleto. A autora defende ainda que a questão feminina é bem atual e dispõe-se na urgência da produção e da solidariedade com o passado, o presente e o futuro da humanidade. Pois,

As mulheres compõem a história violentada sob o decreto da exclusão da mulher; do mesmo modo, a história da filosofia que, como qualificação do pensamento e da razão, determina os conceitos fundamentais que estão na base da estrutura da sociedade, participa dessa violência. O feminismo filosófico, lembremos, em sua exposição especial com Mary Wollstonecraft, no século XVIII, era a defesa do bom senso da humanidade. Portanto, uma causa voltada para a construção de uma sociedade para todos, não apenas de homens, nem apenas de mulheres. O feminismo filosófico vem levantar essa questão que é ainda atual e que diz respeito à fundação de uma sociedade justa em que a violência e a dominação sejam expostas em seus elementos constitutivos. (TIBURI, 2003, acesso online).

Enquanto história, a filosofia foi constituída como tradição e cânone do qual as mulheres não participaram de modo relevante. O feminismo filosófico é a teoria que procura investigar a fundamentação dessa falta. Se trata de um modo de teorização que surge com Wollstonecraft, em seus Escritos Políticos, nos quais critica o sexismo dos filósofos homens (de Rousseau ao seu contemporâneo Burke), e que evolui até o século XX, com filósofas como Simone de Beauvoir em seu *O Segundo Sexo*, alertando para os direitos das mulheres na base de uma reivindicação a ser e a pensar, à vida pública e ao universo do discurso e do poder. De meados do século XX até hoje, o feminismo cresce como filosofia que tenta rever o posicionamento da mulher diante da estrutura social e da produção do conhecimento. Para Tiburi (2003) se as mulheres finalmente estão construindo um lugar de filósofas no século XX, é porque participaram de uma revolução real que estão alterando as micro e as macroestruturas da sociedade ao confirmarem sua presença.

Esse é o avanço do feminismo para a filosofia: produzir a entrada das mulheres na cena ontológica - o poder ser - que redunde na cada vez mais crescente cena política e pública constituindo as mulheres como cidadãs, ou seja, seres que participam da constituição política como participantes - que não seja uma mera tautologia dizer - da "pólis". (TIBURI, 2003, acesso online).

São muitas as explicações sobre a ausência de mulheres na Filosofia, se faz importante ressaltar que existe esse silenciamento reconhecido e apontado por diversas autoras e demonstrado, quantitativamente, na rara produção de livros e textos de filósofas. É importante também frisar que não se trata de defender uma produção quantitativa para esconder possíveis

acusações de inferioridade intelectual, mas como Tiburi (2003) afirma “É preciso enfrentar a questão do silenciamento”.

Razão pela qual esse silenciamento continua evidente em todas as épocas e áreas e, em particular atenção às mulheres inseridas no contexto da pesca.

## **GÊNERO E COLONIALIDADE**

A interseção entre raça, classe, gênero e sexualidade são fundamentais, no presente estudo para a compreensão das diferenças que as mulheres marisqueiras e pescadoras sofrem em relação, não somente aos homens, mas também um sistema colonial. Para Lugones (2008) é necessário que se discuta as questões inevitáveis às mulheres de forma decolonial, para que, apartados dos feminismos coloniais, os feminismos decoloniais sejam pensados a levando em consideração a pobreza, a miséria, a raça e a sexualidade e só desta forma esses estudos podem contribuir para uma ciência libertadora. A questão da cor é um dos elementos norteadores mais importantes para a autora, ela explica que, pois as mulheres de cor, aqui no Brasil mulheres negras (a mudança de termo se faz importante na presente pesquisa, pois aqui no Brasil, diferente dos Estados Unidos, as mulheres negras são divididas em pardas e pretas e, nos EUA, o termo *black women* empreende as mulheres norte americanas descendentes de africanas que se identificam com a cor preta).

Dentro da tradição do pensamento colonial hegemônico, a interseção de raça/classe/sexualidade é ignorada, por isso a necessidade da construção de narrativas acadêmicas e científicas daquelas pessoas que estão diretamente envolvidas nas questões socioambientais, para que assim seja possível se vislumbrar um aprofundamento detalhado para se levar em consideração os feminismos plurais ocidentais. Como explica Lugones:

*El objetivo es comprender cómo se construye esta indiferencia de los hombres para, de esta manera, convertirla en algo cuyo reconocimiento sea ineludible para quienes están involucrados en las luchas de liberación. Se discute en detalle otra forma, muy diferente a los feminismos occidentales, de entender el patriarcado desde la colonialidad del género. La autora invita a pensar la cartografía del poder global a partir de lo que ella denomina Sistema de Género Moderno/Colonial. Problematicar su indiferencia ante la violencia que el Estado, el patriarcado blanco, y ellos perpetúan contra las mujeres en nuestras comunidades, en todo el mundo, es el recurso que me llevó a esta investigación teórica. Entiendo la indiferencia a la violencia contra la mujer en nuestras comunidades como una indiferencia hacia transformaciones sociales profundas en las estructuras comunales y por lo tanto totalmente relevantes al rechazo de la imposición colonial. Busco entender la forma en que se construye esta indiferencia para, así, convertirla en algo cuyo reconocimiento sea ineludible para quienes sostienen que están involucrados en luchas liberadoras. Esta indiferencia es insidiosa porque impone barreras impasables en nuestras luchas como mujeres de color por nuestra propia integridad,*

*autodeterminación, la médula misma de las luchas por la liberación de nuestras comunidades. Esta indiferencia se halla tanto al nivel de la vida cotidiana como al nivel del teorizar la opresión y la liberación. La indiferencia no está provocada solamente por la separación categorial<sup>4</sup> de raza, género, clase y sexualidad, separación que no nos deja ver la violencia claramente. No se trata solamente de una cuestión de ceguera epistemológica cuyo origen se radica en una separación categorial. (LUGONES, 2008, p. 73).*

A ciência produzida por mulheres feministas negras, tem demonstrado mais complexidades em termos de dominação e exploração violenta da natureza uma vez que a perspectiva hegemônica não empreende o cruzamento de todas as categorias, ou pelo menos das estudadas até o momento que explicam as problemáticas socioambientais. E mesmo quando os estudos são realizados sob a luz da epistemologia negra e feminista, decolonial não é o suficiente para a despertar a consciência de que homens e mulheres brancos, colonizadores que eles também, nos países do sul, continuam sendo vítimas de uma dominação e exploração que reproduzem na cumplicidade ou colaboração na dominação das mulheres de cor. Lugones se refere a essa dominação como um perigo a ser combatido, pois “(...) *en particular, la teorización de la dominación global continúa llevándose a cabo como si no hiciera falta reconocer y resistir traiciones o colaboraciones de este tipo*”(Lugones, 2008, p. 76).

Para a compreensão da realidade sociambiental da mulher pescadora e marisqueira, em Aracaju, partiremos da proposta da articulação metodológica da Inteseccionalidade, articulação proposta por feministas negras que se propõe a recuperar as bagagens ancestrais perdidas, inclusive espiritualmente, como discussão estabelecida por Carrascosa em sua obra sobre o que ela chamou de travessias literárias do atlântico negro para recuperar as invisibilizações das mulheres negras. Pois “(...)os projetos decolonial e negro-feminista farão a recalibragem deste instrumento náutico para corrigirmos dos perigos de invisibilização dos locais afrodiásporadicamente potentes” (2017, p. 22).

Júlia Tomás (2012) propôs uma organização da construção teórica do conceito de Invisibilidade Social edificada em três esquemas, para a observação mais completa do fenômeno social, uma vez que:

(...) Esta construção é edificada em três esquemas de inteligibilidade: na Fenomenologia (Husserl, Sartre, Ricoeur), na Hermenêutica (Gadamer, Ricoeur) e na Teoria Crítica (Escola de Frankfurt). Utilizando esta construção, podemos observar o “desprezo social” (Honneth) – a invisibilidade social – das minorias, dos estigmatizados, em suma, do Outro. (TOMÁS, 2012, p. 1).

É necessário se considerar que a exposição da invisibilidade se faz importante também, porque estamos vivendo em uma época de hiper-visualização na qual ser visível é quase uma

obrigatoriedade, contudo não trazemos a proposta de aprofundar a paradoxalidade entre a hiper-visualização e a invisibilidade neste trabalho.

**CAPÍTULO II**

**MARISQUEIRA, PESCADORA, MÃE,  
MULHER- AS MUITAS JORNADAS DAS  
MULHERES DAS ÁGUAS**



*Quando quisermos definir qualquer pedaço do território, devemos levar em conta a interdependência e a inseparabilidade entre materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana, isto é, o trabalho e a política (SANTOS, 2001, p.247)*

A atividade pesqueira no Brasil, e em Aracaju não é diferente, carrega as influências históricas de cada momento socioeconômico. Rios (2012) chama a pesca de “personagem” secundário com diferentes histórias em todo o território brasileiro, a autora mostra que os utensílios utilizados na pesca no Brasil, mas principalmente no Nordeste, já que sua pesquisa trata da costa da Bahia, tem influência predominantemente negra e indígena.

Diegues (1983) destaca que os principais instrumentos da pesca utilizada tradicionalmente por tribos de pescadores na costa africana, (exemplo do Senegal, Mauritânia, Angola, Namíbia e África do Sul) eram a pesca de linha, a pesca de rede (com rede feita de fibra), a pesca noturna, a pesca de jereré e a pesca de tarrafa. A utilização destas técnicas teve variações e foram também modernizadas ao longo do tempo. Seu desenvolvimento são algumas das características que são observadas no decorrer da história e nas distintas formas de realização da atividade pesqueira como destaca Rios (2012).

Em Aracaju, a pesquisa foi realizada com mulheres de dois bairros, o Bairro Industrial, zona norte de Aracaju e o bairro Mosqueiro que está localizado no extremo sul de Aracaju em uma região denominada de Zona Expansão. Os dois bairros são conhecidos como zonas de pesca em Aracaju, no caso do Bairro Industrial, por memória, muitas marisqueiras narraram que as praias de Aracaju antigamente eram a Praia do Artistas, onde hoje é a zona de mangue do Bairro 13 de Julho e a Prainha do Bairro Industrial, localizada onde hoje é a Avenida General Calazans, referenciada oralmente pelas marisqueiras como tendo início no antigo casarão, onde hoje fica a Casa Cor Sergipe até os fundos do Espaço Chica Chaves, toda aquela área era zona de banho e de pesca para os moradores do bairro Industrial e da Zona Norte de Aracaju, onde hoje fica a ponte Construtor João Alves. Já o Mosqueiro está localizado no extremo sul de Aracaju, o bairro faz divisa com as cidades de São Cristóvão e de Itaporanga, ambas estão nas outras margens dos rio Vaza Barris. Como demonstrado nas figuras 1 e 2, abaixo relacionadas:

Figura 1: Área de pesca no bairro Industrial

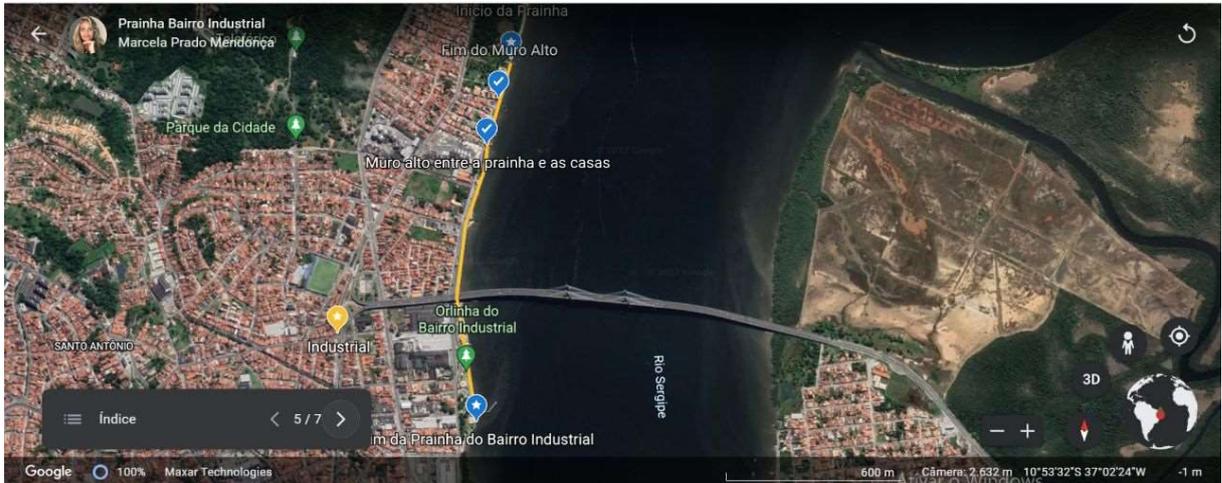


Figura 1: GOOGLE EARTH. Antiga Zona de Pesca do Bairro Industrial. Marcação da Autora. 2022.

Figura 2: Área de pesca no bairro Mosqueiro

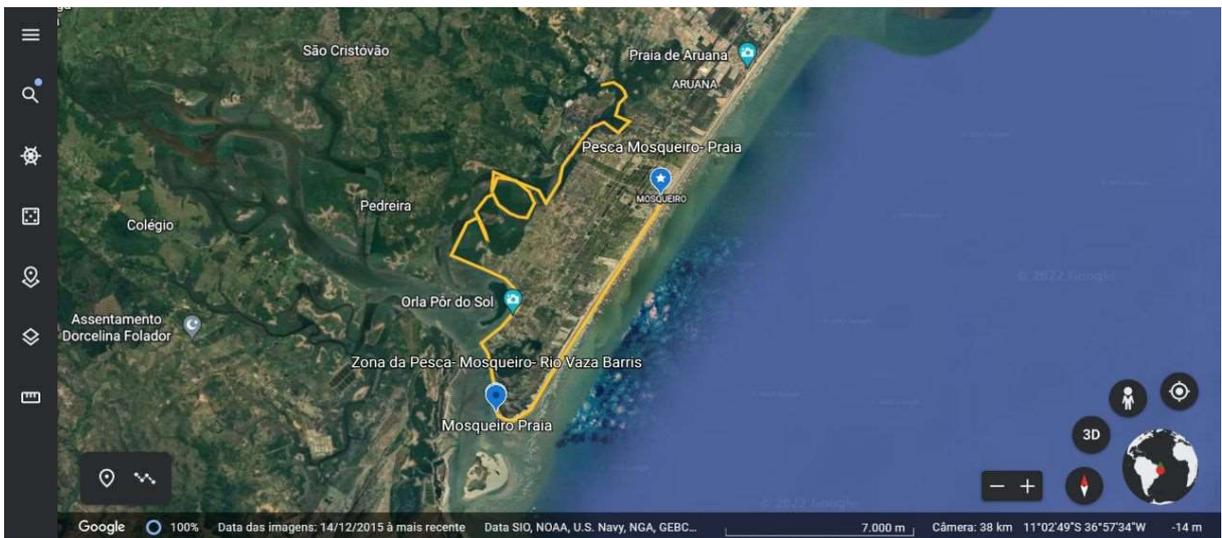


Figura 2: GOOGLE EARTH. À Esquerda margens do rio Vaza Barris e afluentes e à direita praia do Mosqueiro. Marcação da autora 2022.

## COMPOSIÇÃO METODOLÓGICA: FUNDAMENTOS E PROCEDIMENTOS

Quanto ao levantamento bibliográfico, foram consultados artigos científicos com as seguintes combinações de palavras chave: pesca artesanal, pescadoras e marisqueiras, pesca artesanal em Sergipe, invisibilidade, trabalho na pesca, decolonialidade, mulheres pescadoras e marisqueiras, *small scale fisheries* nas bases de dados SCIELO, SCOPUS e Google Acadêmico. Foi realizada a pesquisa nas bases de dados da UFS e das principais instituições de ensino do Nordeste e do País no sentido de analisar os trabalhos de conclusão de curso, dissertações, teses e nos periódicos da Capes.

Por não terem a profissão de pesca e mariscagem devidamente regulamentada para analisar essa atividade laboral se faz necessário a aproximação do espaço da pesca e dos relatos das próprias trabalhadoras. Para Cardoso (2001), os sujeitos que atuam na atividade da pesca artesanal constroem as suas realidades vividas, sentidas e percebidas diariamente de acordo com as suas vivências. É o cotidiano e as experiências de trabalho do pescador e da pescadora que definem e redefinem o que é ser pescador e pescadora artesanal e é por esse motivo que justificam-se os escopos definidos para análise nesta pesquisa.

Para tanto, o trabalho destas mulheres pescadoras foi analisado por meio da pesquisa etnográfica, que é o principal método para o estudo de “culturas” e de pesquisas de campo. A etnografia possui caráter holístico e multifatorial, ou seja, busca apresentar o retrato mais completo do grupo em estudo utilizando diferentes técnicas de coleta de dados. Para Matos (2001, p. 51), na etnografia, “(...)observa-se holisticamente, os modos como esses grupos sociais ou pessoas conduzem suas vidas com o objetivo de revelar o significado cotidiano, nos quais as pessoas agem. O objetivo é documentar, monitorar, encontrar o significado da ação”.

Além da observação participante foram realizadas entrevistas guiadas por questionários para extrairmos os elementos identitários que as definem e os seus trabalhos. Observamos a relação e o diálogo dessas mulheres com a água, com a terra, com o ambiente, com a comunidade, com as suas famílias, e com a possibilidade de encontrar as dificuldades, consigo mesmas.

A pesquisa se caracteriza como estudo etnográfico, para Mattos (2011), a partir desse estudo se faz possível a análise dos padrões de rotina diárias e também das diferenças de percepções em relação a si mesmas, suas rotinas e o seu trabalho entre as atrizes sociais escolhidas. Documentar, monitorar e significar as ações dos trabalhadores de maneira conjunta no meio ambiente laboral vai auxiliar a revelar a atuação das trabalhadoras e como eles

compreendem as suas realidades, de modo a compreender a relação das mesmas com o trabalho que desenvolvem, conhecer os pontos motivadores que as fazem permanecer desenvolvendo a atividade da mariscagem.

Esta pesquisa, quanto à sua abordagem, caracteriza-se como exploratória e descritiva. Considerada exploratória visto que estes estudos investigam um novo assunto ou tópico, orientando à compreensão de um determinado problema. Já o caráter descritivo é identificado pelo fato de descrever os fatos e fenômenos da realidade e suas organizações, características ao local (NEUMAN, 1997).

No que se refere à classificação, esse estudo é qualitativo. A pesquisa qualitativa preocupa-se com a análise contextual e a interpretação das ocorrências de fatos sociais, ao gerar resultados a partir do significado de categorias analíticas e não da frequência que esses dados ocorrem (EASTERBY-SMITH; THORPE; LOWE, 1999).

A análise empreendida nesta pesquisa foi qualitativa, com a finalidade de proporcionar uma visão detalhada e complexa sobre o fenômeno em questão, ou seja, a realidade socioeconômica das pescadoras e marisqueiras em Aracaju e a invisibilidade destas mulheres na sociedade. A pesquisa envolve as especificidades do fenômeno analisado, em sua origem e de sua razão de ser.

## **UNIVERSO DA PESQUISA**

A pesquisa foi realizada com os dados obtidos na pesquisa documental, por meio da observação e com dados das entrevistas realizadas a partir de questionários entre as trabalhadoras da pesca artesanal registradas e não registradas, ou seja, informais do ponto de vida previdenciário, que atualmente estão ativos na mariscagem e seguem desenvolvendo diariamente as atividades de pesca artesanal.

## **COLETAS DE DADOS**

A fonte de evidência adotada foi a análise de documentos, que, segundo Godoy (1995, p. 21), constitui uma rica fonte de dados, visto que "(...)permite o exame de materiais de natureza diversa, que ainda não receberam tratamento analítico ou que podem ser reexaminados, resultando em interpretações novas ou complementares".

## ANÁLISE DOS DADOS

Por fim foi realizado um estudo comparativo nos questionários aplicados. Este método, de acordo com Lakatos e Marconi (2008), possibilita a identificação das semelhanças e diferenças entre as situações analisadas.

A metodologia de análise principal foi a Análise do Conteúdo.

Laurence Bardin (2011) explica que a metodologia deve ser aplicada obedecendo a seguinte estruturação: (1) a organização da análise, (2) a codificação, (3) a categorização, (4) a inferência e (5) o tratamento informático (2009, p.121). Essa estrutura formam os três polos analíticos da AC: (1) a pré-análise, (2) a exploração do material e o (3) tratamento dos resultados que é consequência da inferência somada à interpretação. Para se aplicar a análise de conteúdo, faz-se necessário a escolha do “universo de documentos de análise” (BARDIN, 2011, p. 56). No presente estudo, se utiliza os questionários aplicados a uma amostragem de 20 mulheres que vivem das atividades da pesca e da mariscagem, por entendermos que a amostragem escolhida atende as quatro regras de constituição do corpus da pesquisa, destacadas por Duarte e Barros (2005). Atende a regra da exaustividade, pois foi entrevistada uma amostra de 20 mulheres em dois bairros, um localizado na zona sul e o outro localizado na zona de expansão, localizada no extremo sul da cidade, que tem pescadoras e marisqueiras registradas pelo movimento das marisqueiras; atende à regra da representatividade, pois o que se pretende aferir com esse levantamento são as narrativas das mulheres sobre as suas visões do seu trabalho e das suas vidas e atende à regra da homogeneidade, pois todas as entrevistas foram com mulheres que partilham do mesmo ofício.

Na pesquisa qualitativa a análise de dados está em primeiro plano, pois por meio desse recurso se dá sentido aos dados coletados, estabelecendo relação com o problema de pesquisa que é formulado posteriormente (DESLAURIERS; KÉRISIT, 2008). Nesse propósito, a técnica de pesquisa análise do conteúdo (AC) foi escolhida como eixo para guiar toda a investigação, e a metodologia de Laurence Bardin (2006) que foi a responsável pela fundamentação teórico-prática da abordagem. Bardin trata da AC como um conjunto de técnicas que analisa as comunicações através de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, busca a obtenção de indicadores, sejam eles quantitativos ou não, os quais permitem a inferência de conhecimentos ligados às condições de produção e ou recepção das mensagens, trazendo à tona as significações do conteúdo.

Para Minayo (2010) a compreensão e a análise do material qualitativo exige a superação do empirismo e da sociologia ingênua, como forma de alcançar os significados que os atores sociais compartilham nas vivências em suas realidades. Lacerda (2017) explica que:

A abordagem qualitativa da pesquisa advém da proposta de compreender o fenômeno em seu contexto histórico e segundo sua estruturação. Parte-se do pressuposto que a interação direta com as pessoas no seu cotidiano auxilia a compreensão de sua cosmovisão, concepções, comportamentos e práticas, bem como os significados que atribuem a essas práticas. (LACERDA, 2017, p.116)

Para facilitar o contato com as marisqueiras, entramos em contato com a marisqueira Gilsa Maria Santos Silva, liderança do Movimento das Marisqueiras e moradora do bairro Industrial.

Todas as transcrições das entrevistas se deu de forma manual, foi realizada a escuta atenciosa de cada entrevistada, posteriormente as respostas foram exportadas para o aplicativo online: Google Forms a fim de organização dos dados de forma simplificada. Mas foi transcrito também o que foi dito além das respostas perguntadas, como por exemplo a falta de acesso à diagnóstico correto, como o caso de uma das entrevistadas que sente dores muito fortes na região uterina, segundo ela há mais de 30 anos, e só em 2022 ela recebeu o diagnóstico de uma doença que não sabe o nome, mas que “come” as trompas, no relatório médico, que a mesma está tentando utilizar para a se aposentar, está o CID<sup>18</sup> N80 que caracteriza a endometriose. Na sequência as entrevistas transcritas foram exportadas para o *software MAXQDA 2022*<sup>19</sup>. A partir da utilização do *software* percorremos dois caminhos, no primeiro alimentamos o programa com a tabela de excel, resultado do Google Forms, e depois alimentamos o *software* com arquivos em word com as transcrições completas e sem filtros. A partir daí extraímos os códigos com o critério das principais ocorrências, definimos que o primeiro código seria (1) o “nós” e a partir daí aferimos que questões relacionadas ao trabalho das marisqueiras como (2) sustento é a principal preocupação, (3) as questões relacionadas à saúde é a segunda principal ocorrência e a (4) terceira é a identidade delas com o seu lugar de moradia e com o mangue, desta forma, definimos as categorias: O ofício das Marisqueiras; A saúde das Marisqueiras e Mulheres Marisqueiras e a busca de si.

## ASPECTOS ÉTICOS

O projeto de pesquisa cumpriu todas as normas e recomendações da Resolução n.466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS). O projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de

---

<sup>18</sup> Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde.

<sup>19</sup> Disponível em: <https://www.maxqda.com/>

Ética em Pesquisa da Faculdade Estácio de Sergipe CAAE: 32387815.1.0000.7723 (ANEXO A) como etapa obrigatória. As mulheres que, após esclarecimentos, aceitaram participar da pesquisa declararam anuência mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). O esclarecimento se deu pela apresentação de oral, de forma clara e simplificada, dos objetivos, riscos e as técnicas da pesquisa.

A liderança Gilsa Maria auxiliou a pesquisadora no esclarecimento das poucas dúvidas que surgiram, como por exemplo: vai sair a minha voz em algum lugar? Perguntou uma das entrevistadas no bairro Industrial, e outra perguntou se ia sair em alguma rádio, porque o ex marido poderia agredi-la nela, se reconhecesse a sua voz dela no rádio.

Por se tratar de pesquisa com seres humanos, as mulheres foram tratadas como participantes. A pesquisa foi estruturada em um processo relacional entre as envolvidas de modo a respeitar a dignidade e sua autonomia com base nas premissas para um bom relacionamento e cooperação de todas as envolvidas. Os dados coletados serão mantidos preservados na Universidade Federal de Sergipe pelo período estabelecido na resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

Os resultados da pesquisa foram socializados com o movimento das marisqueiras por meio da realização de rodas de conversas.

## **DIÁRIOS DE CAMPO**

No recurso diário de campo, a pesquisadora realizou suas observações. Foram descritas as reflexões pessoais, as vivências e as percepções, expectativas e frustrações com as relações estabelecidas com as mulheres e no campo da pesquisa. Esse processo se mostrou fundamental para análise hermenêutica e para a descrição das observações, vivências e abstrações dos significados presentes nas ações e discursos das mulheres pesquisadas. Para Jaccourd (2008) os diários de campo permitem reportar as forças e fraquezas da pesquisa e possibilitam uma “descrição narrativa” quanto uma melhor compreensão dos fenômenos estudados, apelando, principalmente, à subjetividade da pesquisadora. As realidades narradas pelas mulheres, em diálogos que aconteciam antes, depois ou durante as entrevistas trouxeram detalhes ricos e um sentimento de pertencimento àqueles lugares. As mulheres falaram sobre “a maré” como falavam das suas casas ou com mais intimidade que com os lugares onde moravam. É como se a maré fosse uma fonte de força para elas. É lá que elas se sentem conhecedoras. Percebe-se autoestima ao narrarem o trabalho e os conhecimentos sobre a maré. Conquistas como casas

próprias são faladas e valorizadas com orgulho, apenas duas conseguiram comprar seus terrenos e construíram suas casas com o próprio trabalho manual de construção.

Para identificar as invisibilidades das Marisqueiras foram realizadas 20 entrevistas, essa foi a estratégia utilizada para as aproximações das realidades, com base nas observações sobre os seus ofícios e, principalmente suas narrativas, seus interesses e os seus olhares sobre si mesmas. As entrevistas foram semi-estruturadas, entretanto durante o processo, percebeu-se que foi importante que se adotasse um tom mais informal para que as mulheres se aproximassem e falassem sobre suas questões sem medos e sem timidez. O medo dessas mulheres falarem foi um ponto a ser destacado. Para Bell Hooks é preciso que as mulheres enfrentem o medo de se manifestarem, “(...)enfrentar o medo de se manifestar e, com coragem, confrontar o poder continua a ser uma agenda vital para todas as mulheres” (2109, p. 19). Para que elas falassem sobre os processos de violências e, principalmente das questões relacionadas à sua saúde sexual era preciso que a conversa “esquentasse” primeiro. Nas interações percebemos que as mulheres ficavam mais à vontade quando falavam de forma mais livre, por exemplo, ao serem perguntadas sobre doenças no início relatavam “pressão alta”, “diabetes” ou “problemas de coluna” depois falavam sobre a vergonha das infecções do aparelho reprodutor, comuns a todas elas. Nesses momentos de descontração elas falavam também sobre política, suas lembranças, seus sonhos e suas memórias de infância.

Foram gravadas 7 horas e 16 minutos de conversas com as Marisqueiras, as respostas à entrevistas duravam de 4 a 20 minutos, as outras horas foram de conversações sobre os mais diversos temas, destacamos aqui a questão do vazamento de óleo na costa nordestina<sup>20</sup>, a pandemia da COVID e sobre as questões previdenciárias que envolvem a atividade de mariscagem.

Das entrevistadas, apenas uma se declarou da raça branca, quatro da raça amarela e as demais se declaram negras, sendo que seis se declararam pretas e nove mulheres se declararam pardas, ou seja, 75% das entrevistadas são mulheres negras o que justifica a nossa escolha por destacar nessa pesquisa autoras, filósofas negras para fundamentar a presente tese, conforme demonstra a figura 3, abaixo:

---

<sup>20</sup> Há 3 anos, em 2019, Os primeiros registros do derrame ocorreram no fim do mês de agosto de 2019. Até 23 de outubro, a contaminação havia atingido mais de duzentas localidades de vários municípios dos nove estados do Nordeste. Um relatório produzido pelo setor de inteligência operacional da Marinha, disponível em: [https://www.marinha.mil.br/egn/sites/www.marinha.mil.br/egn/files/CEMOS\\_032\\_MONO\\_CC\\_CA\\_PLAN%C3%87O\\_0.pdf](https://www.marinha.mil.br/egn/sites/www.marinha.mil.br/egn/files/CEMOS_032_MONO_CC_CA_PLAN%C3%87O_0.pdf) estimou que mais de mil toneladas de óleo haviam sido retiradas das praias nordestinas até o dia 21 de outubro daquele ano. Segundo o Ministério Público Federal (MPF) trata-se do maior desastre ambiental já registrado no litoral brasileiro

Quanto a raça e cor, a entrevistadas se autodeclararam:

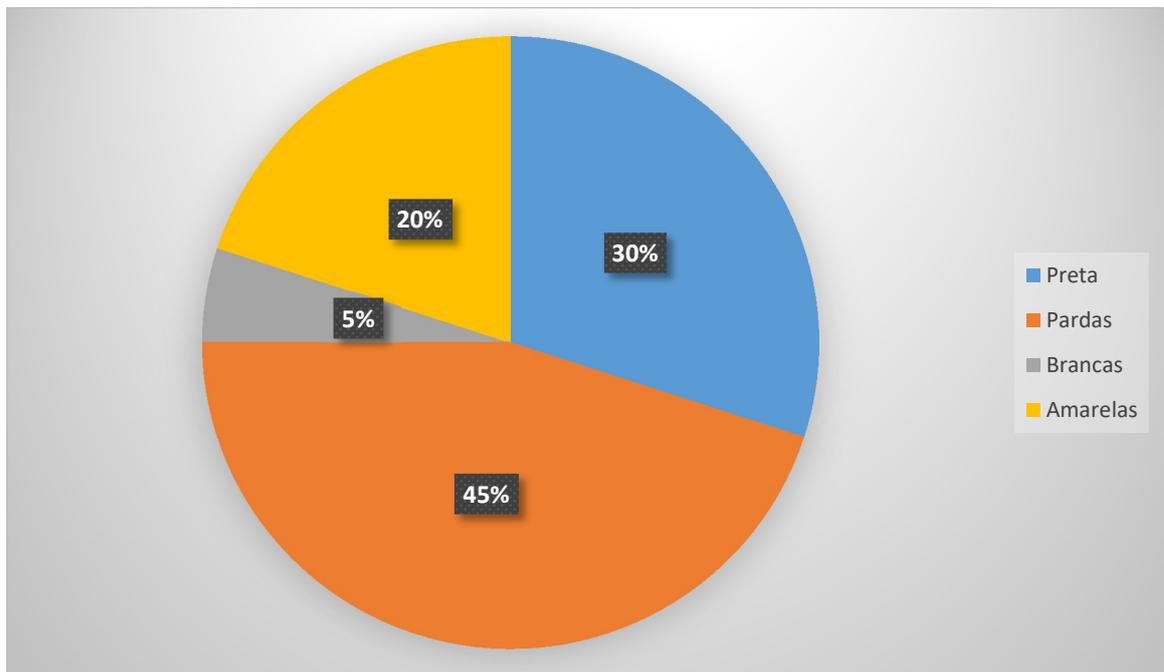


Figura 3 Gráfico de demonstração da raça das entrevistadas. Fonte: Mendonça 2022.

Quanto a faixa etária, as entrevistadas possuem:

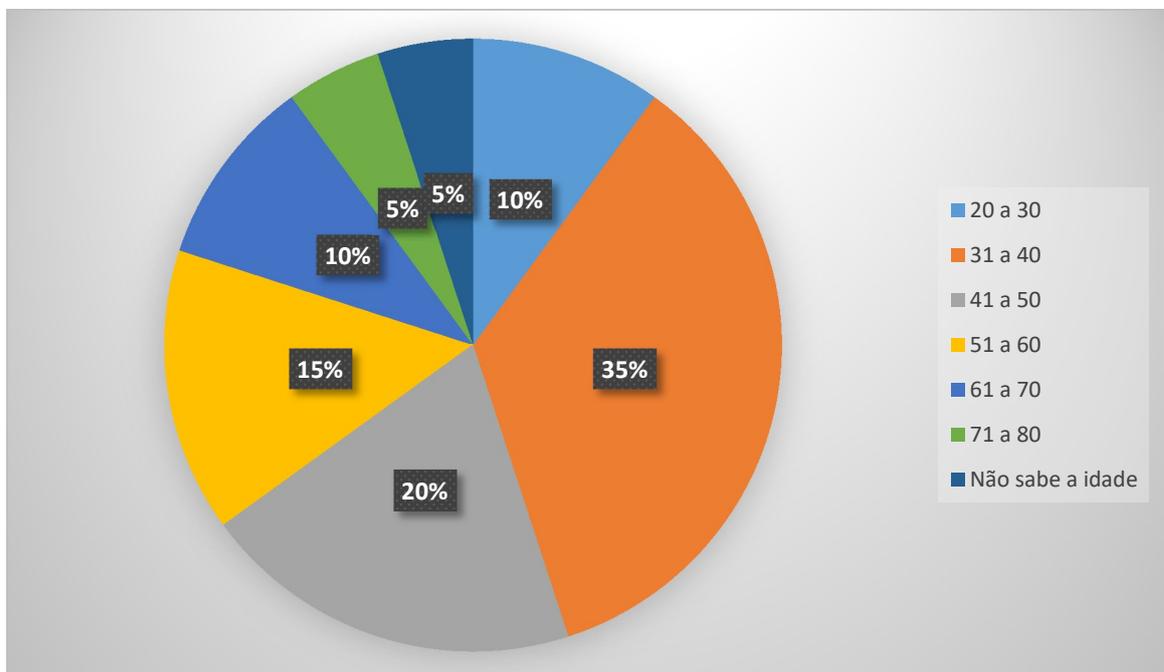


Figura 4. Gráfico idade das entrevistadas. Fonte: Mendonça 2022.

Quanto aos aspectos religiosos, obteve-se os seguintes dados, conforma a figura 4:

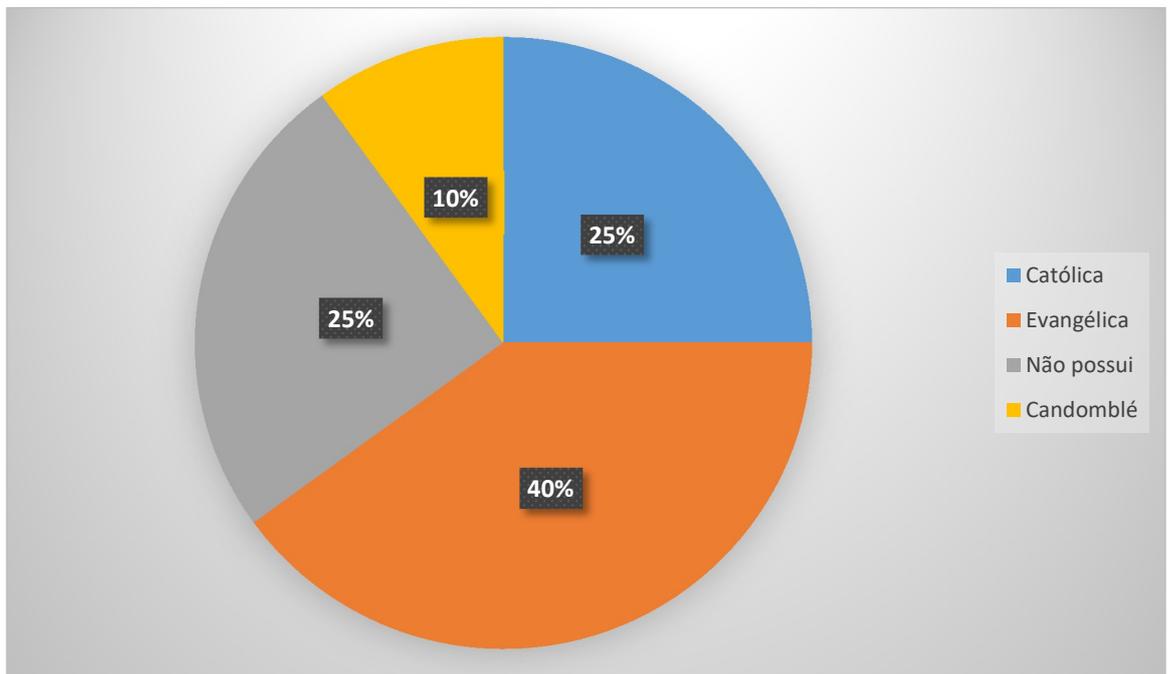


Figura 5: Gráfico de demonstração da religião das entrevistadas. Fonte: Mendonça 2022.

A maioria das entrevistadas se declararam evangélicas, na sequência a religião católica se destaca como segunda religião mais professada, seguida de não possui religião e por fim apenas duas mulheres se declararam do candomblé. Foi perceptível que quando elas estavam em grupo nos pareceu que elas tinham mais facilidade em se declararem evangélicas. Apenas uma declarou que professa a fé candomblecista.

### CAPÍTULO III

#### “NINGUÉM VAI AO MANGUE SOZINHA”



O termo Marisqueira não existe na linguagem jurídica e nem para fins previdenciários no Brasil. Apesar da existência da Lei da Pesca, nº 8.213, em vigor atualmente, observa-se na prática que nem todos os pescadores artesanais são por ela beneficiados. A lei garante aos pescadores artesanais seguridade especial, desde que estes produzam individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de terceiros, fazendo da pesca profissão habitual ou principal meio de vida. Porém, esta lei não estabelece critérios necessários para separar o pescador industrial do pescador artesanal (BRASIL, 1991). E isso é um entrave que faz toda a diferença na vida das mulheres que vivem da pesca artesanal e da mariscagem. Primeiro porque elas relataram que quando participam de audiências para se aposentarem, elas não podem falar que são marisqueiras, pois os advogados (geralmente homens) as instruem que falem que são pescadoras e de preferência sem entrarem em detalhes para que não descaracterizem que são pescadoras artesanais como se a narrativa de que são marisqueiras e não pescadoras as prejudique.

Em conversas com um desses advogados, que pediu para não ser identificado, ele afirmou que “realmente são audiências melindrosas, pois alguns juízes e juízas acham que elas não têm direitos, pois não vivem da pesca ou têm maridos que as sustentam”, mas confirmou que realmente instruem as marisqueiras desta forma, para que os juízes da instância federal acreditem que àquelas mulheres são pescadoras e que não estão reivindicando um direito que não possuem, no caso de se aposentarem por idade. Isso acontece, pois a lei da pesca preconiza apenas duas categorias de pesca: a categoria pesca desembarcada e a categoria de pesca embarcada, a caracterização das duas modalidades está disposta na lei da seguinte forma:

Categoria pesca desembarcada: quando o cidadão/usuário usar linha de mão, puçá, anzóis simples ou múltiplos empregados com caniço simples, carretilhas ou molinetes, espingarda de mergulho ou arbaleta com qualquer tipo de propulsão e qualquer tipo de seta, bomba de sucção manual para captura de iscas ou puçá-de-siri, com a utilização de isca natural ou artificial, devendo ser pago uma taxa anual de R\$ 20,00 (vinte reais).

Categoria pesca embarcada :Já a pesca embarcada abrange todo o descritivo dos equipamentos utilizados na categoria anterior, porém permite o uso de embarcações na classe “recreio”, devendo ser pago uma taxa anual de R\$ 60,00 (sessenta reais). Portanto para a pesca subaquática com uso de espingarda de mergulho, desde que praticada em mergulho livre (sem aparelhos de respiração artificial), o cidadão/usuário deverá obter a licença de pesca embarcada, conforme Instrução Normativa Interministerial nº. 9, de 13 de junho de 2012, com taxa anual de R\$ 60,00 (sessenta reais). Ressaltamos, por entendimento, que o cidadão que optar pela categoria embarcada, ela contemplará a pesca em sua totalidade, ou seja, poderá pescar tanto embarcado como também desembarcado. (BRASIL, 1991).

De acordo com o decreto instituído pela Lei da Pesca, a diferença para determinar o tipo de pesca que o indivíduo exerce (se artesanal ou industrial) se baseia ainda em como o trabalho é desenvolvido. Se as atividades de pesca ocorrerem sem a presença de embarcações ou com

embarcação de até seis toneladas de arqueação bruta, o trabalhador pode ser designado como um pescador artesanal. Dessa forma, a comprovação para reconhecimento legal do profissional da pesca deve se alinhar ao do tipo de embarcação e deve ser comprovado pelo pescador artesanal ou pelas colônias de pescadores, como disposto na Portaria nº 79, de 12/03/2014 e na Portaria 364, de 06/08/2014, do Ministério da Previdência Social (BRASIL, 2009).

Esse é outro fator que influencia diretamente na não aposentadoria dessas mulheres, pois elas precisam passar pela Colônia de Pescadores, no caso de Aracaju a colônia Z1, nenhuma das mulheres entrevistadas tinham a carteira de pescadora, elas pagam a taxa em alguma associação de pescadoras e são essas associações que as chancelam enquanto pescadoras e marisqueiras. No momento da pesquisa uma das marisqueiras entrevistadas relatou que não conseguiu se aposentar, pois na audiência o rapaz da associação simplesmente sumiu com a documentação dela e não ficaram provadas as contribuições que ela fez ao INSS para se aposentar, se trata de uma entrevistada que está com 59 anos e tem hipertensão, diabetes e de outras doenças ou sintomas.

A correta adequação do profissional em relação ao Ministério da Previdência Social garante a esse trabalhador benefícios previdenciários concernentes à sua profissão, tais como aposentadoria por idade, auxílio-doença, aposentadoria por invalidez, salário maternidade e pensão por morte. Para tanto, as pescadoras artesanais deverão estar quites com o pagamento das suas obrigações previdenciárias mensais e comprovar tempo de exercício da sua atividade. As colônias e sindicatos de pescadores podem emitir declarações referentes ao exercício da sua atividade, desde que estejam filiadas à colônia, conforme descrito no artigo 2º, item IV da Lei de Nº 10.779 (BRASIL, 2003<sup>21</sup>).

Quanto à necessidade de requerer benefícios previdenciários, como todo e qualquer trabalhador formal, os pescadores artesanais devem comprovar o exercício da pesca artesanal, mesmo que tenha ocorrido em período antes do requerimento do benefício, em número de meses igual à respectiva carência do que é solicitado pelo trabalhador. A exemplo, em relação à aposentadoria por idade, o pescador artesanal do sexo feminino<sup>22</sup> deve comprovar a idade de 55 anos e o masculino de 60 anos – além de comprovar assiduidade junto aos pagamentos e o prazo de carência referente a 15 anos de contribuição previdenciária.

---

<sup>21</sup> Texto atualizado da lei de nº 10.779/2003. Acessado em Dezembro de 2022: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2003/lei-10779-25-novembro-2003-470909-publicacaooriginal-1-pl.html>

<sup>22</sup> Reproduzimos o que está escrito no texto da lei: “pescador artesanal do sexo feminino”.

## ORGANIZAÇÃO SOCIAL DAS MARISQUEIRAS- UM IDEAL DE RECONHECIMENTO E IDENTIDADE

Nos dias 21 e 22 de setembro de 2013 foi realizado o “Primeiro Encontro Inter-Regional das Mulheres Marisqueiras, com o mote: “Pensando o lugar da mulher na pesca”. Essa data é importante para as marisqueiras, pois foi a primeira vez que mulheres de mais de dez municípios de Sergipe e do norte da Bahia se reuniram para discussões exclusivamente em torno do seu trabalho, como ilustrado na figura 5.



Figura 6. Fotografia de uma bandeirinha do Movimento das Marisqueiras. MENDONÇA, 2022.

O movimento das Marisqueiras, assim como o Observatório Social dos Royalties<sup>23</sup>, Conselho Gestor<sup>24</sup>, Educomunicação Socioambiental<sup>25</sup> e a Gestão Compartilhada para Acompanhamento da Política Estadual de Gerenciamento Costeiro (GESCO)<sup>26</sup> foram criados e incentivados como medida de mitigação socioambiental no Estado de Sergipe, preconizada pela Lei Federal 9.985/2000, como exigência do licenciamento ambiental para a exploração de petróleo e gás no território sergipano, a empresa Petróleo Brasileiro S.A., por meio do Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (PEAC), executado pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) com convênio administrado pela Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão de Sergipe (FAPESSE), foi estimulado em comunidades da costa sergipana a organização do Movimento das Marisqueiras.

De acordo com informações retiradas do site do PEAC<sup>27</sup> O movimento das Marisqueiras de Sergipe está em 95 comunidades tradicionais em toda a costa sergipana, especializadas em dez municípios e nos municípios de Conde e Jandaíra, norte da Bahia.

No PEAC foi criado o grupo de trabalho para fortalecer e estimular a organização social dessas mulheres em todo o litoral de Sergipe, é importante que se descreva sobre esse momento no intertítulo do trabalho, pois o fator basilar de organização social dessas mulheres foi o trabalho com o marisco. Nos primeiros passos do movimento das Marisqueiras foram desenvolvidas ações de intercâmbio com outros movimentos de pesca e de mulheres pescadoras, reuniões com lideranças da Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), do Movimento dos Pescadores e das Pescadoras Artesanais e de professoras e professores da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Ouvimos diversos relatos sobre o início da organização do movimento das

---

<sup>23</sup> Núcleo que objetiva a participação popular no acompanhamento, divulgação e discussão pública que gira em torno da distribuição e da aplicação de recursos financeiros provenientes dos Royalties. Sua ação é voltada para o fortalecimento das comunidades abrangidas pelo PEAC, através da educomunicação, formação e mobilização popular.

<sup>24</sup> Núcleo que atua como ferramenta de articulação comunitária e objetiva acompanhar os projetos de compensação e mitigação do PEAC, associado a um processo de formação política continuada. É parte constitutiva do programa de educação ambiental, a fim de ampliar o acesso de políticas públicas aos Povos e Comunidades Tradicionais.

<sup>25</sup> Núcleo que tem o propósito de estimular o diálogo, a produção coletiva de narrativas e o protagonismo social através das estratégias da comunicação popular. Além da produção e transmissão de informação, estimula a formação e disseminação de práticas comunicativas e culturais com as comunidades sobre a realidade social em que vivem.

<sup>26</sup> Núcleo que atua no processo de ensino-aprendizagem junto aos Povos e Comunidades Tradicionais em situação de vulnerabilidade. O objetivo é estimular a participação dos comunitários na construção e implementação da Política Estadual de Gerenciamento Costeiro, a fim de minimizar e evitar impactos negativos nos Territórios de vida das comunidades.

<sup>27</sup> <https://programapeac.com.br>

marisqueiras. As mulheres entrevistadas relataram histórias de amor pelas águas com requintes de amor, beleza e dor.

A partir daqui identificaremos as entrevistadas por meio de números, todas serão identificadas com a letra M em alusão à palavra Marisqueira e com um número de 1 a 20, referindo-se ao número de entrevistadas.

Sobre o início da organização social do movimento das marisqueiras, uma das marisqueiras do bairro Industrial entrevistadas relatou como se deu o início, desde a primeira reunião:

Meu irmão foi lá em casa me dizer que tinha um pessoal que ia se reunir embaixo da ponte para conversar com as marisqueiras. Todo mundo lá e no Mosqueiro me conhece e me respeita porque eu toda uma vida pesquei na Prainha e pesquei no Mosqueiro todinho ali, quando a gente não podia mais entrar aqui nesse rio. Eu fiquei com curiosidade, mas já sabia que meu marido não ia deixar eu ir aí, eu disse a meu irmão que era para passar lá em casa e me chamar para ir mais ele. A gente não sabia que podia ser considerada trabalhadora. Ali a mulher da Petrobras falou pra gente os direitos que a gente tinha, ela perguntou qual era o tipo do trabalho que gente fazia e a gente explicou que ia pegar aratu, ia pegar sururu, aí ela disse, então vocês mariscam? E a gente respondeu que sim, que nós somos marisqueiras. Meu marido aí não deixava de jeito nenhum e eu também tinha vergonha porque pensava que para participar tinha que ser gente que sabia ler e eu só sei ler um pouquinho. Eu tinha muita vergonha. Aí eu não tinha roupa para ir pra reunião e meu irmão (nesse momento a marisqueira chora muito) disse que ia comprar roupa pra mim. Mas meu marido disse que se eu fosse era para ficar por lá mesmo. Teve uma reunião em 2013 na Boa Luz e eu tinha muita vergonha, eu dizia que era marisqueira com muita vergonha, porque eu sabia que eu era marisqueira, mas eu não sabia que eu podia dizer com orgulho o que eu era. Foi por causa da peça de teatro<sup>28</sup> que eu soube pela primeira vez que eu podia me aposentar, que eu podia ter direito trabalhista. Começamos uma por uma de cada comunidade, eu ia para São Cristovão, ia para o Mosqueiro e o nosso movimento foi como uma bage de amendoim, a gente foi regando, regando e dizendo a cada mulher que ela podia ter orgulho de ser marisqueira e podia se aposentar do trabalho dela. M. 18.

Aferimos essa primeira reunião foi relatada por várias mulheres. Nesse momento nasceu a possibilidade de uma atuação conjunta que fortaleceu o sentimento da importância da construção de espaços autônomos e seguros de afirmação de modos de vida (alicerçados nos conhecimentos legados pelos conhecimentos ancestrais sobre a terra, os seres, a partilha) e da necessidade de potencializar ações políticas para este fim.

Outra marisqueira entrevistada, do bairro Mosqueiro. Relatou que foi através do primeiro intercâmbio das marisqueiras, realizado em outubro de 2014, na Pousada do

---

<sup>28</sup> Dinâmica realizada pelo artista Pedro Bomba para que as mulheres identificassem seu ofício, como atividade do núcleo de educomunicação do PEAC.

Padre localizada em Porto do Mato, Estância/SE, que ela conheceu e entrou no movimento.

Ali foi a primeira vez que a gente viu que a gente tinha direitos trabalhistas, antes disso eu mesmo não sabia que a gente podia ter uma carteira de pescadora, eu não sabia que os meus medos também eram os medos das outras mulheres que pescavam mariscos. A gente tinha medo de ir pro mangue sozinha porque tem estupro da gente, as da gente que não é casada se junta mais as outras para ir pescar, se for de redinha, só podem ir duas, mas até pegar aratu a gente vai acompanhada porque uma protege a outra. Por exemplo, se tiver cobra, se tiver abelha, se alguém passar mal a gente ajuda. M.7.

Foi com a criação do Movimento das Marisqueiras de Sergipe que essas mulheres se reuniram e se identificaram a partir dali como Marisqueiras, “*nós somos as marisqueiras de Sergipe*”. M. 18.



Figura 7. Fotografia da primeira reunião organizada das Marisqueiras em outubro de 2015.

Foto: Site do PEAC.

Em 2018 foi realizado o EMARIS, como um dos resultados desse encontro, em que ficou decidido que a Petrobras iria inserir mais comunidades atendidas, de modo a ampliar a participação de mais mulheres e assim soubessem e reivindicassem os seus direitos trabalhistas, conforme ilustra figura 7 que demonstra a roda de conversa com as lideranças.



*Figura 8. Reunião do Movimento das Marisqueiras de Sergipe.*

*Fonte: Site do PEAC*

## **A PESCA E MARISCAGEM COMO FONTE DE SOBREVIVÊNCIA**

Na pesquisa sobre as formas de sobrevivência e, portanto, o sustento por meio da atividade da mariscagem fica claro a disparidade entre a realidade que essas mulheres enfrentam em seus ofícios e das mulheres entrevistadas nos bairros Industrial e Mosqueiro, dezoito delas têm a mariscagem como principal fonte de renda, conforma gráfico apresentado na figura 8:

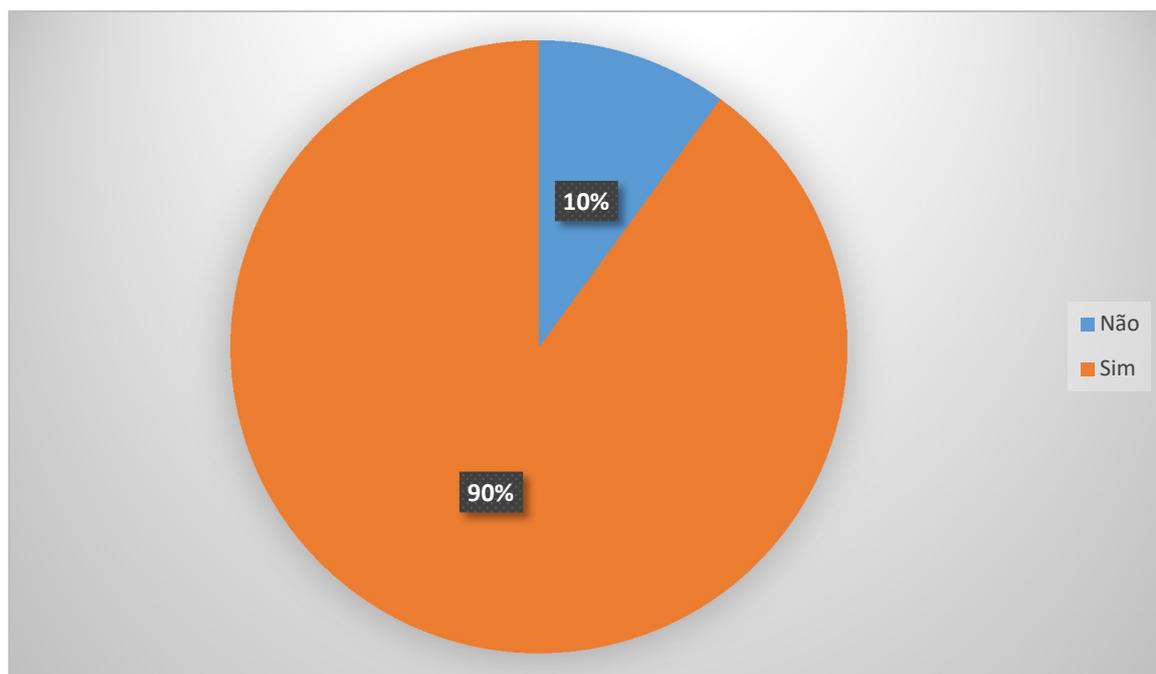


Figura 9: Demonstração da fonte de renda. Fonte: Mendonça 2022.

Na sequência da entrevista perguntamos se o valor que elas recebiam com a pesca e com a mariscagem era o suficiente para sobreviverem. Das 20 entrevistadas, apenas uma, que nesse momento está aposentada, respondeu que sim, pois conseguiu se aposentar como marisqueira e pescou a vida toda para sustentar seus filhos. Todas as marisqueiras do bairro Industrial disseram que não conseguem, pois não pescam no rio do bairro e isso implica em gastos com passagens para transporte, com comida para se alimentarem durante a pesca, com o apoio de outras mulheres para tomarem conta das suas filhas e filhos.

Pudemos aferir que o sustento, por meio da pesca está inviável para muitas mulheres e isso, além de gerar um impacto econômico devastador, pois a maioria das entrevistadas não tiveram oportunidade de estudar. Fato que o trabalho como domésticas, quando conseguem essa oportunidade e na terceira idade, quando não conseguem se aposentar, elas dependem economicamente dos seus filhos para viverem como afirma a entrevistada M. 18.

“Eu nunca imaginei em minha vida passar por isso, trabalhei a vida toda e sustentei meus filhos da maré, hoje, já tentei me aposentar duas vezes e tive o pedido negado, e agora vivo com a minha filha que está desempregada e o marido dela que sustenta a gente, aqui são eu, quatro netos, minha filha e o marido dela. Tem horas que me dá vontade de morrer por causa disso, tem horas que eu só quero que eu me acabe”. M.18.

A condição de falta acesso às escolas se mostrou um problema geracional de falta de oportunidade de estudos entre o grupo de mulheres marisqueiras e pescadoras. 20 % das entrevistadas falaram sobre a falta que os estudos fizeram em suas vidas, conforme destacado nos fragmentos abaixo:

“Eu sinto falta de saber ler, tudo que eu mais queria era pegar no livro e ler ele todinho, acho tão bonito quem sabe ler, que queria ler no ônibus, na maré, em casa não leio por causa das crianças, mas eu queria. Eu já tentei, mas não sei nada, minha mãe e meu pai nunca estudaram e tenho uma irmã que é assim também”. M. 7.

“O que eu mais sinto falta na minha vida é de ter estudado, se eu pudesse voltar no tempo, eu teria estudado. Eu não estudei porque tive que trabalhar pra comer, depois engravidei e piorou. Mas se eu voltasse no tempo, eu teria estudado, queria muito ter estudado”. M. 11.

Na amostragem levantada nesta pesquisa, nenhuma das entrevistadas têm ensino superior, nunca entraram na faculdade e/ou trancaram o curso. 30% das entrevistadas não sabem ler e nem escrever, 30 % só estudou até a quarta série, 25% não sabem ler e nem escrever, 5% têm o ensino médio incompleto, 5% cursou até a oitava série e 5% aprendeu a ler e a escrever seu nome, mas nunca frequentou uma escola. Ou outras atividades que apareceram na pesquisa, além da mariscagem e pesca, foram as de cuidadora de crianças, cozinheira e empregada doméstica, conforme figura abaixo:

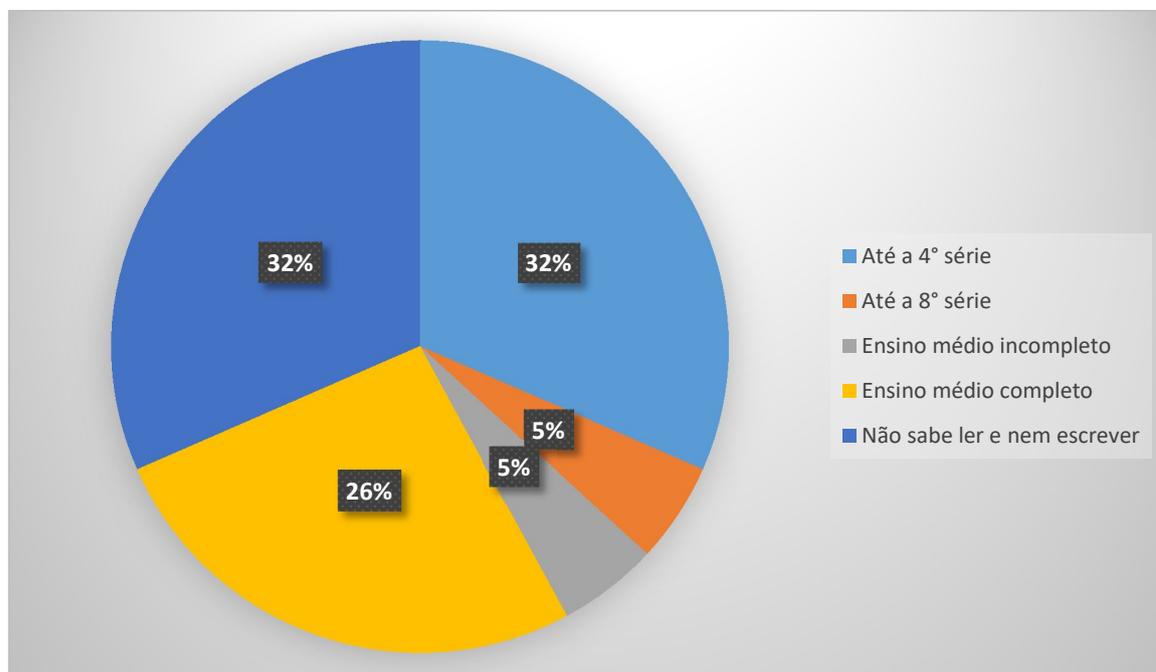


Figura 10: Nível de escolaridade. Mendonça, 2022.

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o “Trabalho Decente” propõe a produção de qualidade para os cidadãos em condições plenas de liberdade, equidade, segurança e dignidade humana. O trabalho decente é considerado

pela OIT uma condição fundamental para a redução das desigualdades sociais, para a superação da pobreza, para a garantia da governabilidade democrática e do desenvolvimento sustentável (OIT, 1999).

A segurança dos trabalhadores deve ser fator preponderante em suas atividades laborais, independente da área em que elas atuem. De acordo com a OIT não há como separar o trabalho decente da boa condição de saúde dos trabalhadores. É necessário que se observem os métodos e os ambientes de trabalho é parte fundamental da prevenção, com foco na integridade física e mental.

Outro fator que influencia no desenvolvimento profissional e impacta na capacidade de estudos é a presença de filhos, das 20 entrevistadas, apenas duas não têm filhos, mas essas duas participam ou participaram dos cuidados dos filhos e/ou filhas dos seus irmãos e/ou irmãs e/ou de algum parente próximo. Os cuidados com as crianças é função feminina e não houve nenhum relato de que os pais ou outros ajudantes do sexo masculino ajudou ou assumiu a função de cuidador.

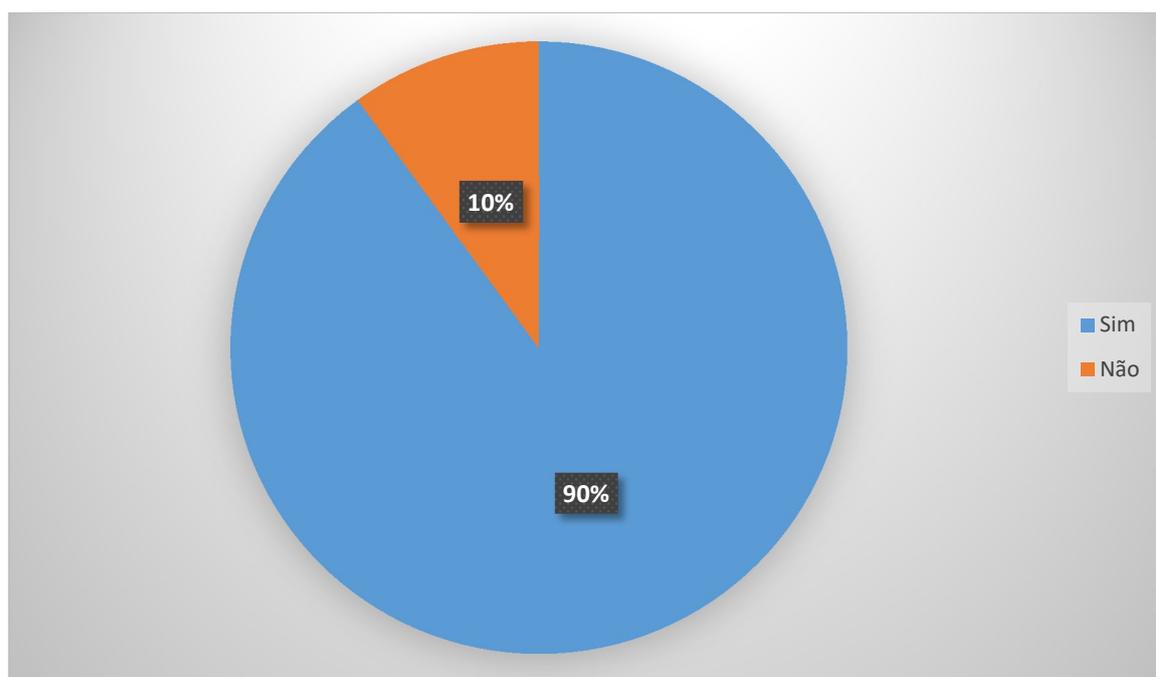


Figura 11: Informações sobre a presença de filhas e filhos. Fonte: Mendonça 2022.

A grande maioria das entrevistadas têm filhos (90%), todas as mulheres que têm filhos afirmaram que gostariam que seus filhos estudassem, pois não dependeriam só da pesca. E a maioria também afirmou que não gostaria que seus filhos vivessem da pesca.

Ao questionarmos às entrevistadas sobre o que elas mais sentem falta na vida, suas respostas se dividiram, basicamente em três fatores que permeiam os seus sustentos econômicos, seus territórios e suas vidas.

70 % responderam que sentem falta de condições dignas de sustento, elas falaram sobre a falta que a maré faz para o sustento e o dos seus filhos.

“O que eu mais sinto falta é do meu sustento e dos meus filhos, eu engravidei muito nova, mas como eu pescava, eu sabia que eu poderia me sustentar e sustentar minhas crias, mas eu não consigo me manter, quem dirá manter meus filhos”. M. 3.

“O que eu mais sinto falta é de um emprego fixo, as condições da gente são muito ruins, não dá para comprar nem o botijão de gás”. M. 4.

É possível concluir que para as pescadoras e marisqueiras o significado do mangue, da maré, do rio e do mar ultrapassam o aspecto econômico. Pois, na pergunta “O que significa o mangue/maré/rio ou mar para você?”, todas as respostas demonstraram que a identidade dessas mulheres se faz passando primeiro pelo significado dessas águas para elas.

A maré para mim sempre foi o sustento de toda a minha família, dos meus pais, dos meus avós. Eu lembro que quando eu era criança, eu nunca quis viver de outra coisa que não fosse a maré. M. 1.

A maré para mim é uma fonte de renda, durante a minha vida toda foi o sustento dos meus filhos. M. 2.

O mangue para mim é tudo na minha vida, porque foi de lá que eu sempre recebi o meu sustento. M. 3.

O mangue significa tudo para mim e para a minha comunidade. M. 4.

O mangue para mim é tudo, criei meus filhos na pesca. Sou nascida e criada na maré com a minha mãe. Meu filho tem 35 anos e foi criado na maré. M. 5.

O mangue sempre foi a minha vida, quando eu chego na maré os meus problemas todos passam, se eu pudesse eu comprava um barco e ia morar em meu barco, para nunca mais pisar em terra. M.6.

A maré é a minha vida, eu saía na boca da noite com meu marido e a gente chegava com a sacola cheia de tainha e a gente comia e dava para outras famílias, se uma mulher tivesse doente ou sem poder ir pra maré naquele dia, a gente mandava peixe pra casa dela e toda vida foi assim, todo mundo comia, agora ninguém nem pode ir pescar, avalie comer seu pescado. M. 7.

A maré para mim é meu trabalho, a minha sobrevivência, eu gosto, não todo dia porque é cansativo. M.8.

A maré para mim é tudo, eu não estudei porque tomava conta dos meus irmãos, somos em deztoito. Hoje só tem nove vivos. A minha mãe ia pescar e eu ficava tomando conta dos meus irmãos. M. 9.

O mangue é meu recurso, é meu dinheiro, o meu meio de sobrevivência. M.11.

Eu amo o mangue, amo a maré, eu fico triste de não poder mais pescar, de não poder mais me sustentar da pesca. M. 12.

A minha vida era na maré, de dia e de noite. M.13

A maré é a minha vida, pequena eu comi muito camarão com piaba para sobreviver, depois pesquei muito para me sustentar, tudo que um home faz na maré, nós também fazemos, eu remo no braço, eu pesco de rede, eu tiro caranguejo, tudo que um home faz a gente faz, mas o homem tem vantagem porque é mais difícil ficar doente. M. 14.

Significa para mim oportunidade de trabalho. M. 15.

A maré para mim é minha vida, é tudo. Meus pais sustentaram 23 filhos da pesca e eu sustentei os meus também. M. 16.

A maré para mim é uma fonte de renda. M. 17.

Significa tudo porque foi a minha fonte de renda, a gente se alimentava e vendia, eu tirava o meu sustento e o sustento das minhas filhas da maré. M.18.

A minha sobrevivência para ter o bocado de cada dia. M. 19.

O rio é a minha infância, onde eu aprendi a brincar, a minha juventude onde eu aprendi a pescar e o sustento a vida toda para mim. M. 20.

Pulamos a entrevistada M. 10, pois ela se emocionou com a pergunta e não conseguiu responder. No momento da resposta, ela olhou para o horizonte, como se estivesse mirando o vazio, silenciou e chorou. O momento dela foi respeitado e não houve insistência para que respondesse.

Para além do aspecto econômico, os dados demonstraram que, para essas mulheres, a pesca confunde-se com a sua vida. Antes de se entenderem como marisqueiras e pescadoras elas sabiam que se sustentariam durante toda a vida e têm isso como referência, pois a pesca foi passada de geração em geração, ou seja, em suas memórias seus pais e seus avós tiraram o sustento do mangue e esse *continuum* era tido como natural, por isso a emoção de muitas delas ao falarem sobre a realidade do mangue agora. O bairro Industrial apresenta uma realidade muito pior que a realidade do bairro Mosqueiro, pois lá não existem mais condições de pesca, nesta tese podemos afirmar que a geração que está com 20 anos ou mais agora foi a última a que cresceu e viu seus pais se sustentarem e os seus filhos do rio que margeia o bairro em que elas nasceram e cresceram.

Até 2022 o plano diretor de Aracaju não prevê a recuperação daquele rio e nem a construção de acesso, e nem a demolição do muro alto que afasta os moradores da maré na principal área de pesca do bairro que é a localidade conhecida como “Prainha”.

## A SAÚDE DAS PESCADORAS E MARISQUEIRAS

Pensar a questão da saúde para as mulheres pescadoras e marisqueiras é extremamente necessário pelas dimensões envolvidas na relação mulher-saúde. A compreensão do aspecto ontológico do cuidado na condição humana demanda a consideração da dimensão de gênero. No caso das marisqueiras e pescadoras.

Lacerda (2017) traz a perspectiva da importância da associação entre os cuidados e as experiências das mulheres nas relações humanas e, principalmente a relevância de observar atentamente para além da condição biológica, uma vez que:

Para além da dimensão biológica, evocada ao associar a propensão ao cuidado à condição de geradora de vida, percebe-se a força da construção social dessa associação. Nesse sentido, a compreensão do conceito de gênero assume papel relevante na análise dos papéis nos processos de cuidado. (Lacerda, 2017. P. 106.)

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2011), as ações que implementam a segurança do trabalho devem priorizar, elencar e tratar toda e qualquer ocorrência que possa interferir na continuidade de processos produtivos, independentemente de se esses processos já tenham causado lesão corporal, perda material, perda de tempo ou a combinação dos três fatores citados anteriormente.

A professora Joan Scott (1990), traz a perspectiva de que gênero como um meio de codificar as relações complexas entre as diversas formas de interação humana. Sua discussão sobre gênero é compreendida como elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, o primeiro modo de dar significado às relações de poder. Por serem cuidadoras e reprodutoras, as mulheres são naturalmente defensoras da vida e da natureza. Faz-se necessário assumir o entendimento de que mulheres e homens são partes da natureza e as relações que as mulheres têm com o meio ambiente estão relacionadas aos papéis sociais de gênero que foram construídos histórico e culturalmente (CRUZ, 2010).

A adoção de um conjunto de medidas de ordem técnica (métodos de trabalho), administrativa (protocolos, procedimentos operacionais, ou até mesmo hábitos de trabalho), educacionais (instrução e percepção de riscos), médicas e psicológicas (realização de exames de rotina, consultas com médico do trabalho), podem-se traçar planos de promoção à saúde ocupacional de maneira abrangente, evitando a criação de condições inseguras e corrigindo-as, quando identificadas. Dessa forma, preparam-se os trabalhadores para atuar de maneira prevencionista, garantindo a preservação da qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Para a OIT, o objetivo quanto à promoção de métodos ou sistemas que gerenciem riscos relacionados à segurança e saúde no trabalho se baseiam em:

[...] proporcionar um método de avaliar e de melhorar comportamentos relativamente à prevenção de incidentes e de acidentes no local de trabalho, através da gestão efetiva de riscos perigosos e de riscos no local de trabalho. (OIT, 2011, p. 3).

Com o objetivo de eliminar ou minimizar os riscos de acidentes de trabalho e as condições nocivas que afetam o trabalhador, Mendes, Silva e Medeiros (2003) mencionam a efetividade referente aos métodos de controle de exposição ocupacional e sistemas de gestão, com foco na saúde e segurança no ambiente de trabalho. A existência de normas de segurança e de mecanismos legais que permitem ao Estado fiscalizar e intervir nos ambientes de trabalho constitui um importante fator para a segurança do trabalhador; contudo não é suficiente, devendo haver um maior compromisso com as questões da saúde e de segurança dos trabalhadores.

Promover a melhoria nas condições ambientais de trabalho tem como principal objetivo valorizar o ser humano, aumentando a sua autoestima e a qualidade de vida, diminuindo os altos custos com acidentes do trabalho. Para as pescadoras e marisqueiras, que são trabalhadoras autônomas e dependem de boas condições de saúde que as permitam se locomover, pegar peso, passarem muito tempo dentro da água, remarem, puxarem redes, se abaixarem e levantarem com facilidade para proverem o seu sustento, além desses benefícios, há também as preocupações quanto à previdência, à diminuição do gasto público com benefícios concedidos como auxílio-doença, aposentadorias por invalidez ou morte, por exemplo.

A saúde das marisqueiras passa longe de contar com o aporte das questões que implicam a prevenção e controle dos riscos do seu ofício. Em nossa entrevista identificamos algumas doenças, mas percebemos que a maioria delas apresenta diversos adoecimentos, como dores, hipertensão, problemas no sistema urinário-ginecológico, entre outros.

A entrevistada M. 18. relatou que, no encontro das Marisqueiras em 2018, mediado pelo PEAC, recebeu a cartilha “A saúde das pescadoras artesanais atividades de pesca”. Esse material foi distribuído pelo Ministério da Saúde em parceria com o projeto “Educação em Saúde da(o) trabalhadora(a) da Pesca Artesanal e Formação de Agentes Multiplicadoras em Participação na Gestão do SUS”. Esse material foi desenvolvido pela equipe do departamento e Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social (DAGEP) da faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e pelas organizações de pescadoras e pescadores artesanais representadas pela Articulação Nacional das Pescadoras (ANP) e esse material ajudou muitas marisqueiras e pescadoras a traduzirem processos de adoecimento que traziam,

mas que não relatavam quando iam às poucas consultas médicas, pois achavam que era normal, sentir dores nas mãos ou terem candidíase de repetição, por exemplo.

Esse material traz a descrição minuciosa dos riscos e das doenças que são resultantes das condições de trabalho ou da forma que o trabalho das marisqueiras e pescadoras é realizado. Essas doenças podem surgir após longos períodos de exposição ao perigos ou riscos relacionados ao ofício que desenvolvem. As mais comuns, de acordo com a cartilha, são Lesões por Esforços Repetitivos (LER), câncer de pele e doenças dos mergulhadores. A cartilha expõe também o significado de acidente de trabalho que, no caso das marisqueiras são: afogamentos, picadas ou lesões com animais marinhos venenosos, cortes e quedas.

É importante que as marisqueiras tenham acesso a esse conteúdo, pois das 20 entrevistadas nenhuma usufruiu de benefício trabalhista por estarem grávidas, acidentadas e/ou doentes, apesar de terem direito aos benefícios previdenciários que podem ser de um salário mínimo quando precisarem se afastar do trabalho por um mês, dois ou um ano, ou o tempo necessário para a reabilitação. Ou mesmo a aposentadoria por invalidez para os casos mais graves. O motivo delas não procurarem é descrença de que elas terão esses direitos assegurados, algumas poucas entrevistadas relataram que não sabiam os direitos que têm acesso, mas a maioria simplesmente não acredita que vá conseguir, e não têm tempo de darem entrada em seus benefícios, pois esse processo exige a apresentação de documentação comprobatória e elas têm que trabalhar, têm que cuidar de filhos menores, não têm com quem deixar as crianças e em caso de doenças crônicas elas desacreditam da própria doença ou são desacreditadas e desencorajadas, pois “se ninguém tem acesso, como ela vai ter?” conforme questionou M.11.

Nesse sentido, para as pescadoras e marisqueiras terem acesso aos direitos previdenciários é imprescindível que tenham o correto diagnósticos do estado da sua saúde: para (1) poderem fazer o tratamento correto e evitar a evolução para incapacidade permanente ou até a morte no caso de doenças mais graves, (2) quando precisarem se afastar do trabalho por um tempo para dar entrada no INSS para terem acesso ao devido benefício, (3) para a confecção do relatório médico atestado cobrados pelo INSS e, por fim, (4) quando as marisqueiras e pescadoras passam a ter ciência sobre as doenças e os riscos que envolvem o seu ofício, elas passam a se cuidarem e a se prevenirem mais contra doenças e acidentes.

Santos (2019, p. 50) explica que, apesar de ser composta por normas, padronizações e determinações a serem seguidas, a promoção da segurança ocupacional é também uma questão cultural, de formação, informação, conscientização, entendimento e valorização da vida. A autora destaca a higiene ocupacional como um fator muito importante para sistematizar os riscos e adequações necessárias ao trabalho das marisqueiras.

As palavras risco e perigo são utilizadas com frequência para caracterizarem situações de ameaças em ambientes laborais. Para que se possa compreender tecnicamente o emprego desses termos no âmbito da saúde e segurança do trabalhador, é necessário verificar a diferença existente entre eles. O termo risco, de acordo com o dicionário HOUAISS (2018), significa a “probabilidade de perigo; ameaça física para o homem e/ou meio ambiente”. A OIT (p.23, 2011) define risco como “a possibilidade ou a probabilidade de que uma pessoa fique ferida ou sofra efeitos adversos na sua saúde quando exposta a um perigo, ou que os bens materiais se danifiquem ou se percam”<sup>29</sup>.

Já a palavra perigo é conceituada pelo mesmo dicionário como “(...)situação em que se encontra sob ameaça a existência ou a integridade de uma pessoa, um animal, um bem material”. A OIT é mais abrangente no conceito e afirma que a palavra perigo se refere à propriedade intrínseca ou potencial de um produto, de um processo ou de uma situação nociva, que possa provocar efeitos adversos na saúde ou causar danos materiais. Perigo seria a fonte, a circunstância, o ato ou a situação com potencial de provocar perdas sob a forma de danos à saúde, à integridade física, à propriedade, ao meio ambiente de trabalho (HOFFMANN, 2010).

A relação, portanto, entre perigo e risco está na exposição a situações danosas, sejam elas imediatas ou a longo prazo. A análise de riscos é um campo amplo, mas tem o foco em ações preventivas, mediante antecipação e reconhecimento dos riscos existentes nos mais diversos ambientes de trabalho, é possível realizar avaliações precisas desses riscos, por meio da sua identificação e da quantificação prévias, a fim de criar medidas de prevenção e controle que minimizem ou anulem a exposição dos trabalhadores a agentes danosos para a saúde (GOELZER, 2016).

Em Aracaju, o clima é ensolarado a maior parte do ano, os índices de raios ultravioleta durante boa parte das estações é considerado alto e altíssimo, mesmo durante no inverno este índice costuma ser alto ou médio, em poucos dias do ano se registra índice baixo de incidência de raios UV na capital de Sergipe. As marisqueiras relataram que sempre desenvolvem seu trabalho de pesca em ambiente a céu aberto, momento em que estão expostas à radiação solar frequente, o que aumenta os riscos relacionados ao câncer de pele, envelhecimento precoce da pele e do cristalino dos seus olhos, o que resulta em doenças como a catarata, astigmatismo e desgaste do nervo óptico.

As trabalhadoras da pesca e mariscagem estão muito vulneráveis a problemas de saúde relacionados ao baixo ventre, referenciamos a área do corpo de uma forma geral, pois

---

<sup>29</sup> Documento da Conferência Internacional do Trabalho 2011. Disponível em: [file:///C:/Users/Marcela/Desktop/Doutorado%20Marcela/wcms\\_229498.pdf](file:///C:/Users/Marcela/Desktop/Doutorado%20Marcela/wcms_229498.pdf) Acessado em novembro de 2022.

identificamos que elas apresentam adoecimentos no aparelho reprodutor/sexual, urinário e no final do aparelho digestivo. Para Pena e Gomes (2014), as atividades que expõem as trabalhadoras à umidade, como é o ambiente em que as marisqueiras trabalham, aumenta os riscos de dermatites micóticas e onicomicoses<sup>30</sup>, inflamações gênitó-urinárias e as chances delas desenvolverem alergias são aumentadas exponencialmente quando somadas aos riscos de exposição a intempéries ambientais como a chuva, o vento e o frio, que aumenta as probabilidades de infecções respiratórias.

A cartilha A Saúde das Pescadoras Artesanais (2018) lista ainda, além dos já citados, as varizes como uma doença de risco para as marisqueiras, por causa dos longos períodos em pé e carregando muito peso nos trajetos, os riscos biológicos como especialmente os relacionados a vírus, bactérias, fungos, protozoários, ovos e larvas de vermes em geral; Peixe elétricos ou animais venenosos. Especial atenção para mosquitos que transmitem doenças - Febre amarela, malária, dengue, Chikugunya e Zika Vírus, em nossa pesquisa aferimos que o risco de picadas de abelhas também entre neste conjunto. Os riscos químicos, com o uso de óleo diesel, querosene e outras substâncias inflamáveis, as marisqueiras e pescadoras costumavam passar querosene em seus corpos para afastar os insetos, sendo mais um risco para a saúde dessas trabalhadoras. O risco com envenenamento por chumbo, as marisqueiras e pescadoras também trabalham na confecção de tarrafas, atividade em que há a manipulação do chumbo. Após o derramamento de óleo, em 2019, as marisqueiras entrevistadas relataram que houve uma diminuição considerável da produção de mariscos em todos os territórios pesqueiros do estado. As entrevistadas também relataram problemas de pele, como coceiras, ardência e o gosto diferente nos peixes e a presença do óleo dentro dos mariscos como sururus, o que inviabilizava o seu comércio.

Além da diminuição do turismo, principalmente no bairro Mosqueiro, local em que existe uma cadeia produtiva de turismo em torno de atividades náuticas, de pesca e da gastronomia de mariscos. Algumas entrevistadas relataram que já passaram por risco de afogamento, conforme descrito a seguir:

Eu fui pescar com as meninas e me enganchei na lama, as meninas tentaram me puxar e minha perna só entrava mais. A lama ficava sugando minha perna na medida que eu me mexia, ali eu fiquei muitas horas, as meninas se desesperaram, mas eu fiz uma oração para meus santos, para os sagrados e me acalmei. Quando eu me acalmei, a maré já tinha subido um pouco, aí eu pedi ajuda a meus santos e fui me arrastando, quase deitada e consegui sair, mas ali as meninas pensaram que eu ia morrer afogada, sem conseguir sair do mangue. M. 18.

Eu fui pescar e tinha uma cobra jiboia e ela era muito grande, a minha sorte foi que ela não estava enrolada, estava esticada, mas ela estava entre eu e a terra, assim para

---

<sup>30</sup> Infecção nas unhas, causada por fungos.

eu sair da maré, aí a maré foi subindo e eu paralisei, aí eu pensei, se eu ficar aqui vou morrer afogada porque eu estava fraca do susto, e se eu passar ela me pega. Eu gritava, mas tinha medo que ela viesse em minha direção, aí foi Deus que ela foi simhora e que consegui sair, mas naquele dia eu pensei que ia morrer afogada, que a cobra ia se enrolar em mim e eu ia morrer afogada ali. M. 6.

Eu foi abelha, entrei na maré e tinha passado o gás, mas escutei um zumbido e ao invés de sair da maré eu entrei e mergulhei, porque mesmo com o gás, a abelha pica e é muita, eu mergulhei e ali eu tive um medo tão grande, porque pra mim elas estava em cima da água me esperando e eu engoli muita água porque fiquei nervosa e pensei que eu ia morrer ou das abelhas, ou afogada. M. 9.

Faz-se necessário destacar que cem por cento das entrevistadas são usuárias do Sistema Único de Saúde (SUS), mas é senso comum a descrição dos processos do sair de casa até conseguir uma consulta médica, elas relatam que conseguir uma consulta com o especialista correto é bastante complicado. Em alguns diálogos com elas identificamos que: (1) quando elas procuram a unidade de saúde elas têm vergonha de dizer que são marisqueiras, pois já ouviram de pessoas das equipes da Unidade Básica de Saúde (UBS) que as marisqueiras têm “*fedor de viria*<sup>31</sup>”, isso provoca mais uma invisibilização do ofício delas, grande parte das entrevistas relatou que tinham muita vergonha se identificarem como marisqueiras porque, mesmo se elas não estivessem fedendo, as pessoas pensavam que elas fediam, (2) outro motivo de constrangimento é que geralmente as candidíases ou vulvovaginites são de repetição, muitas delas relataram que já se acostumaram a viver com um ardor na região da vagina e elas procuram a UBS, mas não todas as vezes, pois identificam como comum por causa da maré, (3) todas as entrevistadas apresentam ao menos um processo de adoecimento, apenas uma delas falou que só sente dores nas costas e nos braços e nas mãos, todas as outras entrevistadas responderam que têm mais de uma doença e todas têm ou tiveram infecções ligadas à vulvovaginites, infecções urinárias e no final do sistema digestivos. A entrevistada M. 3. (61 anos) relatou que:

Eu tenho uma dor há mais de 30 anos, eu pescava com essa dor, trabalhava com essa dor, mas não sabia que eu podia me aposentar por causa dessa dor, porque o médico passava exame de lâmina e aquele exame da imagem e nunca dava nada, eu tomava remédio, eu ia pra casa e as vezes passava, as vezes me arriava, teve um tempo que eu queria arrancar meu útero, nunca pude porque o médico dizia que eu não tinha nada. Quando fui no CEMAR, uma médica mulher me atendeu, mandou eu fazer uns exames e disse o que eu tenho e me tratou e eu botei na minha aposentadoria, agora estou esperando, porque ela disse que eu posso me aposentar porque tenho essa doença, é uma doença que “come as trompas”, mas agora eu dou graças a Deus porque eu tomo as injeções e os remédios que passam a minha dor. (M. 3.)

---

<sup>31</sup> “*fedor de viria*” é a expressão utilizada por muitas marisqueiras para descrever um mal cheiro provocado por vulvovaginites que é a condição médica cuja ocorre uma inflamação na vulva e na vagina da mulher. Pode causar sintomas, como coceira, ardor, dor e entre outros e há diversas causas que podem desencadear essa inflamação.

Esse diálogo foi transcrito fora das respostas ao questionário estruturado. A entrevistada mostrou os documentos e atestado médico que apresentou ao advogado para a aposentadoria e estava descrito o CID N80 que representa a Endometriose. Isso significa que essa mulher passou 30 anos sem saber que tinha endometriose, uma doença que sempre provocou dores intensas, mas que os médicos que a atendiam não identificavam, apenas quando ela foi atendida por uma médica mulher foi possível o diagnóstico correto do seu problema de saúde que só agora, em 2022, foi devidamente identificado para o correto tratamento.

Essa dificuldade do diagnóstico resulta também em tratamentos naturais, sem orientação médica, muitas das vulvovaginites são tratadas com chás, infusões em com ervas. Como relatam:

A gente faz um chá forte de Sambacaitá<sup>32</sup> e coloca lá dentro até desinflamar. Sambacaitá é bom porque desinflama logo. M. 20.

Já eu gosto mais de Malva Branca<sup>33</sup>, o chá de bem forte você faz e cura tudo lá embaixo, até infecção urinária, ele cura e levanta o fogo também, quando a gente está de fogo baixo, faz o chá de malva para se assear que levanta o fogo da mulher. M. 12.

Isso é remédio antigo que a mãe da gente ensinou, esses remédios do posto são bons porque passam logo, mas para passar tudo mesmo é só com Sambacaitá e Malva Branca. Toda uma vida a gente tem que tomar eles porque quando você toma direitinho demora a ficar doente. M.6.

Além das doenças relacionadas ao baixo ventre, as doenças de pele também são tratadas com remédios naturais, algumas delas relataram que no período do acidente com o vazamento de óleo, em 2019, muitas marisqueiras desenvolveram uma coceira muito forte.

A gente ia para a maré e a pele começava a queimar, depois ia ficando irritada, vermelha, e depois era uma coceira que só passava com pó de Aroeira. A gente pega os galhos dela e queima no fogão, depois macera aquela lenha queimada e passa na pele, a coceira do óleo só passava com esse pó. M. 18.

E, ao descreverem o beneficiamento das plantas para curarem suas doenças, elas relatam as suas crenças, pois:

Toda a vida a gente usa pó de aroeira, mas a aroeira tem que ser do quintal de casa, não pode ser da frente da casa porque na frente da casa passa caixão. Não se pode pegar aroeira de lugar que passa caixão, nem da rua, porque se uma pessoa morta passou por ali, ela não faz mais efeito na pessoa. M.18.

---

<sup>32</sup> Sambacaitá também é conhecida como Canudinho, seu nome científico é *Hyptis pectinata* L. pertencente à família Lamiaceae, é uma espécie bastante utilizada na medicina popular no tratamento de inflamações e infecções bacterianas.

<sup>33</sup> A malva branca, de nome científico *Sida cordifolia* L. é uma planta com propriedades medicinais que possui propriedades tônica, adstringente, emoliente e afrodisíaca.

Ainda sobre problemas de pele, uma entrevistada relatou que desde quando era pequena usava “gás branco na pele” para afastar picada de inseto. Aferimos que gás branco é querosene e que as marisqueiras mais velhas usam querosene na pele desde que eram crianças, e esse costume foi ensinado pelos seus pais e pelos seus avós, aferimos que se trata de um costume passado de geração a geração. Foi perceptível que entre as entrevistadas, algumas aparentavam terem mais idade do que de fato tinham. Manchas e sol são comuns a maioria delas, pois revelam que:

Quando minha mãe me levava para a maré, eu pequena, ela me enchia de gás branco, passava no rosto, nas pernas, nos braços e até por cima da roupa para bicho não encostar. Hoje tem repelente, mas é caro e como a gente vai comprar toda hora? Tinha gás branco por causa dos candeeiros, aí era uma coisa que tinha em casa. Mas aquilo dava uma coceira feroz. Aí a mãe da gente mandava a gente buscar quarana<sup>34</sup> e esfregava na gente, não cozinhava não, era ela pura mesmo, amassava e passava na gente, depois a gente tomava banho e passava a coceira. M. 18.

Eu também só usava gás branco, esse negócio de repelente é muito novo e muito caro, a gente usa mais quando ganha, mas aquilo você entra na maré e ele sai e ninguém vai tá saindo toda hora para botar de novo repelente, o gás branco é muito melhor. M. 3.

As entrevistadas relatam que os cortes na pele são muito comuns ao ofício que desenvolvem, elas relataram que se cortam com o marisco dentro da maré, com ostras ou quando quebra a casca do sururu e a maioria desses cortes são tratados com plantas, como relatam M.7 e M.16, a seguir:

Não tem coisa melhor para corte do que óleo de côco com pó de aroeira, faz aquela massinha e nem inflama, quando é com pouca, está bom o lugar que cortou. M. 7.

Eu trato com malva branca, a malva branca a gente usa de todo jeito, o povo toma antibiótico porque não conhece a mal, se você cortar a pele e botar logo ela no lugar, sara num instante. M. 16.

Quando perguntadas sobre as doenças que mais incidem sobre as entrevistadas, colocamos as doenças Diabetes, Pressão Alta, Colesterol Alto, Problemas na Coluna, Problemas no Trato Urinário, Artrose, Problemas na Coluna, Osteoporose e todas elas responderam que além das citadas ainda têm câncer de útero, câncer de pele, bico de papagaio e cegueira.

Ainda sobre a questão de saúde a última pergunta do questionário era se elas já sofreram algum tipo de violência e elas relataram as mais diversas violências como surras sangrentas, violência patrimonial, estupro, pedofilia, silenciamentos, ameaças. Uma das entrevistadas não

---

<sup>34</sup> A Quarana também é conhecida como Dama da Noite, seu nome científico é *Cestrum nocturnum*, um arbusto da família das solanáceas, originário das Antilhas. Possui folhas lanceoladas e pequenas flores amareladas que exalam exuberante e peculiar perfume.

quis responder, ela expressou que não queria responder e sua resposta não foi computada, foi perceptível que ela estava com vergonha de falar sobre a temática e que apresentava memórias doloridas sobre o assunto. Das demais, doze mulheres responderam que não sofreram nenhum tipo de violência e apenas sete responderam que sofreram, algumas declararam as situações de violência das quais foram vítimas e outras não quiseram descrever as circunstâncias em que foram vítimas de violência.

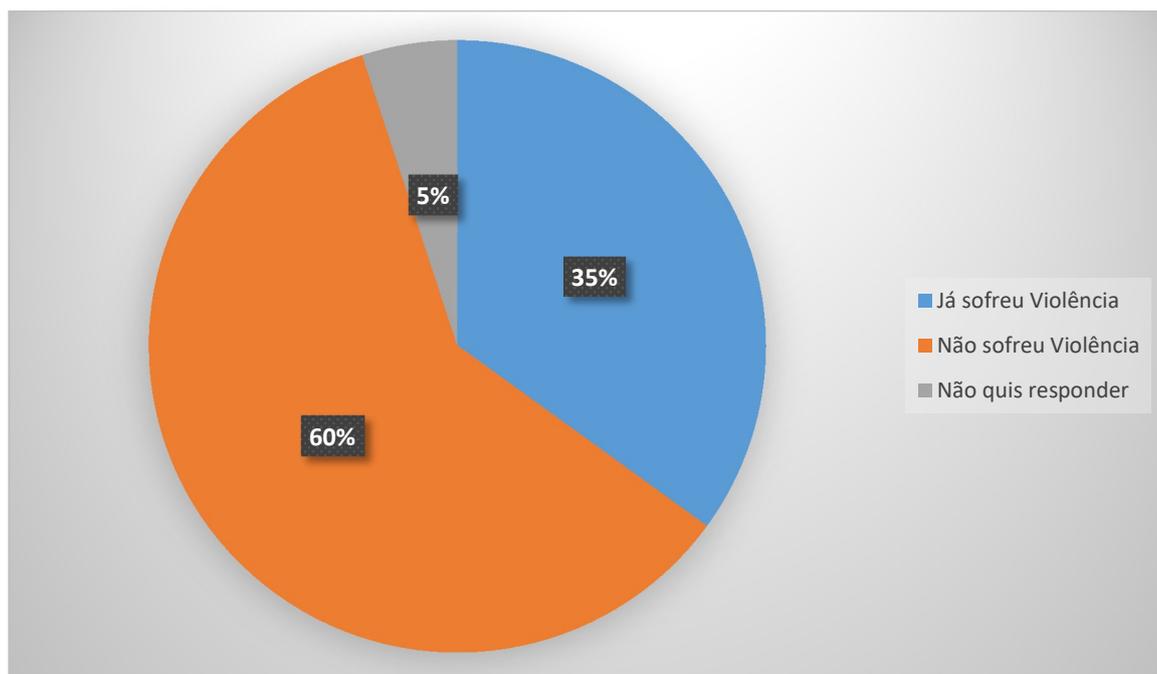


Figura 12: 4Gráfico sobre a violência. Feito pela autora. Mendonça 2022

Quando a pesquisadora estava sozinha com a entrevistada elas respondiam que sim, que já sofreram, e relatavam os mais diversos casos de violência, no ambiente de trabalho, elas relatavam que há muito risco de violência na maré com estupro, algumas entrevistadas relataram que quando elas vão pescar, elas vão em grupo porque elas se protegem desta forma. Entre os relatos de violência, os mais impactantes dizem respeito à pedofilia, estupro e violência doméstica, conforme M. 15, M. 17, M. 14 e M.8, descreveram a seguir:

Eu sofri muito com pai da minha filha, quando eu estava grávida de oito meses ele me bateu muito, porque ele foi para uma festa e de madrugada eu fui atrás dele, quando cheguei lá ele começou a me bater na rua e me estrangulou, só não em matou porque a minha mãe chegou e apartou, mas eu precisei ir para o hospital por causa dos ferimentos e eu fiquei internada e ele não deu um telefonema para saber como eu e a filha dele estava. Quando eu dei parte dele na delegacia a minha filha disse a delegada que ele ficava esquentando um prato e ia para o quintal com os amigos, ele é usuário e já tentou me matar várias vezes e eu me separei dele para a minha filha não ficar vendo isso, mas para a minha filha ele é um pai bom. Ela gosta do pai. M. 15.

Eu apanhei a minha vida toda, meu marido, que Deus o tenha, toda a vida me bateu e a minha filha mais velha, ela não sabe, mas é fruto de um estupro quando eu tinha 14 anos, mas aí o meu marido me assumiu assim que eu pari e eu tive mais dois filhos

com ele, mas ele me bateu a vida toda, me dava muita surra. Eu cuidei dele doente, cuidei dele até ele morrer, mas apanhei muito dele, e ele me batia em casa, me batia na rua, me batia na frente dos meus filhos, tirava sangue, me dava murro, puxava meus cabelos que arrancava, eu fui casada com ele mais de quarenta anos. M. 17.

A gente vive tudo aqui no mesmo terreno, não mora na mesma casa, mas eu tenho que proteger a minha filha dia e noite, porque se a gente vacilar ele estupra ela e ela só tem 9 anos. M.14.

Eu tenho meu barraco aqui porque eu toda uma vida apanhei de homem, os homens que me juntei foi pra me bater, hoje sou doente, tenho bico de papagaio, tenho diabetes e sou quase cega, não consigo mais ir pescar e passo muita necessidade, mas homem eu não quero mais nunca, prefiro passar fome do que apanhar. Os homens que andam aqui são meus sete filhos que me ajudam e que andam em minha casa. M. 8.

É importante ressaltar aqui que as mulheres que relataram os piores casos de violência, nessa amostragem, são mulheres negras de pele mais escura, narrativas que corroboram com a realidade nacional demonstrada nos dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023, p.17)<sup>35</sup> que levantou que 45% das mulheres negras afirmam que já sofreram alguma violência ou agressão ao longo da vida, número que cai para 36,9% entre brancas. A diferença continua no caso de violência física severa. Enquanto 6,3% das negras afirmam que já foram vítimas de espancamento, 3,6% das brancas sofreram esse tipo de ataque. Algo similar acontece entre as vítimas de ameaça com faca ou arma de fogo —negras (6,2%) e brancas (3,8%). A proporção de negras que tiveram negado o acesso negado a recursos básicos —como assistência médica, comida ou dinheiro por algum companheiro ou ex-companheiro— é de 10,9%, também maior do que entre mulheres brancas (7,1%).

Esses dados demonstram que o racismo estrutural passa também pela violência doméstica. Aferiu-se que entre as entrevistadas que assumiram que já sofreram violência, esse era um comportamento naturalizado, como se para elas fosse comum que já tivessem apanhado dos seus companheiros. Apenas uma relatou que procurou a delegacia para denunciar o marido, pois ela estava grávida de oito meses e ficou internada depois da surra que levou.

Existe a garantia pelo estado brasileiro de atendimento, acolhimento e capacidade de abrigo para mulheres em situação de violência, são políticas públicas de proteção social que, teoricamente são garantidas pelo poder público municipal de Aracaju, através dos CRAS e CREAS e do estado de Sergipe com os abrigos para essas mulheres e seus dependentes, mas esses mecanismos disponíveis pelo poder público aparentam não estarem acessíveis a essas mulheres. É como se, além de massacradas pela violência, elas são silenciadas e são ciclos que são socialmente naturalizados.

---

<sup>35</sup> Acessado em março de 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/03/visiveleinvisivel-2023-relatorio.pdf>

## A IDENTIDADE DAS PESCADORAS E MARISQUEIRAS

A primeira vez que eu fui para uma reunião das marisqueiras eu fui escondida do meu marido, eu peguei uma roupa emprestada, me arrumei toda e fui, hoje eu sou arrumada, faço minhas unhas, arrumo meu cabelo bem bonito e vou. Descobrir e me enxergar como marisqueira me deu essa força, as vezes eu caí, mas quando eu caio as minhas amigas vem e me levantam e é muito bom saber que na vida a gente não está sozinha. M.17.

As linhas de estudos que definimos para esta pesquisa – os estudos de decolonialidade, das complexidades, da feminilidade- nos permitiu perceber que a construção das ideias do outro, apoiada nos dispositivos hegemônicos como colonialidade, contribui para conformar identidades universais que silenciam as diferenças e projetam compreensões limitadas sobre saberes e conhecimentos que se localizam no campo de disputa pela legitimação de existência. Aferimos que o “ser marisqueira e pescadora” e aqui acrescentamos a pescadora, pois elas se definem como pescadoras apenas quando são comparadas aos homens, sob o argumento de que “tudo que um homem faz, nós fazemos, tudo que eles sabem, nós sabemos”, implica várias outras questões para além dos seus ofícios. Identificamos em suas falas que o racismo, o sexismo, a desumanização, a sexualização, inferiorização e objetificação para com essas mulheres, principalmente com as mulheres de peles mais escuras estão forjadas em seus imaginários e identificamos em suas falas como “a gente só serve para sexo”, “feia”, “burra”, “fedorenta” e uma forte sensação de que elas até querem, mas não são dignas de afeto, atingem essas mulheres de diferentes formas e graus conforme a quantidade de melanina, conforme atesta Berth (2019)<sup>36</sup> em seu artigo sobre a construção dos afetos das mulheres negras na atualidade, no qual a pesquisadora explana sobre a dificuldade da mulher negra em construir seus afetos, como ela explica a seguir:

Pensando na questão racial e seus efeitos na população negra, tem o auto ódio manifestado nas relações através de boicotes, invisibilização e apagamentos, relações que a gente pensa que são de amizades, mas são utilitárias e interesseiras. Esta falta de autoestima e compreensão de si antes de entender-se no meio do todo afetarão, conseqüentemente, as relações amorosas. (BERTH. 2019, p.2).

O domínio do saber/fazer a técnica de mariscar tem singularidades próprias que manifestam aspirações, desejos, contradições se pensarmos pela perspectiva homogênea. Ao observar a realidade das marisqueiras pudemos perceber que essa pesquisa só seria possível a partir da escuta atenta das narrativas dessas próprias mulheres.

---

<sup>36</sup> Construção de afetos das mulheres negras na atualidade. Disponível em: <https://noticiapreta.com.br/joice-berth-fala-sobre-construcao-de-afetos-das-mulheres-negras-na-atualidade/>. Acessado em março de 2023.

A identidade dessas mulheres enquanto marisqueiras dá o norte das suas vidas, o seu ofício fala das suas vaidades, dos seus saberes, da sua beleza e auto estima, foi comum ouvir as narrativas de que elas descobriram a vaidade depois que entraram no movimento social, por meio da sua própria organização, que se viram como marisqueiras.

Questões sobre a visão delas sobre si mesmas, sobre suas histórias pessoais e sobre o pertencimento delas em relação ao lugar onde moram foram distribuídas nas respostas das seguintes perguntas: (1) Com quantos anos você começou a mariscar/pescar?, (2) Com quem aprendeu a mariscar e pescar? (3) O que você mais gostava de brincar? (4) O que você mais gosta de fazer? (5) Você gosta da sua cor? (6) você gosta do seu cabelo? (7) Você é feliz aqui? Partindo da premissa de que a identidade é construída no meio do convívio social dos sujeitos e na relação com o outro (GOMES, 2008; 2005; 2003; 2002) a identidade negra no Brasil foi historicamente construída através da negação da humanidade do negro, na construção da inferioridade em relação ao branco colonizador.

O cabelo crespo é essencialmente uma expressão da identidade negra que sofreu e sofre com o preconceito racial, que pode levar os indivíduos à recusa de suas raízes crespas, indo à busca da estrutura capilar similar à de seus opressores. Desta forma, a estética eurocêntrica se torna uma arma de opressão sobre os corpos e os cabelos crespos da mulher negra, que tenta se enquadrar ao padrão de estética branca, sem perceber o quanto foi influenciada, por considerarem o cabelo crespo como ruim, sujo e duro. Foi possível constatar que as mulheres negras muitas vezes subjetivam os comentários racistas, sofrendo uma violência em suas autoestimas, não se vendo como bonitas com os seus cabelos naturais crespos, com as suas vestimentas de costumes.

Nos diálogos com as mulheres negras é possível perceber como o racismo afeta a autoestima delas. Com o surgimento dos movimentos sociais nos quais elas se engajam, e dos debates sobre a autoestima, sobre a fala de uma mulher, sobre feminismo, sobre saúde física e mental que são realizados em torno da valorização da mulher e da mulher negra. Essa realidade vem se reformulando, por meio do vislumbre de uma perspectiva sobre seus existires. As mulheres se unem em prol de ressignificarem suas identidades, ou seja, propõem ações que visam o fortalecimento de si mesma através das associações, quando elas unem suas narrativas, há o reconhecimento de beleza em seus corpos e em seus cabelos e isso se torna um vislumbre de ativismo, mas primeiro de autoestima.

No questionário aplicamos uma pergunta sobre se elas gostam da sua cor e do seu cabelo. A maioria das entrevistadas afirmaram gostar da sua cor e do seu cabelo vinte por cento responderam que não, todas as que responderam que não gostam estão na terceira e idade e

reclamaram de queda e de fraqueza capilar. Entre as que responderam que gostavam, uma falou que amava seus cachos e outra afirmou que amava seu cabelo porque “ele é afro e muito cheio e eu amo quando eu arrumo ele e saio, me sinto muito poderosa”. M. 17.

Foi possível entender em seus diálogos que os encontros dessas mulheres passaram por várias fases de ressignificação das suas relações com o seu trabalho, com os lugares que moram, com as águas e consigo mesmas. As águas são o pano de fundo dos seus encontros, ao discutirem seus territórios, a pesca, o marisco, elas se utilizam de ferramentas e de tecnologias sociais que fomentam outros encontros, os encontros com as possibilidades de outras lutas, como a luta pela desnaturalização das violências, a luta pelos direitos previdenciários, a busca do estímulo à beleza e das vaidades em si mesmas.

Sobre a idade e que elas começaram a pescar as respostas variaram entre seis e quinze anos, sendo que apenas uma relatou que começou a trabalhar aos seis anos de idade e apenas uma relatou que começou a pescar apenas com quinze anos. Uma das entrevistadas relatou que não lembra a idade que começou a pescar, mas ela era tão pequena que só lembra que na primeira vez que foi pescar o siri mordeu o dedo dela. Essa realidade demonstra que as mães não tinham com quem deixar os filhos para irem pescar e mariscar e acabavam levando para a maré para ajudarem e para cuidarem também. Conforme relatos a seguir:

Com 8 anos. Minha mãe me botava nas costas para atravessar o riacho porque eu era muito pequena e a maré não dava pé para mim. Eu ia para a maré quebrar caranguejo. Depois eu toda vida quebrei caranguejo para sustentar os meus filhos. M. 9.

Eu pesco desde que me entendo por gente, as minhas lembranças, eu pequena, todas são na maré. Mas trabalhar para negociar foi com 15 anos quando eu tive meu primeiro filho vivo. Eu colocava ele na rede, no barraco para ficar quebrando caranguejo enquanto ele dormia. Eu morava em uma casinha de palha. Eu ia sozinha pegar sururu para sustentar meu filho. M.15.

O ofício da mariscagem e da pesca foi passado para as entrevistadas como consequência natural do meio e da vida que suas famílias levavam. Todas as entrevistadas relataram que aprenderam o ofício com algum familiar, predominantemente com suas mães, em segundo lugar com seus pais:

Com a minha mãe. M. 1.

Com meu pai. M. 2.

Aprendi a pescar com a minha mãe. M. 3.

Aprendi a pescar com minha mãe de redinha. M.4.

Com minha mãe e meu pai. M.5.

Eu aprendi a pescar com a minha mãe. Minha mãe pescava três vezes ao dia, pescava de engodo de manhã, de tarde pegava caranguejo e de noite pescava com redinha. M.6.

Apreendi com minha mãe e com meu pai. M.7.

Apreendi com a minha mãe. M.8.

Com o meu pai. M.9.

Com meu pai e com a minha avó. M.10.

Com minha mãe. M. 11.

Apreendi com a minha mãe. M. 12.

Com a minha mãe e com o meu pai. M.13.

Com a minha tia. M. 14.

Com meu finado marido. M. 15

Com a minha avó. M. 16.

Com mãe. M. 17.

Com a minha mãe. M. 18.

Com minha mãe. M. 19.

Com a minha mãe. M. 20.

Elas descrevem a maré como primeiro local onde brincaram e é de lá que trazem as suas memórias de infância e dos seus brinquedos. Quando questionadas sobre o que mais gostava de brincar, três responderam nunca brincaram, uma disse que não se lembra de ter brincado, toda a vida dela foi só trabalho e as outras entrevistadas responderam que:

Eu não brinquei não, porque eu comecei a trabalhar muito cedo e eu não me lembro de ter brincado nem quando eu era pequena. M. 9.

Eu não lembro eu brincado, eu só me lembro, eu bem pequena trocando marisco por farinha para inteirar a mistura para sustentar os meus irmãos. M. 14.

Em contrapartida as brincadeiras que mais apareceram nas entrevistas com as mulheres do bairro Industrial foram boneca e panelinha, as panelinhas eram panelas de barro bem pequenas que elas mesmas faziam e geralmente cozinhavam peixinhos pequenos em fogo feito com lenha na beira da maré enquanto suas mães pescavam, conforme destacado nos fragmentos abaixo:

Era costume a gente fazer boneca capucho de milho, a gente mesmo costurava roupas para elas e ia brincar de panelinhas na beira da maré. M. 18.

Panelinhas era o que eu mais gostava, no tempo do barro a gente juntava para fazer as panelinhas, queimava na lenha e juntava uma ruma de menina para brincar na beira da maré. M. 3.

Também foi questionado o que as entrevistadas mais gostavam de fazer na vida.

- Gosto de cozinhar e de tomar conta de crianças. M. 1.  
 Cuidar dos meus filhos. M. 2.  
 Hoje o que eu mais gosto de fazer e de cuidar da minha casa mesmo. M. 3.  
 Gosto de trabalhar na maré. M. 4.  
 O que eu mais gosto de fazer na minha vida é catar caranguejo. M. 5  
 cuidar da casa, cuidar dos meus filhos, cuidar de tudo. M. 6.  
 O que eu mais gosto de fazer na minha vida é pescar. M. 7.  
 O que eu mais gosto na minha vida é de quebrar caranguejo, mas hoje não consigo mais por causa da osteoporose. M.8.  
  
 De namorar e gosto de forró. M. 9.  
 Hoje eu cozinho na minha igreja, mas não consigo mais pescar. M. 10.  
 De pescar e de fazer comida. M. 11.  
 Eu gosto de beber, de pescar e de namorar. M. 12.  
 Pescar e passear. Eu ainda pego massunim, se deixar, mas pescar caranguejo e aratu eu não consigo mais. M. 13.  
  
 De pescar. M. 14.  
 Eu gosto de trabalhar para sustentar a minha filha. M. 15.  
 Ir para a praia. M. 16.  
 Pescar e passear. M. 17.  
 Gosto de fazer tudo. M. 18.  
 De trabalhar, sinto muita vontade de pescar na maré, mas estou sem forças com essas doenças. M. 19.  
  
 Trabalhar e ir para a igreja. M. 20.

Concluimos o questionário com a pergunta: Você é feliz aqui? Nas respostas, as entrevistadas revelaram que os problemas socioambientais são causadores de impactos negativos em suas vidas.

- Porque eu era feliz antes, mas agora eu não posso mais pescar porque a maré aqui não tem mais peixes, está tudo contaminado e a gente não tem nem acesso a maré. A casa que eu moro não é minha e eu não tenho emprego. Eu já tive tempo de pedir pra morrer. Toda uma vida trabalhei e agora vou viver esmolando? M. 1.  
  
 Eu sou feliz porque que nasci aqui, trabalhei aqui e vivo aqui. M.2.  
  
 Porque nasci aqui. M. 3.  
  
 Porque nasci e me criei aqui. M. 4.  
  
 Porque moro, trabalho e toda uma vida morei aqui. M. 5.  
  
 Porque aqui é perto da maré e a pesca é a principal fonte de renda para a minha família. M. 6.

Agora mais não por causa da violência, dos roubos. A comunidade cresceu, tem muita gente estranha por aqui, a gente antigamente conhecia todo mundo, todo mundo pescava, agora outro povo veio morar aqui. M. 7.

Sou porque eu tirava sururu, tirava ostra, pescava de redinha, pegava siri de Jereré, pescava de rede, então eu sou muito feliz porque tirei o meu sustento do lugar que eu moro. M. 8.

Não sou mais, porque não pesco mais. Parece que meu coração seca toda vez que eu penso nisso. M.9.

Porque aqui é o lugar que eu nasci, que eu criei os meus filhos e o onde eu trabalhei e sustentei todos eles. M. 10.

Aqui eu nasci, me criei, aprendi a pescar e gosto demais daqui. M. 11.

Porque nasci e me criei aqui. M. 12.

Sou feliz aqui em nome de Jesus. M. 13.

Porque fui nascida e criada aqui. M. 14.

Porque nasci e fui criada aqui tirei o meu sustento. M. 15.

Não sou mais por causa da vizinhança aqui é um pouco violento. M. 16.

Hoje mais não porque não temos mais acesso à maré, porque não posso mais pescar e nem tenho mais como sobreviver por causa da minha saúde, eu vivo com a minha filha me sustentando, não consigo em aposentar e me sinto um peso. M. 17.

Porque eu gosto do bairro. M. 18.

Sou feliz aqui. M. 19.

Porque eu gosto das pessoas. Conheço todo mundo aqui desde que eu nasci.

As histórias aqui narradas pelas mulheres pescadoras e marisqueiras são resultado de um processo sensível de produção e de imersão na atividade de campo, pois elas partilharam suas lutas, dores, alegrias e esperança.

Muitas das entrevistadas se mostraram surpresas com as perguntas, as conversas demoravam principalmente quando elas estavam em grupos. Nossa no cotidiano dessas mulheres inicialmente causou estranheza, quando questionamos, elas explicaram que a presença de um homem as vezes as deixam com vergonha. Mas depois que elas tiveram plena confiança na pesquisadora iam partilhando técnicas de mariscar, suas aspirações, seus desejos, suas contradições e suas percepções de mundo.

Sandoval (2015) afirma que só é possível se explicitar a dimensão do feminino, as identidades e suas singularidades através das suas próprias vozes, uma vez que:

Somente por meio das suas próprias vozes das mulheres do mangue, há de se entender os sentidos desses rostos, corpos, saberes, afetos, desejos, contrariedades e amarguras também, das mulheres do mangue que poucas vezes se expressam, e em raras ocasiões são ouvidas. (SANDOVAL, 2015, p. 166).

Nas rodas de conversas que se formavam antes ou após as entrevistas as mulheres falaram que existe um preconceito com elas, pois elas são independentes. Pois, “(...)se a gente quiser a gente não depende de homem para nada, porque a gente pesca, come, vende, sustenta os nossos filhos do nosso trabalho” como avaliou M. 15

Também relataram que existem homens que não querem namorar ou casar com elas porque geralmente a marisqueira não fica em casa “cuidando de homem”, “a gente cuida da casa, mas não prestamos para casar com homem que não deixa a mulher trabalhar, que quer a mulher presa em casa”. Afirmações como essa em algumas ocasiões foram colocadas acompanhada de olhares tristes e de afirmações, como “eu até queria um marido, mas na verdade homem nenhum quer a gente” ou “homem não aguenta ter mulher independente”.

Apesar de não termos levado a pergunta de sobre estado civil, o “amor” era um assunto recorrente em suas falas, apenas duas das entrevistadas eram casadas, as demais eram divorciadas, solteiras e viúvas. Uma entrevistada que é casada e está na terceira idade, relatou que é evangélica, está no segundo casamento e que hoje em dia só cozinha para a igreja e que o marido é quem vai para a maré e não deixa ela ir. A outra marisqueira que também é casada e é evangélica, está no segundo casamento e relata que seu esposo não é pescador, mas agora ela não quer mais ir para a maré, ela quer tomar conta de crianças.

O ir para a maré traz uma sensação de independência para essas mulheres que até hoje não é bem vista pela comunidade onde elas moram, mas entre elas há uma relação de cumplicidade. De acordo com Berth (2019), o empoderamento feminino traz realidades antes nem imaginadas por grupos de mulheres, a autora chega à conclusão de que o empoderamento tem o novo como essência, como discorre abaixo:

(...) o empoderamento tem a contestação e o novo no seu âmago, revelando, quando presente, uma realidade sequer antes imaginada. É, sem dúvidas, uma verdadeira ponte para o futuro. Vale dizer que há a importância de se empoderar no âmbito individual, porém é preciso que também haja um processo conjunto no âmbito coletivo. Quando falamos em empoderamento, estamos falando de um trabalho essencialmente político, ainda que perpassasse todas as áreas da formação de um indivíduo e todas as nuances que envolvem a coletividade. Do mesmo modo, quando questionamos o modelo de poder que envolve esses processos, entendemos que não é possível empoderar alguém. Empoderamos a nós mesmos e amparamos outros indivíduos em seus processos, conscientes de que a conclusão só se dará pela simbiose do processo individual com o coletivo. (BERTH, 2019, p. 91).

Existe a sensação de empoderamento quando elas mostram suas ferramentas de trabalho como as redinhas, o jereré, seus baldes e latas. Em uma entrevista na calçada de uma delas, a dona da casa mostrou suas ferramentas e elas conversaram sobre em que tipo de pesca eram melhores, algumas falaram que são mais rápidas e pegam muito aratu, outras que não conseguem mais pegar o aratu, mas que não tem melhor que ele em catar caranguejo.

Arendt (2001) interpreta o poder a partir da ação coletiva, a partir da subjetivação e do entendimento das falas de grupos, a autora defende que só empoderando grupos minoritários é que se chegam a caminhar contra as violências e opressões, nesse sentido, ela explica que o poder pode ter diversas formas, conforme descrito abaixo:

(...) o poder corresponde à habilidade humana não apenas para agir, mas para agir em conjunto. O poder nunca é propriedade de um indivíduo; pertence a um grupo e permanece em existência apenas na medida em que o grupo conservasse unido. Quando dizemos que alguém está no poder, na realidade nos referimos ao fato de que ele foi empossado por um certo número de pessoas para agir em seu nome. (ARENDR, 2001, p.36).

Através desses relatos aferiu-se que o empoderamento dessas mulheres se dá coletivamente, pois envolve processos de interação social, as mulheres agem em grupo e depois individualmente para promoverem mudanças em seus ambientes sociais e políticos, a partir da organização coletiva que elas protagonizam. Essa organização coletiva resulta em conquistas de direitos, como o entendimento sobre como o acesso aos direitos previdenciários funcionam, mas também em acesso a recursos simbólicos, como capital cultural, autoestima, afeto, lugar de fala.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As linhas de pensamento norteadoras desta tese passam por diversos tipos de feminismo, nos fiamos no feminismo negro, pois ao nomear as opressões de raça, classe e gênero, entende-se a necessidade de não se hierarquizar opressões, de não criar, como traz Angela Davis (2019) a primazia de uma opressão em relação às outras. O pensamento feminista negro representa o rompimento com a ciência dura em uma sociedade desigual, é pensar projetos novos e novos marcos civilizatórios, para que se pense um modelo de sociedade mais equânime.

Esta pesquisa permitiu que se prove as mais diversas invisibilidades das mulheres marisqueiras e que o Estado é o principal ator responsável por essa invisibilidade, ao não promover políticas públicas que atendem e quando atendem não alcança as complexidades dos problemas que atingem essas mulheres. Em razão de alguns aspectos, por exemplo, ao não dar possibilidade de garantia de direitos trabalhistas com consistência jurídica; não disponibilizar uma estrutura mínima de acesso às informações sobre os direitos trabalhistas para que se aposentem sem precisarem, obrigatoriamente de um processo de judicialização ao qual elas têm que se submeter à premissa de negarem seu ofício. Fato relatado por dois profissionais do Direito que atuam como advogados trabalhistas e que atuam com as marisqueiras e os dois foram enfáticos ao afirmar que se não instruírem suas clientes desta forma, o benefício da aposentadoria lhes é negado, ou seja, para ter direito a se aposentarem elas não podem usar o termo “marisqueira” durante a audiência de comprovação dos seus ofícios sob o risco de terem suas existências laborais questionadas e seus processos de aposentadoria anulados.

Quanto à saúde, os riscos e doenças laborais provenientes dos seus ofícios não são devidamente identificadas e muito menos tratadas, pois a falta de políticas públicas que atendam de forma adequada a essas mulheres, com equipes dos cuidados da saúde básica preparadas para atuarem nos bairros que têm mulheres no ofício da pesca e da mariscagem na prevenção e mitigação de doenças apresentadas nesta tese e outras advindas do contexto socioambiental.

A organização dessas mulheres, que já tinham hábitos culturais de trabalharem sempre em conjunto, acompanhadas umas das outras, por questões de segurança e para possibilitar que o seu ofício lhes traga identidade e, conseqüentemente, lhes fortaleça e as empoderem no âmbito dos seus ofícios, mas também enquanto mulheres.

A forma como elas se veem e o fortalecimento das suas identidades, por meio das suas auto imagens é fundamental para que essas mulheres sejam visibilizadas, desde seus núcleos

familiares até a sociedade nos bairros onde residem. É importante a compreensão das mulheres pescadoras e marisqueiras a partir da consciência de que o racismo em suas diferentes formas, afeta as vidas dessas mulheres e impactam diretamente na forma como elas pensam, como elas constroem seus gostos e suas referências e é nesse aspecto, em suas identidades que elas se sentem mais invisibilizadas.

Nesse sentido, a partir das contribuições de Kilomba, Hooks, Collins, Berth, Davis, aferimos que as mulheres marisqueiras e pescadoras se empoderam a partir do momento que estabelecem alianças, encontros, rodas, a partir do momento que caminham juntas em direção ao mangue, ambiente em que conversam, cantam, trocam suas experiências, disputam o pescado e se acolhem. Há a transformação na prática ao menos no contestar as suas existências, os costumes colonizadores como a normalização da violência e isso vale também para o fortalecimento financeiro, estético e afetivo, são redes que as transformam na dimensão individual, mas principalmente na dimensão coletiva, na valorização e o reconhecimento.

Não se pretende com esta tese dizer qual o melhor conjunto de políticas públicas para as marisqueiras e pescadoras do município de Aracaju, mas para que esse estudo sirva de subsídio para que essas mulheres tenha voz e digam, por elas mesmas, de forma interseccional, tendo como base as suas vivências e cotidiano, suas identidades e a forma como estão inseridas na sociedade da capital sergipana, entendendo a voz como mecanismo de poder e essas mulheres como sujeito e seres ativos que historicamente vêm fazendo resistências e existências.

O problema da reprodução das opressões da nossa sociedade, de racismo, de sexismo e de classismo está presente em todos os contratos sociais, inclusive nos espaços de produção intelectual. Consideramos importante o esforço de entrega desse estudo, com apenas um ano de nova orientação, pesquisa e nova bibliografia, pois identificamos e discutimos sobre as violências que as mulheres e, principalmente as mulheres negras, sofrem no ambiente acadêmico, tais como as invisibilizações das produções acadêmicas, as sujeições à incompletude dos seus cursos acadêmicos, entre outros tipos de constrangimentos, essas situações se agravam porque, como tem a questão da produção do conhecimento, isso vira uma situação extremamente perigosa e explosiva. De estabelecer quem são os donos do conhecimento, quem produz e quem não. Quem tem outorga, a premissa da validação e quem não tem. E aí atravessa toda essa dimensão de opressão estrutural, que relega ao fracasso, à rejeição estudos que se pretendem mais fiéis às diversas realidades socioambientais. Esta tese, portanto, resulta em um contribuição para os estudos raciais e suas interseccionalidades, mas

que não se conclui por aqui. Haverá continuidade sob a orientação do professor dr. Aduino Ribeiro e com a contribuição dos professores participantes desta banca de tese.

## REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro ; Pólen, 2019.
- ALIER, Joan Martínez. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais linguagens de valoração**. 2ª Edição. São Paulo: Contexto, 2012.
- ALVES, M.C. et al. **Paradigma da afrocentricidade e uma nova concepção de humanidade em saúde coletiva: reflexões sobre a relação entre saúde mental e racismo**. Saúde em debate .vol.39 no.106 Rio de Janeiro. 2015.
- AQUIN, John Karley de Sousa. **A natureza é mulher: A natureza ante o sujeito moderno**. Disponível em: [https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/54769/1/2020\\_art\\_jksaquino.pdf](https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/54769/1/2020_art_jksaquino.pdf) Acessado em Março de 2022.
- ARENDT, Hannah. **Sobre a violência**. 3. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- ANDRADE. T.; AZEVEDO V.; MATOS C.; SANTOS H.; BLANK M. F.; BLANK A.; MANN R.; **Fenologia em Sambacaitá (Hyptis pectinata L. Poit)**. Disponível em: [http://www.abhorticultura.com.br/biblioteca/arquivos/Download/Biblioteca/46\\_0666.pdf](http://www.abhorticultura.com.br/biblioteca/arquivos/Download/Biblioteca/46_0666.pdf) acessado em novembro de 2022.
- AVRITZER, Leonardo; FILGUEIRAS, Fernando. **Corrupção e controles democráticos no Brasil**. Brasília: CEPAL. Escritório no Brasil/IPEA, 2011.
- \_\_\_\_\_. **O orçamento participativo e a teoria democrática: um balanço crítico**. Rede Brasileira de Orçamento Participativo, 2010 Disponível em: [http://www.pbh.gov.br/redebrasileiraop/html/biblioteca/LeonardoAvritzer\\_port.pdf&gt;](http://www.pbh.gov.br/redebrasileiraop/html/biblioteca/LeonardoAvritzer_port.pdf&gt;). Acesso em: 16 de agosto de 2019.
- AZEVEDO, S. NABUCO, A. L. **Democracia Participativa: A experiência política de Belo Horizonte**. Belo Horizonte, Editora Leitura, 2008.
- Badoux Camille. Françoise d'Eaubonne. **Le Féminisme ou la Mort**, éd. P. Horay. In: Les Cahiers du GRIF, n°4, 1974. L'insécurité sociale des femmes. pp. 66-67. Disponível em: [http://www.persee.fr/doc/grif\\_0770-6081\\_1974\\_num\\_4\\_1\\_945\\_t1\\_0066\\_0000\\_3](http://www.persee.fr/doc/grif_0770-6081_1974_num_4_1_945_t1_0066_0000_3). Acessado em novembro de 2022.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Ed. 70, 2002.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Tradução Luis Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BENJAMIN, Walter. **“O autor como produtor” in Magia e técnica, arte e política Obras escolhidas**. Vol. I. Trad: Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994
- BERTH, Joice. **Empoderamento**. São Paulo : Sueli Carneiro ; Pólen, 2019.

BEURET, J. **Petits arrangements entre acteurs... Les voies d'une gestion concertée de l'espace rural.** In : Natures Sciences Sociétés, 1, 21-30 (1999).

BÉRARD, C. **Les démarches participatives en matière de politiques publiques : le cas de la propriété intellectuelle des innovations biotechnologiques,** Politiques et Management Public, Vol : 30/01. 2013. Disponible à: <https://journals.openedition.org/pmp/6555#tocto1n2>

BICKMAN, L.; ROG, D. J. **Handbook of applied social research methods.** Thousand Oaks, Sage, 1997.

BIEHL, Janet. **Rethinking Ecofeminism Politics,** South End Press, Cambridge (EUA, 1990).

BOAVENTURA, S. S. **Democratizar a Democracia: Os Caminhos da Democracia Participativa.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

BOURDIEU, P.. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2000.

BRASIL. Consolidação das Leis Trabalhistas, 1978

BRASIL, Lei da Pesca Lei nº 11.959. 2009.

BRASIL. Ministério da pesca e Aquicultura. Anuário estatístico da pesca. Brasil 2008 – 2009. Brasília: Ministério da Pesca e Aquicultura, 2003.

BRASIL. Princípios do SUS – Sistema Único de Saúde. (Site oficial) 2018. Acessado em novembro de 2022. Disponível em: <http://portalms.saude.gov.br/sistema-unico-de-saude/principiosdo-sus>

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Programa de Prevenção de Riscos Ambientais 2014. Acessado em novembro de 2022. Disponível em: [www.mte.gov.br/data/files/.../nr\\_09\\_at.pdf](http://www.mte.gov.br/data/files/.../nr_09_at.pdf).

BRASIL. Ministério da Saúde. Projeto “Educação em Saúde da(o) Trabalhadora(or) da Pesca Artesanal e Formação de Agentes Multiplicadoras em Participação na Gestão do SUS”. Cartilha: A saúde das pescadoras artesanais | atividades de pesca: rios, lagos e lagoas. Brasília, DF, 2018.

BRASIL. Secretaria do Trabalho – Ministério da Economia. (Site) Governo moderniza Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde no Trabalho. 2019. Acessado em novembro de 2022. Disponível em: <http://trabalho.gov.br/noticias/7187-governo-moderniza-normas-regulamentadoras-deseguranca-e-saude-no-trabalho>>.

BULLARD, R. D. Environment and Morality: Confronting Environmental Racism in the United States. **United Nations Research Institute for Social Development.** Identities, Conflict and Cohesion Programme Paper Number 8. ISSN 1020-8194.

BRASIL. **Constituição (1988).** **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

CARDOSO, E. S. **Pescadores artesanais: natureza, território, movimento social**. 2001, 143f. Tese (Doutorado em Geografia). Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

CARVALHO, E.A. **Saberes Culturais e educação para o futuro**. In: TRINDADE, A.L.(org.) Africanidades brasileiras e educação. [livro eletrônico]:Salto para o Futuro. Rio de Janeiro: ACERP ; Brasília : TV Escola, 2013. Disponível em: [http://www.pontaojongo.uff.br/sites/default/files/upload/livro\\_salto\\_cultura\\_popular\\_e\\_educacao.pdf](http://www.pontaojongo.uff.br/sites/default/files/upload/livro_salto_cultura_popular_e_educacao.pdf) acessado em novembro de 2022.

CARRASCOSA, Denise (org.) **Traduzindo no atlântico negro: cartas náuticas afrodiáspóricas para Travessias Literárias**. Salvador: Editora Oguns Toques, 2017. p. 22.

CARREGOSA. A. S. **Participação social e emancipação social: um estudo sobre o planejamento participativo de Sergipe**. Dissertação de Mestrado em Sociologia. São Cristóvão. UFS. 2009.

COLLINS, P. H. e BILGE, S. **Interseccionalidade**- 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2020.

COUTINHO, C. P. **Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática**. Coimbra: Almedina, 2011.

CRUZ, M. G. **Políticas Públicas e a questão regional: análises preliminares da política do desenvolvimento regional e territorial de Sergipe**. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Gestão de Empreendimentos Locais, São Cristóvão, UFS, 2016.

DAVIS, Ângela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DESLAURIERS, J.P. E KÉRISIT, M. O Delineamento de Pesquisa Qualitativa. In: POUPART, J. *et al.* **A Pesquisa Qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008.

\_\_\_\_\_ **As mulheres negras na construção de uma nova utopia – Angela Davis**. 2019. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis/> acessado em abril de 2022.

DÍAZ BORDENAVE, J.E. **O que é participação**. 8ª ed – São Paulo: Brasiliense, 2013. – (Coleção Primeiros Passos).

DIEGUES, A.; MOREIRA, A. (orgs). **Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum**. São Paulo: NAPAUB/USP. 2001.

DIEGUES, A. C. **Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar**. São Paulo: Ática, 1983.

EASTERBY-SMITH, M.; THORPE, R.; LOWE, A. **A Pesquisa Gerencial em Administração**. São Paulo: Pioneira, 1999.

EHRlich, Paul R. **Nos Estados Unidos: The Population Bomb**. New York. Ballantine Books, 1968.

FEDOZZI, L. **Orçamento Participativo. Reflexões sobre a experiência de Porto Alegre.** Porto Alegre: Tomo Editorial, 1997.

FEDOZZI, J. L.; MARTINS, A. L. B. **Trajatória do Orçamento Participativo de Porto Alegre: Representação e Elitização Política.** Revista Lua Nova, São Paulo, 95: 181-223, 2015.

FERNANDES, F. **Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

FREITAS, H.; OLIVEIRA, M.; SACCOL, A. Z.; MOSCAROLA, J. O Método de pesquisa survey. **Revista de Administração**, São Paulo v. 35, n. 3, p. 105-112, jul/set 2000.

FLEURY, L. C.; ALMEIDA, J.; PREMEBIDA, A. **“O ambiente como questão sociológica: conflitos Ambientais em perspectiva”.** Sociologias, Porto Alegre, ano 16, n° 35, jan/abr 2014, p. 34-82.

GÓES, J. C. **Quem somos nós na fila do pão- a fabricação dos invisíveis na história do Brasil.** Aracaju, SE: Segrase, 2021.

GODOY, A. S. Introdução à Pesquisa Qualitativa e suas possibilidades. São Paulo. **Revista da Administração de Empresas**, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar-abr, 1995.

GOELZER, B. I. F. **Prevenção e Sistemas de Gestão em SST - Competências.** Fundacentro, 2016. Disponível em: <http://www.fundacentro.gov.br/Arquivos/sis/EventoPortal/AnexoPalestraEvento/GoelzerSGSSTNov16%20-%20FUNDACENTRO%20FINAL%20Rev1.pdf> Acessado em novembro de 2022.

GOMES, Nilma Lino. **Sem perder a raiz: Corpo e Cabelo como símbolo de identidade negra.** Belo Horizonte. Autêntica 2ª ed, 2008.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: Um breve discurso.** In: Educação anti-racista: caminhos abertos pela lei Federal nº 10.639/03. Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

GOMES, Nilma Lino. **Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo.** Educação e Pesquisa, v. 29, n. 1, p. 167-182, 2003.

GOMES, Nilma Lino. **Trajatória escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou resignificação cultural?** Revista Brasileira de Educação, n. 2, Set/Out/Nov/Dez, 2002.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural na Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa.** Tradução Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro. 1984.

HABERMAS, J. **Mudança Estrutural da Esfera Pública.** 2º Ed. Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro. 2003.

HABERMAS, J. **Direito e Democracia- entre facticidade e validade.** 2. Ed. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro. 2011.

HERCULANO, S.. **“Lá como cá: conflito, injustiça e racismo ambiental”**. I Seminário Cearense contra o Racismo Ambiental. Fortaleza, 2006.

HOFFMANN, R.; **Desigualdade da renda e das despesas per capita no Brasil, em 2002-2003 e 2008-2009, e avaliação do grau de progressividade ou regressividade de parcelas da renda familiar**. Economia e Sociedade, Campinas, v. 19, n. 3 (40), p. 647-661, dez. 2010.

JACCOUD, Luciana; OSÓRIO, Rafael G.; SOARES, Sergei. **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Imprensa: Brasília, Ipea, 2008.

KRENAK, A. Ecologia Política. **Ethnoscientia**, V. 3 (n.2 especial), 2018. ISSN: 2448-1998.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. Cia das Letras, São Paulo, 2019.

KUNSCH, M. M. K. **Relações públicas e modernidade: paradigmas na comunicação organizacional**. São Paulo: Summus, 1997.

LACERDA, Robertos dos S. **Territorialidade, saúde e meio ambiente: conexões, saberes e práticas em comunidades de Sergipe**. TESE. São Cristóvão, 2017.

LAKATOS, E. M. e MARCONE, M. de A. **Metodologia Científica**. São Paulo: Ed. Atlas, 1983.

LARRÈRE, C. **As éticas ambientais**. *Natures Sciences Sociétés* 2010/4 (Vol. 18), p. 405-413. 2009.

LARRÈRE, C. e LARRÈRE, R. **Do bom uso da natureza: Para uma filosofia do meio ambiente**. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

LAVILLE, C. DIONNE, J. **A Construção do Saber: Manual de Metodologia da Pesquisa em Ciências Humanas**. Tradução: Monteiro, H; Settineri, F. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul, 1999.

LEAL, Suely (2003). **Fetichismo da participação popular: Novas práticas de planejamento, gestão e governança democrática no Recife**. Recife: CEPE.

LEFF, E. **Complexidade, Interdisciplinaridade e Saber Ambiental**. IN: PHILIPPI JR, A. Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais. São Paulo: Signus, 2000.

\_\_\_\_\_. **Saber Ambiental**. Petrópolis, RJ, 2001.

\_\_\_\_\_. **Agroecologia e Saber Ambiental**. Agroecol. e Desenv.Rur. Sustent.,Porto Alegre, v.3, n.1, jan./mar.2002

LUGONES, Maria. **Colonialidad y Género**. Tabula Rasa. Bogotá - Colombia, No.9: 73-101, julio-diciembre 2008. Disponível em: <https://www.revistatabularasa.org/numero-9/05lugones.pdf> Acessado em abril de 2022.

MARCONDES, Mariana Mazzini Marcondes; CANATO, Pamella de Cicco. **Participação social no planejamento o orçamento: a experiência do ciclo na gestão municipal de São Paulo**. IPEA, 2012

MARTINS, G. de A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MATOS, S. M. S. **O Parlamento das Águas: A experiência dos comitês de bacia hidrográfica na política de recursos hídricos em Sergipe**. São Cristóvão. Tese (doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Sergipe, 2015.

MINAYO, M. C. S. Interdisciplinaridade: uma questão que atravessa o saber, o poder e o mundo vivido. **Medicina**, Ribeirão Preto, v. 24, n. 2, p. 70-77, abr./jun. 1991.

MORENO, L. T. **A Atividade Artesanal Pesqueira Versus a Aquicultura Empresarial: as disputas que envolvem a pesca brasileira**. CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária, v. 14, n. 32, p. 178-207, abr., 2019.

MORIN, E. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002a.

\_\_\_\_\_. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

\_\_\_\_\_. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2005.

NEUMAN, W. L. **Social Research Methods: qualitative and quantitative approaches**. 3a ed. Boston: Allyn & Bacon, 1997.

MORIN, E. **O método: A natureza da natureza**. Tradução: Maria Gabriela de Bragança. 2<sup>o</sup> Ed. Lisboa: Lyon de Castro, 1977.

OLIVEIRA, E. D. **A Cosmovisão africana no Brasil – elementos para uma filosofia afrodescendente**. 3.ed. Curitiba: Editora Gráfica Popular, 2006.

PÁDUA, E. M. M. Análise do conteúdo, análise do discurso: questões teórico-metodológicas. **Revista de Educação PUC-Campinas**, n. 13, p. 21-30, nov 2002.

PENA, P.G.L.; GOMEZ, C.M. **Saúde dos pescadores artesanais e desafios para a Vigilância em Saúde do trabalhador**. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 19, n.12, 2014.

PHILLIPI JR. Arlindo. **Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais**. (ORG) A. Philippi Jr., C. E. M. Tucci, D. J. Hogan, R. Navegantes. - São Paulo : Signus Editora, 2000.

PIRES, Valdemir Aparecido. **Orçamento público: abordagem tecnopolítica**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

PIRES, R. C.; VAZ, A.N. **Participação faz diferença? Uma avaliação das características e efeitos da institucionalização da participação nos municípios brasileiros**. In: AVRITZER, L. (org). *A dinâmica da Participação Social no Brasil*. São Paulo: Cortez.

PREFEITURA DO RECIFE (2002). **Regimento Interno dos Fóruns e do conselho**. PCR: Recife.

\_\_\_\_\_. (2006). **O que é o Orçamento Participativo**. Disponível em: <http://www.recife.pe.gov.br/pr/secorcamento/oque.php>. Acesso em dezembro de 2019.

\_\_\_\_\_. (2008). **Orçamento Participativo do Recife: Obras que ficam para sempre**. PCR: Recife.

\_\_\_\_\_. (2008). **Critérios técnicos**. Diretoria de Metodologia. PCR: Recife.

PUPION, P. C. **Democratie, Participation et Gouvernance publique: quelles voies?** *Gestion et Management Public*, vol.5, n°2, 2016/4, p.1-3

QUEIROZ, R. C. **Os efeitos do racismo na auto estima da mulher negra**. Cad. Gên. Tecnol., Curitiba, v. 12, n. 40, p. 213-229, jul./dez. 2019. Disponível em: <file:///C:/Users/Marcela/Downloads/9475-37735-1-PB.pdf> acessado em dezembro de 2022.

QUIJANO, A. **Colonialidade do Poder, eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires: CLACSO,2005.Disponívelem: <file:///C:/Users/Marcela/Downloads/Quijano%20Colonialidade%20do%20poder.pdf> acessado em janeiro de 2023.

RANGEL, A.; ROCHA, D. C. G.; MIRANDA, M. C.; MELO, N. A. F. **Análise de Risco num Espaço Confinado**. Perspectivas On Line. Volume 4. Número 13. Ano 2010. Disponível em: <http://www.sumarios.org/resumo/an%C3%A1lise-de-risco-num-espaco%C3%A7o-confinadona-purac-s%C3%ADnteses> Acessado em dezembro de 2022.

RIBEIRO, Djamilia **O que é: lugar de fala?** Belo Horizonte(MG): Letramento: Justificando, 2017.

RIOS, Kássia Aguiar Norberto. **Da produção do espaço a construção dos territórios pesqueiros: pescadores artesanais e carcinicultores no distrito de Acupe – Santo Amaro (BA)**. 2012. 263f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador (Ba). Disponível em: [http://www.posgeo.ufba.br/disserta%C3%A7oes/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Fin al\\_Kassia%20Rios.pdf](http://www.posgeo.ufba.br/disserta%C3%A7oes/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Final_Kassia%20Rios.pdf) Acesso em maio de 2022.

**RISCO**. In: DICIO, **Dicionário Online HOUAISS**. São Paulo: Moderna, 2018. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/risco> >  
<[https://houaiss.uol.com.br/corporativo/apps/uol\\_www/v6-1/html/index.php#0](https://houaiss.uol.com.br/corporativo/apps/uol_www/v6-1/html/index.php#0)>. Acesso em: novembro de 2022.

ROCHA, D; DEUSDARA, B. **Análise de Conteúdo e Análise do Discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória**. Alea, v 7, n 2 jul/dez 2005, p. 305-322.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **“Problemática Ambiental = Agenda Política. Espaço, território, classes sociais”**. Boletim Paulista de Geografia. Perspectiva Crítica. n. 83. dez. 2005. p. 91-110.

ROECH, Sylvia Maria de Azevedo. **Pesquisa em Administração**. São Paulo: Ed. Atlas, 1996.

ROSENFELD, Dennis. **Política e Liberdade em Hegel**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

ROZO, A. C. PORTELA, R. L. RODRIGUES, U. **Marisqueiras de Passé de Candeias. Colônia de Pesca Z-54**. Salvador, Bahia, 2015.

SANDOVAL, A. C. R. . **Cartografia do saber/fazer das marisqueiras. Leituras outras das tecnologias, técnicas artesanais como potências.** Tese. Salvador: UFBA, 2015.

SANTOS, Lorena C. X. **Condicionantes Socioambientais de Saúde de Marisqueiras da Ilha Mén de Sá em Itaporanga D’Ajuda-SE.** Tese. São Cristovão: UFS. 2019.

SANTOS. Antonio Carlos (org.). **Filosofia e Natureza: debates, embates e conexões.** São Cristovão, SE. Editora UFS, 2010.

\_\_\_\_\_. A Interdisciplinaridade nas humanidades. 2018

SANTOS, G. T. **Capital social, planejamento e desenvolvimento regional em Sergipe** São Cristóvão, tese (doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, 2015.

SANTOS, M. **O lugar e o cotidiano.** In: \_\_\_\_\_. **A natureza do espaço,** São Paulo: EDUSP, 2002.

SILVA, L. ROSÁRIO, M.; LEITÃO, M de F. **A regulação jurídica da pesca artesanal no brasil e o problema do reconhecimento do trabalho profissional das pescadoras.** 2012. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/17redor/17redor/paper/viewFile/230/103> Acessado em novembro de 2022.

SCOTT, J.W. **Gênero: Uma Categoria Útil para a Análise Histórica.** Traduzido pela SOS: Corpo e Cidadania. Recife, 1990.

SEVÁ FILHO, A. O.. **O. Neo-desenvolvimentismo: máscara do imperialismo, ameaça à democracia.** Ibase, outubro de 2010.

SILVA, Tarcísio (2003). Da participação que temos à que queremos: o processo do orçamento participativo na cidade do Recife. IN: **A inovação democrática no Brasil: o Orçamento Participativo.** AVRITZER, Leonardo, NAVARRO, Zander (orgs). São Paulo: Cortez. p. 297 – 334.

UTZIG, L. E. **Notas sobre o governo do orçamento participativo em Porto Alegre.** Novos Estudos Cebrap, 1996.

VIÉGAS, R. N. **“Conflitos ambientais e lutas materiais e simbólicas”.** In.: Desenvolvimento e Meio Ambiente. Curitiba: Editora UFPR n. 19, p. 145-157, jan/jun 2009.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 4 ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

## APÊNDICE



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO  
AMBIENTE – DOUTORADO

### QUESTIONÁRIO

Bairro:
1) Idade: (16-24) (25-34) (35-44) (45-59) (60+)
2) Raça: (Preta) (Parda) (Branca) (Amarela) (Indígena)
3) Religião: ( ) católico, ( ) evangélico, ( ) espírita, ( ) não possui ( ) outra:
4) Escolaridade: ( ) analfabeta ( ) sabe ler e escrever ( ) até a 4ª série atual 5º ano ( ) até 8ª série atual 9º ano ( ) ensino médio incompleto ( ) ensino médio Completo ( ) superior incompleto ( ) superior completo ( ) Pós-graduado
1) O lugar onde você mora é: ( ) EXCELENTE ( ) BOM ( ) RUIM Porque:
2) Você está feliz aqui? ( ) SIM ( ) NÃO Porque:
3) A pesca ou a mariscagem é a sua principal fonte de renda? ( ) SIM ( ) NÃO Você ganha, recebe dinheiro o suficiente?
4) Você tem quantos filhas e/ou filhos? ( ) Filhas ( ) Filhos Quantos?

5) Tem filhos na atividade da pesca e/ou mariscagem?
6) Você já sofreu ou sofre algum tipo de violência?
7) Você tem acesso ao sistema de saúde?
8) Você gosta da sua cor?
9) Você gosta do seu cabelo?
10) O que você mais sente falta?
11) O que significa o mangue/ ou a maré para você?
12) Com quem você aprendeu a pescar?
13) O que você mais gosta de fazer?
14) Com quantos anos você começou a trabalhar?
15) O que você mais gosta ou gostava de brincar?

